

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PÚBLICA

FRANCISCO DE ASSIS BENTO DA SILVA

**APROVAÇÃO PARCIAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL JOSÉ VIDAL ALVES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

JUIZ DE FORA

2019

FRANCISCO DE ASSIS BENTO DA SILVA

**APROVAÇÃO PARCIAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL JOSÉ VIDAL ALVES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a qualificação do Mestrado Profissional
em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Isabel de Azevedo Alvim

JUIZ DE FORA

2019

FRANCISCO DE ASSIS BENTO DA SILVA

**APROVAÇÃO PARCIAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL JOSÉ VIDAL ALVES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a qualificação do Mestrado Profissional
em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Isabel de Azevedo Alvim (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Liamara Scortegagna
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Maria Célia da Silva Gonçalves
Faculdade do Noroeste de Minas

Dedico este trabalho a Deus, aos meus avós Sebastiana e Nelim (in memorian), minha mãe Neuda e meu querido irmão Fabrício, minhas tias Neulivanda e Neuliane, pelo amor, força e estímulo durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por poder contar com sua presença e orientação durante as duras horas de solidão, desânimo, incertezas e dúvidas. A Ele a glória e a honra.

À minha mãe, dona Neuda, por ter me oportunizado a vida, pelo exemplo de determinação, incentivo, carinho, valores e ideais criados em torno da educação escolar.

A minha ex-esposa, Maria Natalia, que estará sempre no meu coração. A ela eu devo muita coisa da minha vida, principalmente o fato de estar concluindo hoje esse mestrado.

Aos meus amigos mestrandos da turma do Ceará, por dividirem sorrisos, lágrimas e alegrias durante toda essa caminhada do mestrado.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a. Maria Isabel de Azevedo Alvim, que, com sua sabedoria e capacidade profissional me conduziu à conclusão deste trabalho.

Ao meu grande amigo e Agente de Suporte Acadêmico, Vitor Figueiredo, que me ajudou na condução da escrita desta dissertação. O seu companheirismo e incentivo foi determinante para que eu chegasse até aqui.

À Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC/CE, por investir no crescimento profissional e intelectual dos educadores da rede pública de ensino proporcionando a realização desse sonho.

Ao Programa de Pós-Graduação Profissional – Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, parceria entre o CAED/UFJF, pela oportunidade.

Aos professores e tutores do curso, pelo empenho e pela oportunidade de crescimento e aprendizado.

Aos meus colegas da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, em especial à diretora Taylana Queiroz e a secretária Maria Eridam pela colaboração e apoio na elaboração desse meu trabalho, cada um de forma especial.

A minha gratidão será para sempre a todos que contribuíram com a minha vida durante esse espaço de tempo, pois, só assim, foi possível a realização do objetivo dessa jornada.

Não somos o que deveríamos ser;
não somos o que queríamos ser; não
somos o que iremos ser, mas graças
a Deus, não somos o que éramos.

Martin Luther King

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão analisa a Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, uma instituição de ensino médio integrado ao ensino profissional localizada no interior do Ceará, e mesmo apresentando bons resultados nas avaliações externas, como o SPAECE, apresenta um número significativo de alunos aprovados parcialmente. Diante disso, propomos como questão da pesquisa: *quais as causas do número elevado de alunos aprovados parcialmente na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves?* As hipóteses para o problema levantado na pesquisa são: i) a baixa aprendizagem dos alunos oriundos da rede municipal; ii) a falta de ações mais eficazes para a recuperação de aprendizagem dos alunos com baixo rendimento; iii) a falta de um acompanhamento pedagógico mais efetivo e iv) o predomínio entre alguns professores da concepção de que o único culpado pela reprovação é o discente. O objetivo geral da dissertação é analisar os indicadores internos da escola em questão e propor estratégias que possibilite diminuir as taxas de reprovação e, sobretudo, aprovação parcial, de forma a garantir um ensino com mais equidade. Os objetivos específicos definidos para este estudo foram: i) apresentar as taxas de reprovação, aprovação parcial e indicadores externos da Escola de Educação Profissional José Vidal Alves; ii) analisar as causas que levam às altas taxas de reprovação e, sobretudo, de aprovação parcial na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves, quando se compara com outras Escolas Profissionais da mesma regional de ensino e iii) elaborar um Plano de Intervenção Pedagógica para ser aplicado na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves com a finalidade de promover a melhoria na aprendizagem, e consequentemente, diminuir o número de alunos aprovados parcialmente. Para tanto, utilizamos como metodologia a perspectiva qualitativa, e como instrumentos, entrevistas e coleta de informações na escola e no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE). Considerando a amplitude da discussão acerca da reprovação, utilizaremos como referencial teórico análises de pesquisadores sobre o assunto, como: Forgiarini e Silva (2008), Men (2004), Paro (2013), Jacomini (2009) e Arroyo (1992). Considerando os dados apresentados, pode-se inferir que os alunos em situação de aprovação parcial apresentavam grande defasagem de aprendizagem do ensino fundamental, e que na sua grande maioria eram oriundos da rede pública. Todavia, a responsabilidade pelas altas taxas de aprovação parcial não recai unicamente sobre a baixa aprendizagem do aluno no ensino fundamental. Os dados obtidos na pesquisa apontam para uma ineficácia dos processos de Recuperação Paralela e Progressão Parcial desenvolvidos pela escola, em função principalmente, da maneira pela qual eles são executados. Além disso, a partir das respostas dos professores aos questionário e do relato do núcleo gestor, podemos inferir que a escola tem uma dificuldade em desenvolver um acompanhamento pedagógico em sala de aula e proporcionar uma formação continuada aos professores, sejam nos seus planejamentos ou na hora-atividade. Nesse contexto, apresentou-se o Plano de Ação Educacional, contemplando ações que visam amenizar as dificuldades de aprendizagem apresentados pelos alunos no 1º ano. Foi apresentado também ações que buscam aperfeiçoar o processo pedagógico da escola, no que se refere ao acompanhamento em sala de aula e ao processo de formação continuada aos professores, bem como ações que tem como intuito a reformulação dos processos de recuperação paralela e progressão parcial articulada pela escola.

Palavras-Chave: Ensino Médio. Reprovação. Aprendizagem.

ABSTRACT

The present dissertation is developed for the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case analyzes the José Vidal Alves State School of Professional Education, a high school integrated to the professional education located in the interior of Ceará, and even presenting good results in external evaluations, such as SPAECE, presents a significant number of approved students partially. In view of this, we propose as a research question: what are the causes of the high number of students partially approved in the José Vidal Alves State School of Professional Education? The hypotheses for the problem raised in the research are: i) the low learning of the students coming from the municipal network; ii) the lack of more effective actions for the recovery of the learning of the students with low income; iii) the lack of a more effective pedagogical monitoring and iv) the predominance among some teachers of the conception that the only one blamed for failure is the student. The general objective of the dissertation is to analyze the internal indicators of the school in question and to propose strategies that allow it to reduce the rates of disapproval and, in particular, partial approval, in order to guarantee a more equitable education. The specific objectives defined for this study were: i) to present the failure rates, partial approval and external indicators of the José Vidal Alves State School of Professional Education; ii) to analyze the causes that lead to high reprobation rates and, above all, partial approval in the José Vidal Alves State School of Professional Education, when compared to other Vocational Schools of the same region of education, and iii) to elaborate a Pedagogical Intervention Plan to be applied in the State School of Professional Education José Vidal Alves with the purpose of promoting the improvement in learning, and consequently, to reduce the number of partially approved students. To do so, we use as methodology the qualitative perspective, and as instruments, interviews and information collection in the school and in the Integrated School Management System (SIGE). Considering the breadth of the discussion about reprobation, we will use theoretical analyzes of researchers on the subject, such as: Forgari e Silva (2008), Melchior (2004), Paro (2013), Jacomini (2009) and Arroyo (1992). Considering the presented data, it can be inferred that the students in situation of partial approval presented a great delay of learning of the elementary school, and that in their great majority they came from the public network. However, the responsibility for the high rates of partial approval does not lie solely with the low level of student learning in the elementary school. The data obtained in the research point to an inefficiency of the processes of Parallel Recovery and Partial Progression developed by the school, mainly due to the way in which they are executed. In addition, from the teachers' responses to the questionnaires and from the report of the managing nucleus, we can infer that the school has a difficulty in developing a pedagogical accompaniment in the classroom and providing a continuous formation to the teachers, either in their planning or in the hour-activity. In this context, the Educational Action Plan was presented, contemplating actions that aim to ameliorate the learning difficulties presented by students in the first year. It was also presented actions that seek to improve the pedagogical process of the school, with regard to the classroom follow-up and the ongoing teacher training process, as well as actions aimed at reformulating the processes of parallel recovery and articulated partial progression by the school.

Keywords: High School. Disapproval. Learning.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Aprovação por etapa escolar (2014 – 2016).....	22
Gráfico 2 – Reprovação no Ensino Médio do Brasil por série (2014-2016)	22
Gráfico 3 – Média de proficiência do SPAECE no 5º Ano em Língua Portuguesa e em Matemática das escolas municipais de Canindé (2014-2016)	33
Gráfico 4 – Média de Proficiência do 9º Ano do município de Canindé (2014-2016)	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos de Aprendizagem desenvolvidos na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves	33
Quadro 2 – Dificuldades enfrentadas por você durante a Recuperação Paralela	87
Quadro 3 – Principais conclusões das análises e ações propostas	96
Quadro 4 – Ação 1: Realização de avaliação diagnóstica com as turmas do 1º ano do Ensino Médio.....	98
Quadro 5 – Ação 2: Projeto de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática	99
Quadro 6 – Ação 3: Sistematizar cronograma de acompanhamento da Coordenação Pedagógica aos professores em sala de aula	101
Quadro 7– Ação 4: Reformulação do processo de Recuperação Paralela.....	102
Quadro 8– Ação 5: Reformulação do processo de Progressão	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas do ensino médio no Brasil (2011 – 2016).....	21
Tabela 2 – IDEB (2009-2015)	22
Tabela 3 – Índice de Reprovação por Estado no Ensino Médio (2016)	24
Tabela 4 – Percentual de abandono (Ceará/Brasil) em 2016.....	27
Tabela 5 – Taxas de Rendimento do Ensino Médio – Ceará (2014 – 2016)	27
Tabela 6 – Taxas de Rendimento do Ensino Médio / CREDE (2016)	28
Tabela 7 – Matrículas na Rede Municipal de Canindé / Série Histórica	32
Tabela 8 – Número de Escolas na Rede Municipal de Canindé / Série Histórica	32
Tabela 9 – Distribuição das turmas da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2018)	35
Tabela 10 – Organização da carga da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves Horária por Base Comum, Base Diversificada e Base Profissional	36
Tabela 11– Oferta de vagas para o 1º ano do ensino médio na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves e a quantidade de inscritos em cada processo seletivo de ingresso na instituição (2015-2017).....	36
Tabela 12 – Renda das famílias dos alunos da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves por classes de rendimento médio mensal familiar (2018)	37
Tabela 13– Quadro Docente da Escola de Educação Profissional José Vidal Alves (2018) ..	38
Tabela 14 – Tempo de atuação dos professores da Base Comum na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.....	39
Tabela 15– Tipo de vínculo empregatício do Núcleo Gestor e dos funcionários da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2018).....	39
Tabela 16 – Taxa de Reprovação da EEEP José Vidal Alves e das Escolas Profissionais do Ceará (2014-2017).....	43
Tabela 17– Dados de reprovação das Eps que compõem a CREDE 07 (2015 – 2018)	43
Tabela 18– Dados de aprovação parcial das EPs que compõem a CREDE 07 (2015 – 2018)	44
Tabela 19 – Dados de Rendimento da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014 – 2018)	45

Tabela 20 – Desempenho da Aprendizagem por Turma da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2015-2017)	46
Tabela 21– Número de reprovados por disciplina na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2017)	48
Tabela 22 – Dados sobre reprovação nas turmas de 1º Ano da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2017)	49
Tabela 23 – Dados de reprovação nas turmas de 2º Ano da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2017)	49
Tabela 24– Dados de reprovação nas turmas de 3º Ano da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2017)	50
Tabela 25 – Dados de Reprovação por Curso / Base Profissional (Série Histórica 2014 – 2017).....	51
Tabela 26 – Dados do quantitativo de alunos na Progressão Parcial por disciplina (2014-2017)	52
Tabela 27 – Média de Proficiência do SPAECE em Língua Portuguesa e Matemática do Estado, Crede 7 e Escola Estadual de Educação Profissional Vidal Alves (2014-2017)	53
Tabela 28 – A trajetória dos alunos pesquisados no ensino fundamental	67
Tabela 29 – Nível de aprendizagem dos alunos que ingressam na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves oriundos da rede pública de ensino.....	68
Tabela 30 – Padrão de Desempenho do SPAECE em Matemática da rede municipal de Canindé (2016-2018).....	69
Tabela 31 – Padrão de Desempenho do SPAECE em Língua Portuguesa da rede municipal de Canindé (2016-2018).....	69
Tabela 32 – As causas das reprovações conforme os alunos pesquisados	74
Tabela 33 – Séries na qual os alunos pesquisados ficaram reprovados.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE/CE	Conselho Estadual de Educação do Ceará
CEJA	Centros de Educação de Jovens e Adultos
CENTEC	Instituto Centro de Ensino Tecnológico
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto de Corresponsabilidade da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SGP	Sistema de Gestão de Projetos
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
PIB	Produto Interno Bruto
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
TESE	Tecnologia Empresarial Socioeducacional
TEO	Tecnologia Empresarial Odebrecht
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A APROVAÇÃO PARCIAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL JOSÉ VIDAL ALVES: UM DESAFIO À GESTÃO ESCOLAR.....	20
1.1. Reprovação escolar no Ensino Médio do Brasil.....	20
1.2 A reprovação escolar no Ensino Médio do Ceará.....	26
1.3 A Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.....	29
1.3.1 O contexto em que está inserida a Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.....	30
1.3.2: A Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves: estrutura e organização	35
1.3.3 Projetos desenvolvidos na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves	40
1.4 Os indicadores internos e externos da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.....	42
2 ANÁLISE DA REPROVAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL JOSÉ VIDAL ALVES	55
2.1 A reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves: um caso a ser estudado.....	55
2.2 Metodologia e instrumentos de pesquisa.....	62
2.3 O cenário da reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves	67
2.4 O papel da coordenação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem.....	77
2.5 Os processos de recuperação de aprendizagem desenvolvidos na escola.....	85
3 PAE: ENFRENTAMENTO DA APROVAÇÃO PARCIAL ATRAVÉS DE AÇÕES DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE.....	96
3.1. Realização de uma Avaliação Diagnóstica com as turmas de 1º Ano	97

32	Implementação de Projeto de Nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa no 1º Período nas turmas de 1º Ano do Ensino Médio	99
33	Sistematizar cronograma de acompanhamento da Coordenação Pedagógica aos professores em sala de aula.....	100
34	Reformulação do processo de Recuperação Paralela	102
35	Reformulação do processo de Progressão Parcial	103
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRURADA COM O NÚCLEO GESTOR (DIRETORA E COORDENADORA PEDAGÓGICA)	111
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES	112
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS	116

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa os dados de rendimento acadêmico dos discentes do ensino médio da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, localizada no município de Canindé, no Ceará, entre os anos de 2014 a 2018, bem como investiga as possíveis causas de reprovação. É importante destacar que um dos problemas que acometem a instituição são as aprovações parciais a cada ano letivo, que geram a chamada “progressão parcial”. Esta é o processo pelo qual o aluno que não obtém aprovação em até três disciplinas, em regime seriado, pode cursá-las subsequente e concomitantemente as séries seguintes. A Progressão Parcial é prevista na legislação educacional do país e do estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 também traz referências sobre a progressão parcial em seu capítulo sobre a Educação Básica em que determina: “[...] nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino” (BRASIL, 1996). Já a Resolução N°472/2018, do Conselho Estadual de Educação do Ceará, afirma que: “Entende-se por progressão parcial a promoção do aluno para o ano seguinte, com defasagem em alguns conteúdos dos componentes curriculares/áreas do conhecimento, necessitando por esse motivo, de outras oportunidades de aprendizagem, previstas e regulamentadas no Projeto Pedagógico e no Regimento Escolar” (CEARÁ, 2018).

Na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, as taxas de aprovação parcial têm apontado para a existência de um desafio a ser superado pela escola, se comparado com as mesmas taxas de outras Escolas Profissionais da mesma regional. Entretanto, o desempenho da escola nas avaliações externas tem se mostrado satisfatório, uma vez que a proficiência obtida no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará (SPAECE), no período de 2010 a 2018, tanto na disciplina de Matemática, como em Língua Portuguesa, situa a escola nos padrões mais elevados de desempenho. Essa situação sempre me instigou como professor da escola durante o período de 2009 a 2014, e posteriormente, a partir de 2015, como coordenador escolar. Se por um lado os bons indicadores externos obtidos pela escola apontam para um trabalho realizado com sucesso, os índices de reprovação e aprovação parcial no mesmo período indicam o contrário. Nesse sentido, analisar as fontes e a natureza da não aprovação é analisar a própria missão das escolas, incluindo a série de variáveis e processos que incidem sobre a aprendizagem no ambiente escolar, sua qualidade, seus contextos e seus resultados. Assim, podemos afirmar que o processo de aprendizagem está atrelado a diversos fatores. Segundo Paro (2001), a aprendizagem na escola envolve um conjunto de variáveis,

como os recursos materiais, as políticas públicas, o envolvimento dos professores, diretores, coordenadores pedagógicos e famílias, além do material didático disponível e outros aspectos do cotidiano escolar. Entretanto, é recorrente no interior das escolas a noção de que a razão do não aprendizado está atrelada a apenas um elemento, o aluno.

Porém, este estudo tem a intenção de analisar os múltiplos elementos que podem contribuir para o aumento do número de alunos aprovados parcialmente na escola pesquisada, e propor soluções para a mesma. Assim, propomos como questão de pesquisa: *quais as causas do número elevado de alunos aprovados parcialmente na Escola Estadual de Educação Profissional José Alves?* As hipóteses para o problema levantado por este estudo são: i) a baixa aprendizagem dos alunos oriundos da rede municipal; ii) a falta de ações mais eficazes para a recuperação de aprendizagem dos alunos com baixo rendimento; iii) a falta de um acompanhamento pedagógico mais efetivo e iv) o predomínio entre alguns professores da concepção de que o único culpado pela reprovação é o discente.

O objetivo geral desta dissertação é analisar os indicadores internos da escola em questão, e propor estratégias que a possibilitem diminuir os índices de aprovação parcial, de forma a garantir um ensino voltado para os princípios da equidade. Já os objetivos específicos são: i) apresentar as taxas de reprovação, aprovação parcial e indicadores externos da Escola de Educação Profissional José Vidal Alves; ii) analisar as causas que levam às altas taxas de reprovação e, sobretudo, de aprovação parcial na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves, quando se compara com outras Escolas Profissionais da mesma regional de ensino; e iii) propor um Plano de Intervenção Pedagógica a ser aplicado na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves com a finalidade de promover melhoria na aprendizagem, e consequentemente diminuir o número de alunos reprovados.

A justificativa para este estudo de caso é o fato da escola apresentar um número elevado de aprovação parcial, embora se mostre eficaz no alcance de altas proficiências em avaliação de larga escala. Além disso, agrega-se a relação do pesquisador com o caso de gestão aqui estudado. Sou graduado em Matemática e Física pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), e pós-graduado (*lato sensu*) em Ensino da Matemática (Faculdade Ateneu) e Gestão e Coordenação Pedagógica (Faculdade Kurius). Sou também professor efetivo da rede municipal de Canindé desde 2010 e da rede estadual desde 2013. Minha experiência na educação é voltada não somente para regência, mas também para formação continuada de professores, na qual atuei como formador, tanto na rede municipal, como na estadual, no período de 2010 a 2015. Entretanto, a minha experiência mais desafiadora tem sido como coordenador escolar, desde 2015, na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.

Considerando a amplitude da discussão acerca da aprovação parcial que de certa forma está associado à reprovação e aos desafios inerentes à promoção de uma “educação como direito”, utilizaremos como referencial teórico para este estudo reflexões de estudiosos sobre reprovação escolar, como: Forgiarini e Silva (2008), Melchior (2004), Paro (2013), Jacomini (2009) e Arroyo (1992).

Para realizar este estudo, utilizamos a metodologia qualitativa, por se tratar de investigação de um fenômeno social e que atende aos objetivos de analisar as causas que contribuem para Progressão Parcial. Para obter os dados necessários às análises propostas, utilizamos instrumentos de pesquisa como roteiros semiestruturados, que foram realizados em entrevistas com a diretora e com a coordenadora pedagógica da instituição de ensino. Também foram aplicados questionários a 10 professores que estão há mais de 2 anos na escola, e com 25 alunos que foram reprovados em no máximo 3 disciplinas e realizaram o processo de Progressão Parcial. As entrevistas tiveram o intuito de obter informações junto aos professores e gestores acerca do processo de ensino-aprendizagem, e sobre as possíveis causas das reprovações na escola. Coletamos também informações na secretaria da instituição de ensino e na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) a qual a escola está vinculada, e por meio do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), para analisarmos os índices de reprovação da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves dentro de um contexto regional.

Para apresentar as reflexões deste estudo, a dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, é apresentado os indicadores de reprovação no contexto nacional, com ênfase no ensino médio. Em seguida são apresentados esses mesmos dados no contexto do ensino médio do estado do Ceará, fazendo uma menção aos resultados por regional, denominadas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs). Descrevemos, ainda, o contexto local em que está inserida a Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, na cidade de Canindé, e suas dependências, alunos, pais e/ou responsáveis e seus professores. Apresentamos também nesse capítulo dados que evidenciam a necessidade do presente estudo como os dados de aprovação e aprovação parcial da escola durante o período de 2014 a 2018, com um comparativo com outras escolas profissionais da mesma Crede.

No segundo capítulo, analisaremos as causas que levam a reprovação e, sobretudo, a aprovação parcial na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves, e apresentaremos o referencial teórico e os eixos de análise que embasam o presente estudo. Ainda nesse capítulo,

é apresentada a metodologia adotada e os instrumentos de pesquisa de campo para, em seguida, analisar os dados obtidos a partir deles.

Por fim, o capítulo três propõe um plano de intervenção com o objetivo de contribuir para minimizar os problemas de fluxo escolar.

1 A APROVAÇÃO PARCIAL NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL JOSÉ VIDAL ALVES: UM DESAFIO À GESTÃO ESCOLAR

Segundo Menezes e Santos (2001), a Progressão Parcial “[...] é a possibilidade, assegurada por lei, de o aluno ser promovido para a série (ou período) seguinte mesmo não alcançando resultados satisfatórios em algumas disciplinas da série anterior”. Os resultados não satisfatórios apontados por Menezes e Santos (2001) referem-se à reprovação escolar, que atinge uma parcela bem significativa de alunos na educação básica, principalmente no ensino médio. A reprovação nas escolas brasileiras é um problema antigo e está atrelada à ideia de que os sujeitos aprendem ou deveriam aprender em tempos iguais e determinados. Esta noção é uma concepção tradicional de ensino que concebe o professor como um transmissor de conhecimentos e o aluno como um mero receptor. Em meio a tantas discussões sobre reprovação, é importante esclarecer que as taxas de reprovação não estão relacionadas somente aos problemas individuais dos alunos, mas também a problemas do processo de ensino. A reprovação está associada a uma série de questões que precisam ser avaliadas, não somente pela escola, mas também pelo aluno e pela família. Portanto, é necessário questionar: a retenção se deu por falta de comprometimento e maturidade do aluno, por dificuldades de aprendizagem ou por falhas da escola no processo de ensino? É necessário avaliar todo um contexto para realizar uma reflexão sobre o problema.

Diante disso, *o objetivo deste capítulo é apresentar as taxas de reprovação e aprovação parcial da Escola de Educação Profissional José Vidal Alves*. Para tanto, esse capítulo foi dividido em quatro seções. Na primeira seção, é feita uma abordagem sobre os indicadores de reprovação do ensino médio no contexto nacional. Na segunda seção, a abordagem restringe-se à rede estadual do Ceará. Na terceira seção, apresentamos o contexto da escola pesquisada, o que nos ajuda a compreender o caso de gestão em estudo. E, para concluir o capítulo, enfatizaremos, na quarta seção, os índices de proficiência da escola no SPAECE, os índices de reprovação e aprovação parcial da escola dentro de seu contexto regional, bem como por série e disciplina.

1.1 Reprovação escolar no ensino médio do Brasil

Um dos desafios do Brasil no que diz respeito à garantia do direito à educação é proporcionar, a todos os níveis de ensino, em especial ao ensino médio, o acesso a uma escola

de qualidade, onde todos os estudantes tenham a mesma oportunidade de aprendizagem e que cada um seja atendido de acordo com suas necessidades. Na verdade, passados mais de vinte anos da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Nº 9.394 de 1996, que concedeu ao ensino médio o “status” de última etapa da educação básica, é evidente a ausência de políticas públicas voltadas especificamente à garantia não só da universalização dessa etapa de ensino, mas também que todo estudante permaneça e o conclua com o conhecimento necessário (BRASIL, 1988).

Segundo Volpi e Ribeiro (2014), universalizar o ensino médio com qualidade permanece, ainda hoje, um dos principais desafios da educação no país. Ainda que nas duas últimas décadas os indicadores de acesso e de permanência tenham evoluído, o Brasil apenas conseguiria universalizar o ensino médio em 30 anos se as condições atuais na educação prevalecerem (VOLPI e RIBEIRO, 2014). Todavia, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) Nº 95/2016, que “congela” os investimentos em educação por 20 anos (2016-2036), essa meta ficará mais distante de ser alcançada. Portanto, diferentemente do que aconteceu na década de 1990, em que a busca pela universalização do ensino fundamental ocasionou um crescimento vertiginoso na expansão do ingresso no ensino médio, nos últimos anos, esses números têm apresentado certa irregularidade, conforme se observa nos dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Matrículas do ensino médio no Brasil (2011-2016)

ANO	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS
2011	8.400.689
2012	8.376.852
2013	8.312.815
2014	8.300.189
2015	8.074.881
2016	8.131.988

Fonte: CENSO 2016/INEP.

Infere-se, pelos dados da Tabela 1, que de 2011 a 2015, o número de matrículas no ensino médio no Brasil diminuiu de um ano para o outro. E de 2015 a 2016 houve um ligeiro aumento de 57.107 matrículas. A diminuição das matrículas deve-se a diversos fatores que impedem os adolescentes de permanecer na escola e progredir em seus estudos na educação básica na idade prevista. Independentemente do lugar, a relação desses adolescentes com a escola é muito parecida. Os obstáculos também são semelhantes. Alguns deles estão relacionados com o contexto socioeconômico, como o trabalho precoce, a gravidez e a violência familiar e no entorno da escola. Outros estão vinculados a questões ligadas à organização da

escola, como os conteúdos distantes da realidade dos alunos; a falta de diálogo entre alunos, professores e a gestão da escola; a desmotivação e as condições de trabalho dos professores; a violência no cotidiano escolar e a infraestrutura precária dos estabelecimentos de ensino (UNESCO, 2014).

Todavia, é importante destacar que nos últimos anos o acesso à escola foi ampliado, mas essa evolução não se traduziu em qualidade. Diferentemente do ensino fundamental, o ensino médio apresenta um desafio maior no que se refere à melhoria dos indicadores de aprendizagem (IDEB, SPAECE e ENEM), sobretudo, na rede pública. Diante disso, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016, e que posteriormente foi convertida na Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, conhecida como Lei do Novo Ensino Médio, se valeu desse cenário para anunciar mudanças. De acordo com a exposição de motivos, em termos de proficiência:

Em 1995, os alunos apresentavam uma proficiência média de 282 pontos em Matemática e, hoje, revela-se o índice de 267 pontos, ou seja, houve uma queda de 5,3% no desempenho em Matemática neste período. Os resultados tornam-se mais preocupantes quando é observado o desempenho em Língua Portuguesa: em 1995 era 290 pontos e, em 2015, regrediu para 267 – uma redução de 8% (BRASIL, 2016c).

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino médio, calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que é o mais importante indicador da Educação Básica, nos últimos quatro anos esta etapa tem praticamente estagnado, conforme é possível observar nos dados da Tabela 2.

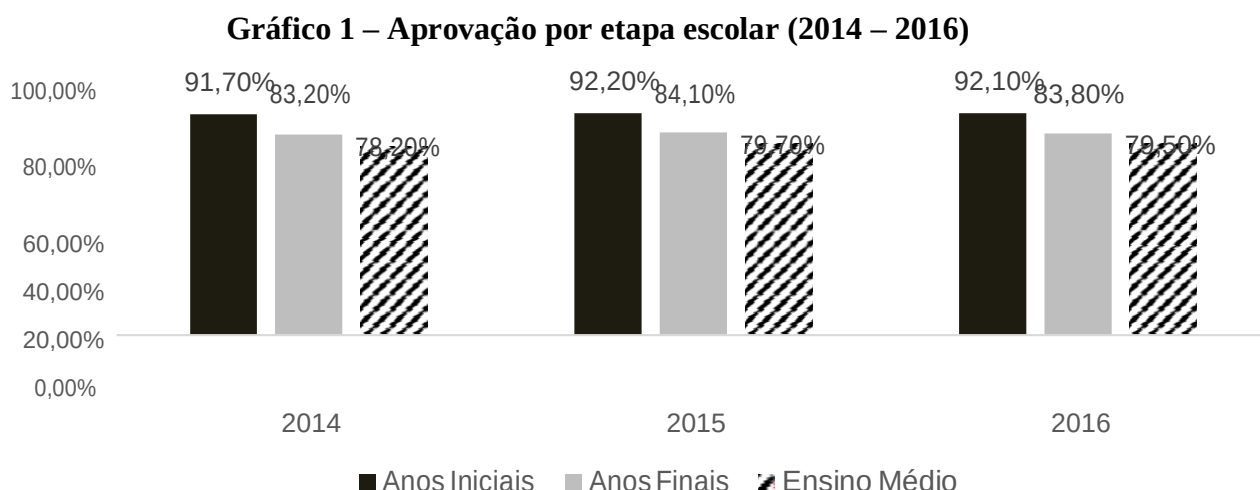
Tabela 2 – IDEB (2009-2017)

Anos	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
2009	4,6	4,0	3,6
2011	5,0	4,1	3,7
2013	5,2	4,2	3,7
2015	5,5	4,5	3,7
2017	5,8	4,7	3,8

Fonte: MEC/INEP (2016).

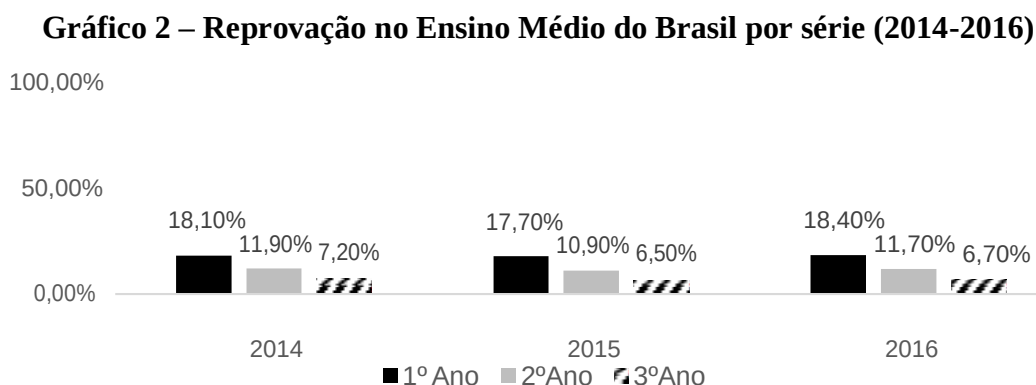
O IDEB, criado em 2007, é o principal indicador sobre a educação básica no Brasil, e é calculado a partir de dois componentes: o fluxo escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Os dados da Tabela 2 indicam que o ensino médio é a etapa de ensino com o menor IDEB. Isso revela a necessidade de mudanças. Além disso, é também a

etapa escolar com o menor índice de aprovação, conforme observado no Gráfico 1. Uma vez que o número de reprovações no Brasil diminui de forma mais acentuada no ensino fundamental do que no ensino médio, conforme dados do INEP (2017). Dessa forma, persiste as diferenças históricas entre as taxas de aprovação dos anos iniciais do fundamental em relação aos anos finais e também em relação ao médio, conforme percebemos nos dados organizados no Gráfico 1.



Fonte: INEP (2017).

Ainda conforme dados do INEP (2017) sobre o ensino médio no Brasil, é possível inferir que o 1º ano é a série com maior reprovação, conforme observado no Gráfico 2. E, possivelmente, isso se deve a: i) baixa aprendizagem dos alunos no ensino fundamental; ii) a falta de adaptação ao currículo do ensino médio, uma vez que há um acréscimo de novos componentes curriculares, como Química, Física e Biologia e uma redução do tempo de aula de 55 para 50 minutos; iii) questões sociais e econômicas da população em geral e que atinge diretamente as famílias e os jovens ao ingressar no ensino médio. Muitos, nesse período da vida, precisam conciliar os estudos com o trabalho.



Fonte: INEP (2017).

O que se observa a partir dos dados do Gráfico 2 é que, passa-se anos e as escolas não têm conseguido vencer a barreira da reprovação do ensino médio, principalmente no 1º ano, que concentra os resultados mais elevados e que vai decrescendo ao longo das séries seguintes, caracterizando, conforme Stecanela (2016, p. 350), um fenômeno chamado “efeito funil”. Segundo a pesquisadora, este pode ser definido do seguinte modo: “São inegáveis os avanços conquistados nas várias fases de ampliação da escolarização obrigatória no Brasil, porém ainda se assiste à grande defasagem nos fluxos de passagem entre os anos iniciais e finais do EF e EM e na transição do EF para o EM”. Diante desse cenário, Arroyo afirma que: “O que continua preocupante não é apenas a teimosia com que se repetem por décadas os mesmos índices de reprovação, mas, também, a teimosia em continuarmos fazendo as mesmas análises clínicas e individuais” (1992, p.46).

Na análise sobre este problema, as disparidades regionais também são visíveis nos indicadores de reprovação do ensino médio, conforme se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Índice de Reprovação por Estado no Ensino Médio por estados (2016)

(Continua)

Estado	% de Reprovação
Amazonas	5,9
Ceará	6,9
Paraíba	7,4
Pernambuco	7,6
Rondônia	8,6
Goiás	8,8
Piauí	9,2
Acre	10
São Paulo	10,9
Alagoas	11,1
Pará	11,7
Roraima	11,7
Maranhão	11,8
Tocantins	11,9
Minas Gerais	13,7
Santa Catarina	13,9
Paraná	14,3
Mato Grosso do Sul	14,9
Distrito Federal	16,5
Sergipe	16,6
Amapá	16,9
Espírito Santo	17

Estado	% de Reprovação
Rio de Janeiro	17
Bahia	18,7
Rio Grande do Norte	18,8
Rio Grande do Sul	21
Mato Grosso	21,6

Fonte: INEP (2017).

Inferir-se, pelos dados da Tabela 3, que o estado do Mato Grosso destaca-se negativamente entre as unidades da federação com a maior taxa de reprovação em 2016 (21,6%) – percentual mais de três vezes superior ao do Amazonas (de 5,90%). Já o estado do Ceará, apresenta o segundo índice mais baixo de reprovação (6,90%), ficando atrás somente do estado do Amazonas. É importante frisar que ambos os estados nos últimos anos têm expandido dentro de seus sistemas de ensino o número de escolas de tempo integral que oferecem o ensino médio. A educação em tempo integral no Amazonas foi regulamentada oficialmente em 2008, pela Resolução Nº 112/2008 do Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE/AM), conforme aponta Elisiário (2017). E no Ceará, o marco da expansão das escolas de tempo integral foi a Lei Nº 14.273/2018, que regulamentou a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs). Posteriormente, em 2017, a Lei Estadual Nº 16.287, institui a política de ensino médio em tempo integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará.

Já em um contexto internacional, os índices de reprovação no Brasil são mais alarmantes. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado em 2015, apontou que entre os mais de 70 países participantes, apenas a Colômbia reprova mais do que o Brasil. Mesmo em comparação com nossos vizinhos, com quem compartilhamos uma história de desigualdades sociais, estamos em posição de vergonhoso destaque. Em 2010, entre os 41 países que compõem a América Latina e o Caribe, o Brasil possuía a maior taxa de reprovação na educação básica, de acordo com o relatório do Compromisso Educação Para Todos, da Unesco. O PISA revela ainda uma tendência mundial de diminuição das taxas de reprovação: apenas cinco dos países pesquisados tiveram aumento de seus índices em 2015, comparativamente a 2009. Países como Costa Rica, França, Indonésia, Letônia, Malta, México e Tunísia, além da região de Macau, na China, tiveram queda acima de 10 pontos percentuais nos índices de reprovação. Já na Noruega e Japão, simplesmente não possuem reprovação.

Portanto, diante de tudo o que foi exposto nessa seção, percebe-se os desafios enfrentados pelo ensino médio no Brasil, sobretudo, no que se refere aos altos índices de reprovação. A seguir, analisaremos o ensino médio no Ceará com ênfase nas taxas de reprovação apresentadas a nível estadual e por CREDE.

1.2 A reprovação escolar no Ensino Médio do Ceará

A adesão da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC/CE) à política nacional de educação profissional, por meio do Programa Brasil Profissionalizado¹, permitiu que a partir de 2007 passassem a coexistir no estado dois tipos de oferta de ensino médio público: o ensino médio regular e o ensino médio integrado à educação profissional, oferecido em regime de tempo integral, com sistemáticas de gestão administrativa, financeira e pedagógica próprias. A oferta de ensino médio integrado à educação profissional foi a opção de educação profissional adotada pela SEDUC para a rede estadual do Ceará. Apesar da legislação colocar como facultativo a oferta de educação profissional de forma concomitante e subsequente².

Conforme Vieira e Vidal (2016, p. 112), no período de 2008 a 2014, com financiamento federal, foram construídas, reformadas ou ampliadas 106 escolas em 82 municípios do Ceará, com a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, com uma proposta de 53 cursos profissionalizantes, e matrícula de 40.897 estudantes. Em 2014, as matrículas nessas escolas passaram a representar 12% da oferta da rede pública, e o restante, nas escolas de ensino médio regular.

Um outro avanço em termos de políticas públicas para o ensino médio no Ceará foi a aprovação da Lei Estadual Nº 16.287, de 20 de julho de 2017, que institui a política de ensino médio em tempo integral no âmbito da rede estadual de ensino do Ceará. Segundo o artigo 1º desta Lei:

Fica instituída a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará objetivando a progressiva adequação das escolas já em funcionamento, ou que vierem a ser criadas, para a oferta de Ensino Médio em Tempo Integral, com 45 (quarenta e cinco) horas semanais (CEARÁ, 2017, p. 128).

Conforme dados da SEDUC/CE, em 2017, 45 escolas passaram a integrar o Programa de Ensino Médio em Tempo Integral. E, para 2018, pretendia-se alcançar o número de 111

¹ Instituído em 2017, por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro daquele ano, o Programa Brasil Profissionalizado, atua no fomento de ações que visam à expansão, ampliação e modernização das escolas das redes estaduais de Educação Profissional e Tecnológica, com a finalidade de expandir e ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio, principalmente do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica.

² A lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, altera o artigo 36 da LDB e propõe que a educação profissional técnica de nível médio poderá ser desenvolvida na forma subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (art. 36 – B II) e concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso (art. 36 – C, II)

escolas que somadas às 117 de ensino profissional a rede estadual passará a ter 228 instituições de tempo integral dentre as 720 escolas estaduais de ensino médio.

Em relação aos indicadores do ensino médio do Ceará, conforme dados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), 10,1% dos estudantes avaliados em 2016 estão na escala de proficiência Adequada em Língua Portuguesa, e 7,7% em Matemática. O SPAECE é uma avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do ensino fundamental (5º e 9º ano) e do ensino médio (3º ano), em Língua Portuguesa e em Matemática. Este sistema de avaliação foi implementado em 1992 por meio de sua Secretaria de Educação (SEDUC/CE).

Além destas informações sobre o desempenho dos estudantes do estado, uma parcela significativa dos jovens que ingressam no ensino médio da rede estadual cearense não consegue concluí-lo. Segundo informações do Portal Qedu³, apresentadas na Tabela 4, a porcentagem de abandono de alunos do ensino médio registrada em 2016 foi de 9,7%, portanto, maior que o percentual do país no mesmo período, que foi 7,5%.

Tabela 4 – Percentual de abandono escolar no Ceará e no Brasil (2016)

	Ceará	Brasil
Anos Finais do Ensino Fundamental	3	3,5
Ensino Médio	9,7	7,5

Fonte: Portal Qedu (2017).

Observa-se ainda na Tabela 4 que a taxa de abandono na rede estadual cearense é menor que a taxa nacional nos anos finais do ensino fundamental. Entretanto, quando se compara as duas taxas no ensino médio, a rede estadual cearense apresenta um valor maior do que a brasileira em 2,2%. Nesse sentido, apresentamos, na Tabela 5, as taxas de rendimento do ensino médio da rede cearense no período de 2014 a 2016, a fim de que possamos avaliar seus dados. Essas taxas são geradas a partir da soma da quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de um ano letivo.

Tabela 5 – Taxas de rendimento escolar do Ensino Médio no Ceará (2014-2016)

(Continua)

Ano	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2014	281.000	83,7	24.980	7,4	29.620	8,9

³ O Portal QEdu é um site que foi lançado em 2012 pela Fundação Lemann, que permite a gestores educacionais, professores, pesquisadores, jornalistas e pessoas interessadas em educação, fazer análises simples sobre o ensino de escolas, municípios, estados e do país, até comparações mais complexas, que levam em conta a evolução do aprendizado, a localização e o contexto das escolas – como infraestrutura, renda dos alunos e equipamentos disponíveis.

Ano	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2015	273.217	84,4	24.114	7,5	26.255	8,1
2016	274.902	83,4	22.680	6,9	31.875	9,7

Fonte: SEDUC/CE (2017).

Como podemos observar, os dados da Tabela 5 mostram certa estabilidade nos percentuais de aprovação (em torno de 84%), reprovação (entre 6 e 8%) e abandono (entre 8 e 10%). Analisando as colunas em separado, observamos que houve um grande número de alunos reprovados, com uma redução de 2014 para 2016 não tão significativa. Além disso, percebe-se também o aumento do número de alunos que abandonam o ensino médio. De 2014 para 2016 houve um aumento de 0,8%, ou em valores absolutos, 2.255 alunos.

Como forma de aprofundarmos ainda mais nos estudos dessa temática, apresentamos, na Tabela 6, as taxas de rendimento do ensino médio de 2016 por Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE). A CREDE é um órgão de execução regional responsável pela aplicação e acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC). Divididas em 20, as CREDE's são responsáveis pelas escolas estaduais de todo o Ceará e, com seus núcleos, agem diretamente com os professores, coordenadores e demais atores da educação do estado em atividades nas unidades de ensino.

Tabela 6 – Taxas de rendimento do Ensino Médio do Ceará por CREDE (2016)

	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crede 1	31.946	78,4	3.593	8,8	5.224	12,8
Crede 2	22.879	89,4	1.157	4,5	1.559	6,1
Crede 3	8.312	86,1	607	6,3	734	7,6
Crede 4	6.871	83,0	766	9,2	646	7,8
Crede 5	14.421	89,3	884	5,5	846	5,2
Crede 6	23.085	86,4	1.834	6,9	1.797	6,7
Crede 7	6.617	88,6	407	5,5	443	5,9
Crede 8	8.249	81,9	808	8,0	1.020	10,1
Crede 9	11.132	83,4	829	6,2	1.393	10,4
Crede 10	13.794	84,2	1.026	6,3	1.566	9,6
Crede 11	4.054	89,2	252	5,5	238	5,2
Crede 12	10.042	84,1	756	6,3	1.144	9,6
Crede 13	10.505	87,5	593	4,9	911	7,6
Crede 14	5.796	90,2	237	3,7	393	6,1
Crede 15	4.586	87,6	155	3,0	492	9,4
Crede 16	7.087	82,4	733	8,5	783	9,1
Crede 17	6.513	88,3	330	4,5	530	7,2
Crede 18	10.749	84,4	863	6,8	1.128	8,9
Crede 19	15.039	86,1	978	5,6	1.454	8,3
Crede 20	7.855	84,8	479	5,2	932	10,1

Fonte: INEP/Censo Escolar 2016 elaborado por SEDUC/COAVE/CEGDA/Indicadores Educacionais.

Percebe-se, a partir das informações contidas na Tabela 6, que a Crede 14, constituída pelas as cidades de Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu e Solonópoles, apresentou o melhor percentual de aprovação (90,2%), enquanto a Crede 1, constituída pelas cidades de Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Guaiuba, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, apresentou o índice mais baixo (78,4%).

No que refere à reprovação, a Crede 4, que abrange as cidades de Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópoles e Uruoca, apresentou o maior índice e a Crede 15, que abrange as cidades de Aiuba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá, apresentou o menor índice (3,0%). Já o índice de abandono é maior na Crede 1 (12,8%) e menor na Crede 5 (Carnaubal, Croata, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará) e Crede 11 (Ereré, Iracema, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Pereiro e Potiretama) com 5,2%.

Pelas informações da Tabela 6, é possível inferir que a Crede 7, que abrange as cidades de Canindé, Caridade, General Sampaio, Itatira, Paramoti e Santa Quitéria, possui o 5º melhor desempenho das Credes no índice de aprovação (88,6%). O 6º menor índice de reprovação (5,5%) e o 2º menor de evasão.

De forma geral, esses dados apontam para a reprovação e o abandono como os grandes desafios a serem superados no ensino médio do Ceará, que mesmo com implantação de políticas educacionais voltadas para melhoria da aprendizagem, como o Projeto Diretor de Turma⁴ e as Escolas Profissionais, ainda não conseguiu resultados tão significativos. A abordagem nessa seção dos índices de reprovação do Ceará permite-nos compreender em que contexto macro está inserida a Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, escola objeto deste estudo, e que será analisada na seção seguinte.

1.3 A Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves

Nesta seção, será apresentado o município onde se localiza a Escola de Educação Profissional José Vidal Alves, bem como as informações gerais sobre o contexto que ela está inserida. Os dados da escola foram obtidos no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), na

⁴ Projeto Diretor de Turma: Tecnologia educacional de execução simples, em que um professor, ministrante de qualquer disciplina e com perfil adequado para exercer a função, assume o compromisso de responsabilizar-se pelos alunos de uma única turma, ao longo de 05 horas semanais, desenvolvendo atividades de planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes.

secretaria da escola, na CREDE e na SEDUC/CE. As informações sobre o município de Canindé foram adquiridas nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). No que se refere aos indicadores educacionais da cidade, as informações foram retiradas do portal do CAEd e portal do INEP.

Para facilitar a compreensão acerca das informações da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, essa seção foi dividida em três subseções que abordarão temáticas distintas, mas importantes para a compreensão do caso de gestão em estudo. A primeira subseção aborda o contexto em que está inserida a escola; a segunda apresenta a estrutura física e a organização da escola; e a terceira, os projetos desenvolvidos pela instituição de ensino.

1.3.1 O contexto em que está inserida a Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves

A Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, objeto deste estudo, está localizada em Canindé, cidade situada no sertão central do Ceará, a 115km de Fortaleza. Sua população está estimada em 77.514 habitantes. Destes, 63% vive em área urbana e sua extensão territorial é de 3.218km² (IBGE, 2017).

A economia da cidade está organizada, basicamente, sobre a administração pública, o comércio, os serviços, a indústria de transformação e o turismo religioso (IPECE, 2014); uma vez que Canindé é conhecida nacionalmente por abrigar a maior peregrinação das Américas e a segunda maior do mundo, realizada em devoção a São Francisco de Assis, chamado também de São Francisco das Chagas (de Canindé). O município só perde em romaria franciscana para cidade de Assis na Itália, local atribuído o nascimento do santo (MENDES et al, 2017). Aproximadamente 2,5 milhões de pessoas transitam somente pela área urbana do município durante os festejos alusivos ao santo padroeiro e nos meses subsequentes ao novenário. O evento acontece normalmente no período de trinta de setembro a quatro de outubro, dia de São Francisco (FERNANDES, 2017).

A agricultura baseia-se nas culturas de subsistência, especialmente milho e feijão, além de banana e mamona. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, suínos e aves. A cidade de Canindé é a que detém o maior Produto Interno Bruto (PIB) no Território dos Sertões de Canindé, a saber, R\$ 615.832,00, conforme dados de 2015 (IPECE 2017). O Território dos

Sertões de Canindé é composto pelos municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Madalena, Paramoti e Itatira.

A cidade apresenta baixo nível socioeconômico, evidenciado pela sua renda média domiciliar per capita, que conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, era de R\$ 354,12, enquanto nesse mesmo período a média nacional foi de R\$ 668,00.

Conforme o PNUD, o IPEA e a FJP (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apresentado por Canindé, em 2010, foi de 0,612. Dentre os municípios cearenses, esse indicador corresponde ao 113º de um total de 184, sendo que Fortaleza apresenta o melhor (0,754) e no contexto nacional, a colocação é a 3.997ª. São Caetano do Sul, em São Paulo, apresentou o melhor IDH nacional (0,862) (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

Além da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, Canindé possui mais quatro escolas de Ensino Médio: duas regulares (Colégio Estadual Paulo Sarasate e Escola Frei Policarpo), uma de tempo integral (EEMTI Capelão Frei Orlando) e um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Frei José Ademir de Almeida.

No que se refere aos indicadores educacionais, em 2015, Canindé apresentou a taxa de escolarização líquida de 84,99% no ensino fundamental e 47,53% no ensino médio, conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Nesse mesmo período, o indicador nacional era de 96,5% do ensino fundamental e 83,3% do ensino médio, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), edição 2016. A taxa de escolarização líquida, corresponde a relação entre a matrícula dos estudantes na faixa etária adequada a determinado nível de ensino e a população dessa mesma faixa etária (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2015).

A taxa de distorção idade/série em Canindé, no ano de 2016, conforme o IPECE, apresentou 16,57% no ensino fundamental e 16,60% no ensino médio. Nesse mesmo ano, o índice nacional foi de 18,6% no ensino fundamental e 18% no ensino médio, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). A taxa de distorção idade/série corresponde a relação entre o número de alunos em idade ideal matriculados em determinada série e o total de alunos matriculados na mesma série, em cada nível de ensino

Em relação a matrícula da rede municipal de Canindé, percebe-se uma redução nos últimos anos no ensino fundamental, conforme é possível verificar nos dados da Tabela 7.

Tabela 7 – Matrículas na Rede Municipal de Canindé (2009-2018) / Série Histórica

ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL			ENSINO FUNDAMENTAL			EJA	TOTAL
	CRECHE	PRE	TOTAL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	TOTAL		
2009	1.183	2.090	3.273	7.744	5.896	13.640	545	17.458
2010	1.252	2.044	3.096	7.310	5.775	13.085	288	16.669
2011	1.357	1.952	3.309	6.983	5.630	12.613	311	16.233
2012	1.439	1.983	3.422	6.581	5.381	11.962	571	15.955
2013	1.370	1.948	3.318	6.136	5.201	11.337	426	15.081
2014	1.304	1.815	3.119	5.778	4.807	10.585	749	14.453
2015	1.324	1.786	3.110	5.629	4.489	10.118	533	13.761
2016	1.306	1.718	3.024	5.439	4.353	9.792	388	13.204
2017	1.474	1.638	3.112	5.364	4.188	9.552	286	12.950
2018	1.723	1.682	3.405	5.235	4.046	9.281	221	12.907

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canindé (2018).

A redução das matrículas no ensino fundamental durante o período de 2009 a 2018, conforme se observa na Tabela 7, foi de 32,39% nos anos iniciais; 31,37% nos anos finais e 31,95% no geral. A combinação de evasão escolar com a perda de alunos para as cidades que fazem fronteira com Canindé, como Caridade, Chorozinho e Paramoti, são as maiores causas dessa redução. Obviamente, se há uma redução do número de alunos, consequentemente diminui também o número de escolas na rede de ensino, como se observa na Tabela 8.

Tabela 8 – Número de Escolas na Rede Municipal de Canindé / Série Histórica (2009-2018)

ANO	Nº DE ESCOLAS / LOCALIZAÇÃO		TOTAL DE ESCOLAS
	RURAL	URBANA	
2009	123	29	152
2010	113	28	141
2011	86	27	113
2012	86	27	113
2013	87	28	115
2014	81	25	106
2015	75	24	99
2016	71	24	95
2017	67	23	90
2018	25	61	86

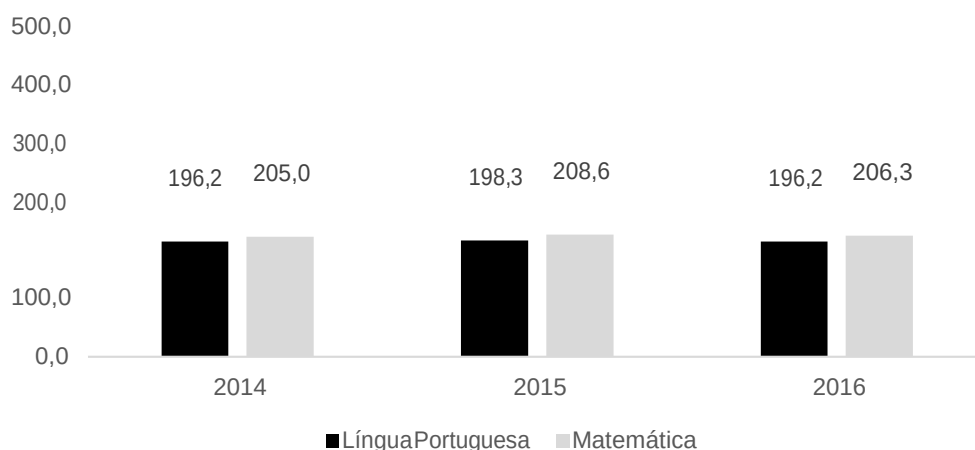
Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canindé (2018).

Inferir-se, pelos dados apresentados na Tabela 8, que houve uma redução na rede municipal de Canindé de 79,67% no número de escolas na zona rural no período de 2009 a 2018. Na zona urbana, houve um aumento de 110,34% e, no geral, houve uma redução de 43,42% no mesmo período. A redução do número de escolas na zona rural deve-se ao fechamento de diversas escolas multisseriadas por meio do processo chamado de nucleação,

iniciado em 2017, que consiste em reunir os alunos das escolas desativadas em escolas maiores. Ao passo em que se concentra maior número de alunos, viabiliza a separação em classes de acordo com a idade, elevando a qualidade do ensino. Um outro fator que contribuiu para essa redução foi o aumento do efetivo do transporte escolar, que passou a trazer um número maior de alunos da zona rural para a urbana.

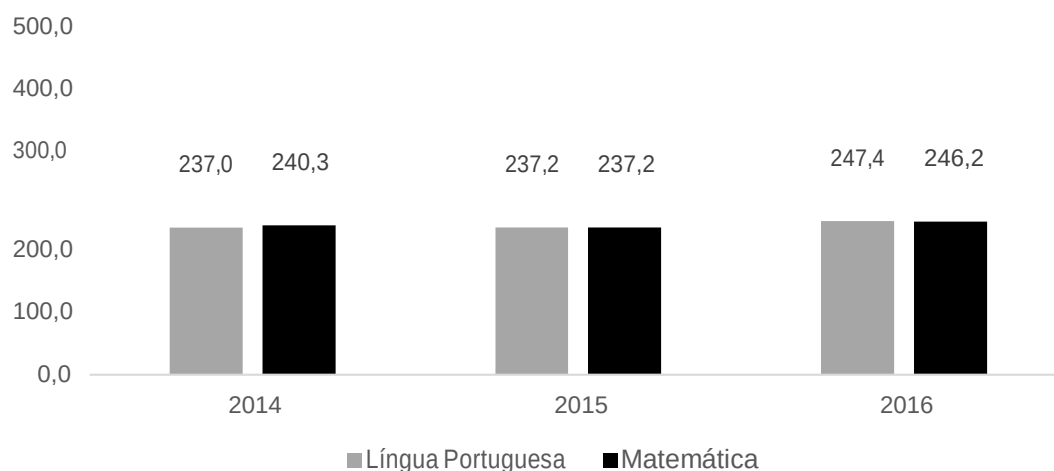
Em relação aos indicadores externos apresentados pela rede municipal de ensino de Canindé, chamo atenção para aqueles referentes ao Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) em 2016. Nesse ano, 10,2% dos estudantes alcançaram o padrão adequado em Língua Portuguesa e 2,6% em Matemática nas turmas de 9º ano. Nas turmas de 5º ano, 22,8% alcançaram o mesmo padrão de desempenho em Língua Portuguesa, enquanto 13,8% em Matemática. No Gráfico 3, observa-se a série histórica das médias de proficiência do 5º ano, em Língua Portuguesa e Matemática da rede municipal de ensino de Canindé.

Gráfico 3 – Média de proficiência do SPAECE no 5º Ano em Língua Portuguesa e em Matemática das escolas municipais de Canindé (2014-2016)



Fonte: Portal CAED, 2017.

É possível inferir, pelos dados do Gráfico 3 que a média de proficiência no 5º ano da rede municipal de Canindé durante o período de 2014 a 2016 não apresentou crescimento significativo em ambas as disciplinas, e que durante esse período se mantém o padrão de desempenho Intermediário. Já no Gráfico 4, observa-se a série histórica das médias de proficiência do 9º ano, em Língua Portuguesa e Matemática da rede municipal de ensino de Canindé.

Gráfico 4 – Média de Proficiência do 9º Ano do município de Canindé (2014-2016)

Fonte: Portal CAED.

Infere-se, pelos dados do Gráfico 4, que as proficiências em ambas as disciplinas tiveram um aumento de 2015 para 2016. Entretanto, ainda se apresentam de forma preocupante, uma vez que na série histórica observada, as proficiências encontram-se no padrão de desempenho crítico.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.3. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 153 de 184. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 120 de 184. Portanto, as proficiências do IDEB e SPAECE apontam para a ineficácia no processo de ensino-aprendizagem da rede municipal de Canindé, que corrobora para que a maioria dos alunos ingressem no ensino médio com um nível de conhecimento aquém do que se espera para essa etapa de ensino. Mesmo porque a defasagem de aprendizagem acumulada ao final do ensino fundamental e a pouca capacidade apresentada pelos alunos em interpretação de texto e raciocínio lógico-matemático faz com que muitos apresentem dificuldades em obter um melhor desempenho na continuidade dos conteúdos nas séries seguintes.

132 A Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves: estrutura e organização

É nesse contexto municipal que está inserida a Escola Profissional de Canindé, que foi implantada no ano de 2009 com a denominação de Escola Estadual de Educação Profissional Capelão Frei Orlando, e após 9 anos de existência, em 6 de março de 2018, passou para uma nova denominação: Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.

A Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal é uma escola de tempo integral e oferece o Ensino Médio integrado ao Ensino Profissional durante o dia. Além disso, na escola, durante a noite, funciona o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que atende alunos de escolas regulares, com a oferta do Ensino Profissional de forma concomitante ao ensino médio. A escola está sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação 7 (Crede 7), cuja atuação administrativa abrange, além da cidade de Canindé, mais cinco cidades do Sertão Central do Ceará: Caridade, Paramoti, Itatira, General Sampaio e Santa Quitéria.

A Escola José Vidal Alves atende um público de estudantes do ensino médio integrado na perspectiva profissionalizante, com uma oferta de cursos em quatro eixos tecnológicos: i) Informação e Comunicação (Informática e Redes de Computadores); ii) Saúde e Meio-ambiente (Enfermagem e Agropecuária); iii) Gestão e Negócio (Administração e Finanças) e iv) Segurança (Segurança do Trabalho). Em 2018, a matrícula inicial da escola registrou 414 estudantes divididos em 11 turmas, conforme observado na Tabela 9.

Tabela 9 – Distribuição das turmas da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2018)

Série	Curso	Total de Alunos
1º Ano	Enfermagem	45
	Informática	45
	Redes de Computadores	45
	Segurança do Trabalho	45
2º Ano	Administração	35
	Enfermagem	43
	Informática	36
3º Ano	Administração	39
	Agropecuária	24
	Finanças	33
	Informática	24

Fonte: EEEP José Vidal Alves (2018).

A carga horária diária na escola é de 7 horas e 30 minutos, divididas em 9 aulas de 50 minutos cada. Essas aulas são ofertadas em três eixos diferentes: Base Comum, Base Diversificada e Base Técnica, cuja carga horária varia de um curso para outro, com exceção da Base Comum, que é a mesma para todos os cursos, conforme observado na Tabela 10.

Tabela 10 – Organização da carga da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves Horária por Base Comum, Base Diversificada e Base Profissional

Curso	Base Comum (horas)	Base Diversificada (horas)	Base Técnica (horas)	Total (horas)
Enfermagem	2.620	920	1.860	5.400
Administração		1.480	1.300	
Finanças		1.680	1.100	
Informática		1.240	1.540	
Redes de Computadores		1.180	1.600	
Agropecuária		1.220	1.560	
Segurança do Trabalho		1.280	1.500	

Fonte: Seduc (2018).

A forma de ingresso dos alunos na escola é por meio de processo seletivo, regulamentado pela Secretaria da Educação do Estado (SEDUC/CE), mediante portaria específica, publicada a cada ano. Essa seleção acontece, anualmente, por meio de análise do rendimento escolar do aluno no período que compreende do 6º ao 9º ano para o ingresso no 1º ano do ensino médio. Essa contempla todos os componentes curriculares e justifica-se em virtude da oferta de vagas ser inferior à procura, conforme verificado na Tabela 11, que apresenta o número de alunos inscritos no processo da seleção e o total de vagas ofertadas nos anos de 2015 a 2017.

Tabela 11 – Oferta de vagas para o 1º ano do ensino médio na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves e a quantidade de inscritos em cada processo seletivo de ingresso na instituição (2015-2017)

Ano	Nº de inscritos	Oferta de vagas
2015	205	180
2016	286	135
2017	318	180

Fonte: EEEP José Vidal Alves, 2018.

É importante destacar que, conforme as orientações da Portaria que define sobre o processo de seleção de alunos, as escolas podem abrir novas turmas com 40 ou 45 discentes, e que desse total, 20%, obrigatoriamente, deverão ser de alunos oriundos da rede particular. Ou seja, se a escolar optar por turmas com 40 alunos, 8 deverão ser de alunos que concluíram o

ensino fundamental na rede particular e 32 na rede pública. Já se a escola optar por abrir turmas com 45 alunos, destes, 9 deverão ter concluído o ensino fundamental na rede particular e 36 na rede pública.

A Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves possui uma boa estrutura física, que proporciona uma comodidade aos alunos e viabiliza o cumprimento das atividades pedagógicas de forma satisfatória. O prédio é composto por 12 salas de aula, um Auditório, dois Laboratórios de Informática, um Laboratório de Línguas, Laboratório de Biologia, um Laboratório de Química, um Laboratório de Física e Matemática, dois Laboratórios Técnicos sendo Enfermagem e Hardware, Biblioteca, Cantina e Refeitório, Banheiros, Sala dos Professores, Secretaria, Diretoria, Ginásio Poliesportivo, Sala do Grêmio e Almoxarifados Pedagógicos e de Limpeza.

A maioria das famílias dos alunos desta escola possui uma renda baixa, os pais recebem, em média, de um a dois salários mínimos, conforme se pode observar nos dados da Tabela 12. Isso indica uma conformidade com o cenário nacional do ensino público, onde grande parte dos alunos são provenientes de famílias com o perfil socioeconômico baixo, e em alguns casos extremos, a única alimentação que o aluno tem acesso durante o dia é o que a escola oferece.

Tabela 12 – Renda das famílias dos alunos da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves por classes de rendimento médio mensal familiar (2018)

	FAIXA SALARIAL	% DE PAIS
Sem rendimento	Nenhuma renda.	1,57
Até 2 salários mínimos	Até R\$ 954,00.	34,70
	De R\$ 954,01 até R\$ 1.431,00	29,02
De 2 a 5 salários mínimos	De R\$ 1.431,01 até R\$ 1.908,00.	8,23
	De R\$ 1.908,01 até R\$ 2.385,00.	8,51
	De R\$ 2.385,01 até R\$ 2.862,00.	3,47
	De R\$ 2.862,01 até R\$ 3.816,00.	8,51
	De R\$ 3.816,01 até R\$ 4.770,00.	3,47
	De R\$ 4.770,01 até R\$ 5.724,00.	0,63
Mais de 5 salários mínimos	Acima de R\$ 5 724,00	1,89

Fonte: EEEP José Vidal Alves, 2018.

O quadro docente da escola é constituído por 22 professores, sendo que 16 atuam nas disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e 6 nas disciplinas da Base Técnica. Os docentes da Base Nacional são especialistas e graduados em licenciaturas específicas e todos pertencem ao quadro de professores temporários, cujo vínculo é com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC). Desde a implantação da escola em 2009, foi somente durante o período de 2014 a 2017 que o quadro de professores da Base Nacional teve na sua composição professores com vínculo efetivo, no total de quatro aprovados no Concurso Público realizado

em 2013, mas que foram reconduzidos para a coordenação pedagógica de outras escolas ou da própria escola. Enquanto os que atuam na Base Técnica são bacharéis ou tecnólogos nas suas áreas de atuação e o vínculo empregatício se dá pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), que é uma instituição pública na esfera estadual referência na promoção da educação profissional e em atividades tecnológicas necessárias ao desenvolvimento dos municípios em áreas estratégicas para a inclusão social e a inovação no Estado do Ceará.

Em relação ao quadro docente da escola, a Tabela 13 tem como objetivo informar o quantitativo atual por eixo (Profissional e Base Comum) e o tipo de vínculo (Efetivo ou Temporário).

Tabela 13 – Quadro Docente da Escola de Educação Profissional José Vidal Alves (2018)

Eixos	Efetivos	Temporários	Total
Base Nacional Curricular	0	16	16
Base Profissional	0	6	6
Total Geral			22

Fonte: EEEP José Vidal Alves, 2018.

O que chama atenção nos dados da Tabela 13 é o fato de não haver professor na escola com vínculo efetivo, conforme já mencionado. Isso, de certa forma, pode, em alguns momentos, provocar uma rotatividade no quadro docente, uma vez que o vínculo do professor temporário com a escola é de apenas dois anos, após esse período esse vínculo pode ser renovado a partir de uma nova seleção, por meio de análise de currículo e de entrevista. Como forma de evitar uma possível rotatividade de professores, que de certa forma pode ocasionar um prejuízo na aprendizagem e a descontinuidade no trabalho pedagógico, a escola busca manter o mesmo quadro docente. Salvo os casos em que o professor solicita o desligamento da escola em função de uma nova oportunidade profissional, como aprovação em concurso de uma outra rede de ensino ou casos em que o professor não apresenta as devidas qualificações para exercer o cargo. Podemos confirmar isso na Tabela 14, em que constam as informações relacionadas ao período de tempo em que cada professor da Base Comum está atuando na escola. Em relação aos professores da Base Profissional, esse tempo de atuação depende da oferta dos cursos na instituição.

Tabela 14 – Tempo de atuação dos professores da Base Comum na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves

Tempo de Atuação	Nº de Professores	%
Até 2 anos	4	25
De 2 a 4 anos	5	31,25
De 4 a 6 anos	3	18,75
Acima de 6 anos	4	25

Fonte: EEEP José Vidal Alves, 2018.

Percebe-se, pelas informações da Tabela 14, que quase a metade dos professores atuam na escola há mais de quatro anos. Isso colabora para uma sequência metodológica, que de certa forma traz benefícios para o processo de ensino-aprendizagem. No que se refere ao núcleo gestor da Escola José Vidal Alves, demais funcionários burocráticos e de serviços gerais, a Tabela 15 apresenta o quantitativo e o tipo de vínculo de seus integrantes.

Tabela 15 – Tipo de vínculo empregatício do Núcleo Gestor e dos funcionários da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2018)

Função	Vínculo
1 Diretora	Temporária
2 Coordenadores Pedagógicos	Efetivos
1 Coordenadora de Estágio	Efetiva
1 Coordenador Financeiro	Temporário
1 Secretária	Efetiva
1 Digitadora	Efetiva
1 Auxiliar Administrativa	Terceirizada
4 Auxiliares de Limpeza	Terceirizadas
2 Cozinheiras	Terceirizadas
2 Auxiliares de Cozinha	Terceirizados
1 Porteiro	Terceirizado

Fonte: EEEP José Vidal Alves, 2018.

O número de funcionários terceirizados apresentados na Tabela 15 não é considerado suficiente para atender todas as necessidades da escola, uma vez esse quantitativo correspondia a realidade do prédio anterior onde funcionava a escola, que possuía um espaço mais reduzido do que o atual prédio. Para sanar essa dificuldade, a diretora tem tentado buscar, por meio de solicitação a SEDUC/CE, a contratação de mais funcionários. Entretanto, as respostas são sempre negativas, em virtude da política de contenção de gastos, praticada pela administração pública estadual.

É importante mencionar que o processo de seleção do(a) diretor(a) de todas escolas da rede estadual do Ceará acontece por seleção, constituída por prova escrita e de títulos. Enquanto a seleção para coordenador acontece em uma primeira etapa, que corresponde a uma prova

escrita. Os candidatos aprovados passam a constituir um banco, na qual os diretores utilizam para formar os núcleos gestores das escolas mediante convite.

A Escola de Educação Profissional José Vidal Alves, no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), contempla um currículo integrado, que alia a educação profissional ao ensino médio, possibilitando que o aluno agregue à sua formação regular à qualificação profissional e à inserção no mercado de trabalho. Entretanto, devido as políticas educacionais com foco na inserção de alunos nas universidades, implementadas pela SEDUC/CE, a escola passou a cumprir dois papéis: formar profissionais de nível médio e preparar para os processos seletivos de acesso ao ensino superior.

Uma outra característica marcante na escola é o predomínio de um “clima de estudo” acompanhado pelo “clima disciplinar”, já que se trata de uma disciplina interiorizada que ocorre sem guardiões, nem vigilância. Tudo na escola ocorre de forma tranquila, cada um cumprindo o caminho traçado, sem “corre-corre”, sem gritos e sem confusão. Assim, sucede nos intervalos das aulas e no seu recomeço, na hora do almoço e nas salas de aula durante as aulas. Tal cultura disciplinar é determinada pelo Regimento Escolar.

133 Projetos desenvolvidos na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves

No que se refere a projetos desenvolvidos na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, percebe-se com clareza um foco na prática daqueles voltados para aprendizagem, como: i) Projetos de Reforço e Monitoria nas disciplinas com os rendimentos mais críticos, que ocorre nos intervalos do almoço e após a última aula do calendário normal; ii) Projeto “Se Eu Quero, Eu Posso, Eu Consigo”, voltado para a preparação para o Enem nas turmas de 2º ano e 3º ano com aulas extras aos sábados e iii) Projeto “Rumo ao Ensino Médio”, executado em 2017 com 90 alunos de turmas do 9º ano da rede municipal, com o objetivo de potencializar e fortalecer a base de aprendizagem para a entrada de todos no Ensino Médio por meio de aulas de reforço nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa no contraturno que o aluno estudava na rede municipal.

Quadro 1 – Projetos de Aprendizagem desenvolvidos na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves

Projeto	Responsáveis	Público-alvo	Período de Realização
Reforço e Monitoria nas disciplinas com os rendimentos mais críticos	Professores de cada disciplina	Alunos de 1º e 2º ano com baixo nível de aprendizagem	Durante todo o ano
“Se Eu Quero, Eu Posso, Eu Consigo”,	Núcleo Gestor da Escola	Alunos do 2º e 3º ano	Março a Novembro
“Rumo ao Ensino Médio	Professores de Matemática e Língua Portuguesa	Alunos de 9º ano da rede pública	Abril a Novembro

Fonte: EEEP José Vidal Alves, 2018.

Destaca-se também na escola, a prática do Projeto Diretor de Turma, que foi implementado na Rede Estadual de Ensino do Ceará no ano de 2008, como projeto piloto em outras 24 Escolas Estaduais de Educação Profissional, para oferecer uma nova dinâmica ao trabalho de sala de aula, com a presença de um novo personagem, intitulado Diretor de Turma. A função desse professor é mediar os processos de ensino-aprendizagem entre alunos e demais professores da respectiva turma, de forma a tornar o ambiente da sala um espaço favorável à aprendizagem pelo fomento de novas atitudes entre professores, alunos e família. Em 2010, esse projeto foi expandido para as escolas regulares, atingindo 92% delas em 2013, nas turmas de ensino médio. Conforme aponta Costa (2014, p. 8):

As ações do Projeto Professor Diretor de Turma buscam compreender o aluno da escola pública na sua individualidade, numa perspectiva de desmassificação que, pelo desenvolvimento de um trabalho cooperativo, levem os professores a conhecer a realidade e as dificuldades desses alunos e apoiá-los na superação desses desafios.

Uma outra política educacional de grande relevância, assim como o Projeto Diretor de Turma, é o Circuito de Gestão do Projeto Jovem de Futuro, implementado em 2017, na Escola Profissional José Vidal Alves, e nas demais escolas da rede estadual de ensino, com exceção das Escolas Indígenas, Escolas Quilombolas e Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs).

O Circuito de Gestão do Programa Jovem de Futuro é considerado uma política pública que introduz de uma forma mais impactante um novo cenário para educação no estado do Ceará, marcado sobretudo pela parceria público-privada, com implicações no processo de democratização da educação, conforme aponta Peroni (2017).

Peroni (2017) vai além quando afirma que é notório a presença maior do privado mercantil definindo a educação pública brasileira. O Estado continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública. Um exemplo disso é o próprio Circuito de Gestão que foi concebido pelo Instituto Unibanco⁵ e é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE) e consiste em um método de gerenciamento específico para o contexto escolar e tem como objetivo orientar, organizar e sistematizar os principais processos e procedimentos da gestão na escola com foco em ações específicas para os problemas que afetam o rendimento e a aprendizagem.

1.4 Os indicadores internos e externos da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves

Essa seção apresenta as médias de proficiência no SPAECE, os dados de aprovação, reprovação e aprovação parcial da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves. Os dados de aprovação e reprovação são provenientes dos resultados das avaliações realizadas pelos professores em sala de aula, com o intuito de verificar a aprendizagem dos seus alunos, por este motivo, é definida como Avaliação da Aprendizagem. É importante destacar que esta concorre também para a definição dos tempos pedagógicos necessários para organizar os conteúdos a serem trabalhados em cada bimestre, sendo seus resultados utilizados como uma forma de promoção do estudante.

Primeiramente, com o objetivo de entender a importância sobre esse estudo, apresentamos, na Tabela 16, a comparação entre a taxa de reprovação da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves com a média da taxa das Escolas Profissionais do Ceará de 2014 a 2017. Vale ressaltar que em 2019 na rede de ensino médio do estado há 119 Escolas Profissionais com uma matrícula total, em 2018, de 52.140 estudantes, conforme dados da Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação (COAVE)/SEDUC.

⁵ O Instituto Unibanco foi criado em 1982, inicialmente para promover as ações e os investimentos sociais do banco e a partir de 2003 expandiu sua atuação na educação formal, desenvolvendo projetos próprios. Em 2008 formou o conglomerado Itáu Unibanco.

Tabela 16 – Taxa de Reprovação da EEEP José Vidal Alves e das Escolas Profissionais do Ceará (2014-2017)

	2014	2015	2016	2017
Taxa de Reprovação da EEEP José Vidal Alves	3,67	2,58	9,50	1,20
Taxa média de reprovação das EPs	1,95	1,95	2,12	1,34

Fonte: Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação (COAVE) / SEDUC

Os dados apresentados na Tabela 16 indicam que a reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves apresenta uma taxa maior que a taxa média de reprovação das EPs (com exceção do ano de 2017). Percebe-se ainda que em alguns períodos, como em 2014 e 2016, a diferença expressa-se de forma significativa, embora as EPs apresentem a mesma proposta curricular. Diante disso, o presente trabalho tem uma grande relevância pois pretende analisar quais os fatores que colaboram para ocorrência dessas reprovações, e que como consequência, acarreta um grande número de alunos aprovados parcialmente.

A fim de compreender melhor as circunstâncias e o contexto que ocorre a reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, apresentamos na Tabela 17 um comparativo numa série de dados de 2015 a 2018 das taxas de reprovação das EPs que compõem a Crede 7, na qual a escola pesquisada faz parte, comparada com a taxa nacional.

Tabela 17 – Dados de reprovação das Escolas Profissionais que compõem a CREDE 07 (2015 – 2018)

Escola	% Reprovação			
	2015	2016	2017	2018
EEEP José Vidal Alves	2,5%	9,5%	1,2%	2,5%
EEEP Monsenhor Luis Ximenes Freire	1,0%	2,0%	0,6%	0,4%
EEEP Francisco Paiva Tavares ¹	-----	3,3%	1,8%	2,5%
Taxa Nacional	11,5%	11,9%	10,8%	----- ²

¹Escola implantada em 2016

²Dados ainda não informados

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) / Portal do Caed. Portal Qedu

Ao analisar os dados de reprovação das EPs apresentados na Tabela 17, podemos constatar percentuais bastante baixos de reprovação quando comparado com o contexto nacional. Percebe-se também que a EEEP Monsenhor Luis Ximenes Freire (localizada na cidade de Santa Quitéria) apresentou as menores taxas de reprovação e no período observado a maior taxa apresentada foi da EEEP José Vidal Alves em 2016 (9,5%). Podemos inferir também a partir dos dados da Tabela 18 que a reprovação na EEEP José Vidal Alves apresenta uma realidade muito semelhante a da EEEP Francisco Paiva Tavares (localizada na cidade de

Caridade), com exceção de 2016. Embora que as duas escolas apresentem realidades bem diferentes no que se refere ao alunato. A escola em Caridade possui um número menor de alunos e sua oferta de vagas contempla alunos de até três cidades diferentes: Canindé, Caridade e Paramoti. Enquanto a EEEP José Vidal Alves na sua grande maioria são alunos que residem em Canindé.

É importante destacar que assim como na EEEP José Vidal Alves, nas outras duas EPs que compõem a Crede 7 existe as situações de reprovações de alunos que consequentemente ocasiona um quadro de aprovação parcial. Esse é um processo pelo qual o aluno que não obtém aprovação em até três disciplinas, em regime seriado, pode cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes. Assim, apresentamos na Tabela 18 os dados referentes aos indicadores de aprovação parcial das escolas profissionais que compõem a Crede 7 a título de comparação.

Tabela 18 – Dados de aprovação parcial das EPs que compõem a CREDE 07 (2015-2018)

Escola	% Aprovação Parcial			
	2015	2016	2017	2018
EEEP José Vidal Alves	6,7%	18,0%	9,3%	21,3%
EEEP Monsenhor Luis Ximenes Freire	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
EEEP Francisco Paiva Tavares ¹	-----	0,0%	13,3%	7,1%

¹Escola implantada em 2016

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) / Portal do Caed

Pelos dados da Tabela 18, podemos inferir que comparado as outras EPs que fazem parte da Crede 7, as taxas de aprovação parcial da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal são as mais elevadas, com exceção de 2017, na qual a EEEP Francisco Paiva Tavares apresentou a maior taxa. Nota-se também, a partir dos dados da Tabela 19, que a EEEP Monsenhor Luis Ximenes Freire no período observado não registrou alunos parcialmente aprovados e que em 2018 foi o ano em que a taxa de aprovação parcial da EEEP José Vidal Alves apresentou a maior diferença em relação as outras duas EPs. Ou seja, os dados apresentados acima confirmam que a aprovação parcial na EEEP José Vidal Alves corresponde a um desafio a ser superado pela escola e que realmente há a necessidade de pesquisar quais as reais causas que ocasionam a reprovação e, consequentemente, ocasiona essa situação de altas taxas de aprovação parcial.

Diante de tudo que já foi exposto, é importante destacar que a Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal, assim como as demais EPs da rede de ensino médio do Ceará,

por ter uma oferta de ensino em tempo integral, não possui um grande número de alunos, como se observa nos dados da Tabela 19.

Tabela 19– Dados de Rendimento da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2018)

	2014		2015		2016		2017		2018	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Matrícula	515	100	387	100	390	100	346	100	395	100
Nº de Alunos aprovados	420	81,5	361	93,2	283	72,6	312	90,2	301	76,21
Nº de Alunos reprovados	16	3,6	10	2,5	37	9,5	4	1,2	10	2,5
Nº de Alunos aprovados parcialmente	79	15,3	26	6,7	70	18,0	30	9,3	84	21,3

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGÉ⁶)

Percebe-se, a partir dos dados contidos na Tabela 19, que embora a escola durante o período de 2014 a 2018 apresentou um número de matrículas relativamente baixo quando comparado com escolas regulares, o número de aprovação parcial foi alto, principalmente em 2014 (79 alunos aprovados parcialmente) e 2018 (84 alunos aprovados parcialmente). Os anos de 2015 e de 2017 foram os períodos com os menores números de aprovação parcial, 26 e 30, respectivamente.

Vale frisar que a aprovação parcial está associada à situação de reprovação. Nesse caso, o(a) aluno(a) que fica reprovado em até no máximo três disciplinas, no ano letivo seguinte realiza a progressão parcial no contraturno. A progressão parcial é regulamentada pelo Artigo 24, inciso III, da Lei Nº 9.394/96, nestes termos: "Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino". E, conforme o Parecer Nº 0319/2004 do Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE/CE), a progressão parcial permite corrigir as imperfeições de avaliação do sistema de ensino e relativiza a importância de conhecimentos isolados de uma disciplina. O CEE/CE traz ainda em outra resolução, a de Nº 472/2018, no seu artigo 1º, parágrafo único, a progressão parcial como direito de todos os alunos matriculados nas escolas que a adotam, a partir do 3º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, com reprovação no ano anterior.

⁶ Desenvolvido a partir da rotina administrativa das secretarias das escolas do estado de Ceará, associada à intensificação do uso do computador nesses ambientes, a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) criou o SIGÉ (Sistema Integrado de Gestão Escolar) - um programa informatizado moderno com um sistema próprio de planejamento, processamento dos dados e suporte. Presente atualmente em todas as unidades escolares da rede estadual de ensino do estado, o SIGÉ é a principal ferramenta de gestão educacional ao aperfeiçoar o trabalho escolar, proporcionando qualidade e dinamizando o atendimento à sua clientela.

Conforme Sarmiento et al (2011), a implementação do regime de progressão parcial indica uma transformação na organização escolar, no cotidiano da sala de aula, nas relações estabelecidas entre o professor, o aluno e a comunidade, no processo avaliativo constituído no diálogo, na confiança e na participação. Em outras palavras, a progressão parcial corresponde a uma estratégia diferenciada para que o aluno possa adquirir o conhecimento necessário numa determinada disciplina que ficou reprovado no ano anterior.

Dessa forma, ao analisar os dados da progressão parcial de 2014 até 2018 em turmas de 1º ano e 2º ano da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, foi verificado que somente em 2018 houve reprovação de alunos no processo. Nesse caso, dois alunos foram reprovados no 1º ano e três no 2º ano. Todavia, um dado chama atenção: o elevado número de alunos que ficam em progressão parcial no 1º ano. Isso implica em uma ampliação da carga horária de estudo, mas no 2º ano, a situação repete-se com os mesmos alunos.

Em 2014, 44 alunos de 1º ano de um total de 165 ficaram em progressão, e no ano seguinte, no 2º ano, ficaram 17, destes, 13 já tinham ficado no 1º ano, ou seja, cerca de 29%. Já em 2015, 16 alunos de 1º ano de um total de 119 ficaram e em 2016, no 2º ano, foram 30, destes, 8 já tinham ficado em 2015, ou seja 50%. E em 2016, 44 alunos de um total de 176 ficaram em progressão no 1º ano, no 2º ano em 2017, ficaram 15, destes, 13 ou cerca de 29% já tinham ficado na série anterior. Ou seja, pelos os dados acima, percebe-se que há alunos, que não conseguem avançar na aprendizagem, e acabam ficando em progressão em dois anos seguidos, e em algumas vezes nas mesmas disciplinas. Esse processo de estagnação e até mesmo de retrocesso na aprendizagem pode ser evidenciado nos dados presentes na Tabela 20, que contém os dados de rendimento das turmas que ingressaram na escola em 2015 e concluíram o ensino médio em 2017.

Tabela 20 – Desempenho da Aprendizagem por Turma da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2015-2017)

Curso	Aprovados (%)			Aprovações Parciais (%)			Reprovados (%)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Comércio	77,50	65,71	100,00	20,00	34,29	0,00	2,50	0,00	0,00
Enfermagem	75,00	83,87	100,00	19,44	6,45	0,00	5,56	9,68	0,00
Redes de Computadores	92,30	62,16	100,00	7,70	32,43	0,00	0,00	5,41	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE⁷)

7 Desenvolvido a partir da rotina administrativa das secretarias das escolas do estado de Ceará, associada à intensificação do uso do computador nesses ambientes, a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC) criou o SIGE (Sistema Integrado de Gestão Escolar) - um programa informatizado moderno com um sistema próprio de

Os dados na Tabela 20 reforçam a necessidade de repensar as práticas de ensino, de forma a atender cada aluno de acordo com suas necessidades e assegurar igualdade de oportunidades de aprendizagem a todos. Percebe-se no período analisado um aumento acentuado nas aprovações parciais, ocasionadas pelas reprovações, de 2015 para 2016, principalmente nas turmas dos cursos de Comércio e Redes de Computadores. E conforme o regimento da escola, não há progressão no 3º ano e quando algum aluno na recuperação final obtém uma nota menor que a média, o núcleo gestor da escola e os professores deliberam se esse aluno poderá fazer ou não uma nova prova. Isso explica porque durante o período de 2017 não há reprovações e registros de reprovação e aprovação parcial.

Diante desse cenário de reprovações contínuas, Arroyo (1992) afirma que persiste, muitas vezes, a continuidade das mesmas concepções de pensamento educacional voltada para as avaliações, para as análises coletivas e para os ineficazes métodos de ensino. É importante também destacar que o processo de recuperação realizada pela escola não acontece de forma paralela, como em outras escolas que sempre realizam no final de cada bimestre. Ele acontece na primeira semana do mês de julho com somente as disciplinas da base profissional ministradas no primeiro semestre e durante duas semanas de janeiro com as disciplinas da base comum e as da base profissional ministradas no segundo semestre. Esse tipo de organização e desenvolvimento do processo de recuperação está em conformidade com o Regimento Escolar e com a Resolução Nº 384/2004 do CEE/CE, que estão em consonância com a Lei Nº 9.394/96, na qual o art. 24, inciso V, alínea “e”, trata das regras comuns da organização da Educação Básica, mostra os critérios de verificação do rendimento escolar e assevera: “[...] obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos” (BRASIL, 1996).

Ainda partindo da ideia de que o processo de recuperação seja realizado, preferencialmente paralelo ao ano letivo e não obrigatoriamente, o CNE/CEB emitiu, em 2013, uma Nota sobre Estudos de Recuperação com os seguintes esclarecimentos:

É bom acrescentar que os estudos de recuperação também podem, como ato de reforço, ser realizados ao final do ano ou período letivo, se a escola assim dispuser em seu regimento, visto que o art. 24 da LDB já determinou a preferência a tais estudos paralelamente ao período letivo regular. Cabe ainda citar que o tempo destinado a estudos de recuperação não poderá ser

planejamento, processamento dos dados e suporte. Presente atualmente em todas as unidades escolares da rede estadual de ensino do estado, o SIGE é a principal ferramenta de gestão educacional ao aperfeiçoar o trabalho escolar, proporcionando qualidade e dinamizando o atendimento à sua clientela.

computado no mínimo das 800 horas anuais que a Lei determina, por não se tratar de atividade a que todos os alunos estão obrigados (BRASIL, 2013).

Portanto, diante do exposto, fica evidente que a organização e o funcionamento do processo de recuperação deverá ser estabelecido a critério da escola, que pode optar ou de forma paralela ao final de cada bimestre ou somente ao final do ano letivo, como acontece na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves. É importante também destacar que o período destinado a recuperação não pode ser contabilizado nos dias letivos, uma vez que é uma atividade que não contempla todos os alunos, somente os que não obtiveram a média para aprovação.

Diante de tudo o que foi exposto, quando se analisa os resultados de reprovação da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves por disciplina em uma série histórica, percebe-se que o desafio maior da escola está na área da Ciências da Natureza e em Matemática, conforme apontam os dados organizados na Tabela 21.

Tabela 21– Número de reprovados por disciplina na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2017)

Disciplina	2014		2015		2016		2017	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Matemática	40	7,76	20	5,16	35	8,97	10	2,89
Química	5	0,97	4	1,03	38	9,74	2	0,57
Física	5	0,97	4	1,03	22	5,64	5	1,44
Biologia	18	3,49	15	3,87	40	10,25	6	1,73
Língua Portuguesa	4	0,77	6	1,55	18	4,61	4	1,15
Artes	0	00	0	0	3	0,76	1	0,28
Inglês	32	6,21	5	1,29	19	4,87	0	0
Espanhol	3	0,58	10	2,58	2	0,51	0	0
Educação Física	0	00	2	0,51	8	2,05	0	0
Sociologia	0	00	2	0,51	8	2,05	3	0,86
Filosofia	8	1,55	8	2,06	3	0,76	5	1,44
História	17	3,30	4	1,03	11	2,82	0	0
Geografia	11	2,13	4	1,03	11	2,82	0	0
Base Profissional	25	4,85	12	3,10	48	12,30	15	4,33

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGe)

Podemos perceber, a partir dos dados da Tabela 22, que além do grande número de alunos reprovados nas disciplinas que realmente configuram-se como as mais “difíceis” no Ensino Médio: Matemática, Química, Física e Biologia, há também situações de reprovações nas disciplinas que de certa forma, em um contexto educacional, não se apresentam normalmente como desafiadoras para aprendizagem, como História, Geografia, Educação

Física, Inglês e Arte e Educação. Quando se analisa a reprovação por série, percebe-se que as turmas de 1º ano concentram um número significativo, como se observa na Tabela 22.

Tabela 22 – Dados sobre reprovação nas turmas de 1º Ano da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2017)

	2014		2015		2016		2017	
Disciplina	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Matemática	19	11,72	12	10,08	30	17,04	9	6,81
Química	4	2,46	3	2,52	33	18,75	2	1,51
Física	4	2,46	2	1,68	18	10,22	3	2,27
Biologia	10	6,17	5	4,20	33	18,75	4	3,03
Língua Portuguesa	3	1,85	1	0,84	12	6,81	4	3,03
Artes	0	0	0	00	3	1,70	1	0,75
Inglês	26	16,04	3	2,52	15	8,52	0	0
Espanhol	1	0,61	3	2,52	1	0,56	0	0
Educação Física	0	0	0	0	7	3,97	0	0
Sociologia	0	0	0	0	3	1,70	0	0
Filosofia	6	3,70	0	0	3	1,70	1	0,75
História	6	3,70	2	1,68	10	5,68	0	0
Geografia	3	1,85	1	0,84	11	6,25	0	0
Base Profissional	17	10,49	3	2,52	37	21,02	11	8,33

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE).

Inferir-se, a partir dos dados da Tabela 23, que na área da Ciências da Natureza e Matemática, as disciplinas de Matemática e Biologia concentram a maior quantidade de reprovações. Na área de Linguagens e Códigos, são as disciplinas de Língua Portuguesa e Inglês e na área das Ciências Humanas, as disciplinas de História e Geografia. Na Tabela 23 organizamos os dados de reprovação por disciplina nas turmas de 2º ano em uma série histórica.

Tabela 23 – Dados de reprovação nas turmas de 2º Ano da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2017)

(Continua)

	2014		2015		2016		2017	
Disciplina	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Matemática	21	13,29	8	5,55	5	4,71	1	0,75
Química	1	0,63	1	0,69	3	2,83	0	0
Física	1	0,63	2	1,38	3	2,83	2	1,5
Biologia	8	5,06	10	6,94	6	5,66	2	1,5
Língua Portuguesa	1	0,63	5	3,47	6	5,66	0	0
Artes	0	0	0	0	0	0	0	0
Inglês	6	3,79	2	1,38	3	2,83	0	0
Espanhol	2	1,26	7	4,86	1	0,94	0	0
Educação Física	0	0	2	1,38	1	0,94	0	0
Sociologia	0	0	2	1,38	5	4,71	3	2,25
Filosofia	2	1,26	8	5,55	0	0	4	3
História	11	6,96	2	1,38	1	0,94	0	0

	2014		2015		2016		2017	
Disciplina	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Geografia	8	5,06	3	2,08	0	0	0	0
Base Profissional	8	5,06	9	6,25	11	10,37	4	3

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGe)

Percebe-se, por meio das informações da Tabela 23, que assim como nas turmas de 1º ano o maior número de reprovações nas turmas de 2º ano na área de Ciências da Natureza e Matemática são nas disciplinas de Matemática e Biologia, na área de Linguagens e Códigos, o maior número de reprovações são também nas disciplinas de Língua Portuguesa e Inglês, já na área das Ciências Humanas, o maior número de reprovações acontece na Filosofia e História. No que se refere às turmas de 3º ano, o desempenho apresentado pelos alunos é bastante positivo, como se observa na Tabela 24.

Tabela 24 – Dados de reprovação nas turmas de 3º Ano da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves (2014-2017)

	2014		2015		2016		2017	
Disciplina	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Matemática	0	0	0	0	0	0	0	0
Química	0	0	0	0	2	2,06	0	0
Física	0	0	0	0	1	1,03	0	0
Biologia	0	0	0	0	1	1,03	0	0
Língua Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Artes	0	0	0	0	0	0	0	0
Inglês	0	0	0	0	1	1,03	0	0
Espanhol	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação Física	0	0	0	0	0	0	0	0
Sociologia	0	0	0	0	0	0	0	0
Filosofia	0	0	0	0	0	0	0	0
História	0	0	0	0	0	0	0	0
Geografia	0	0	0	0	0	0	0	0
Base Profissional	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGe)

Percebe-se na série histórica analisada que o único ano que houve reprovações no 3º Ano foi em 2016. Isso acontece, muitas vezes, porque não há o processo de progressão com alunos desta série. Quando acontece de alguns deles não conseguirem a média para aprovação na recuperação final, o núcleo gestor da escola juntamente com os professores, deliberam pela realização ou não de uma nova prova. Quando a decisão é pela aplicação de uma nova prova de recuperação, caso o(a) aluno(a) não consiga novamente atingir a média de aprovação, a condição final será como reprovado(a) e o(a) mesmo (a) concluirá o ensino médio em uma escola regular. Em relação a esse processo, não há dados quantitativos, uma vez que a escola

não tem a prática de reter o aluno no 3º ano e no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGe) não há a possibilidade de aprovação parcial nessa série,

O ensino médio ofertado pela Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves é integrado ao Ensino Profissional, por isso que no seu currículo além das disciplinas da Base Comum há as disciplinas da Base Profissional para cada curso que a escola oferta. A recuperação e a progressão parcial dessas disciplinas seguem as mesmas diretrizes dos processos realizados com as disciplinas da Base Comum. A Tabela 25 apresenta o número de alunos reprovados por curso nas disciplinas da Base Profissional no 1º e 2º ano, durante o período de 2014 a 2017.

Tabela 25 – Dados de Reprovação por Curso/Base Profissional (2014-2017)

Ano	Série	Curso	Nº de Alunos	Total de Alunos
2014	1º Ano	Agropecuária	3	30
		Comércio	2	
		Enfermagem	1	
		Informática	12	
	2º Ano	Agropecuária	8	
		Enfermagem	0	
		Finanças	3	
		Informática	1	
2015	1º Ano	Comércio	0	13
		Enfermagem	3	
		Redes de Computadores	0	
	2º Ano	Agropecuária	8	
		Comércio	1	
		Enfermagem	1	
		Informática	0	
	2016	1º Ano	Administração	
Agropecuária			15	
Finanças			3	
Informática			17	
2º Ano		Comércio	1	
		Enfermagem	4	
		Redes de Computadores	6	
2017		1º Ano	Administração	1
	Enfermagem		5	
	Informática		6	
	2º Ano	Administração	1	
		Agropecuária	0	
		Finanças	2	
		Informática	3	

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGe)

Os dados da Tabela 26 indicam um número maior de reprovações nas turmas de 1º ano e nas disciplinas associadas ao curso de Informática (39 reprovações no período observado) que pertence ao Eixo Informação e Comunicação e no curso de Agropecuária (34 reprovações no período observado) que pertence ao Eixo Meio-Ambiente e Saúde. É importante esclarecer que a Tabela 24 não apresenta informações referentes ao 3º ano, porque, conforme a matriz curricular das Escolas Profissionais, os alunos nesse período realizam o estágio, cuja carga horária é de 4 horas diárias em um dos turnos e no outro, é completado com as aulas voltadas para a Base Comum.

No que se refere ao processo de Progressão Parcial, também chamada de Dependência, ocorre na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves durante o período da noite, das 18h às 20h 30min no primeiro semestre do ano, com aulas presenciais, e a metodologia empregada pauta-se em aulas expositivas, com o professor regente de cada disciplina e por estudo dirigido, com a presença apenas dos alunos, que permanecem na escola realizando atividades direcionadas pelos professores. A Tabela 26 tem o objetivo de apresentar o quantitativo de alunos que foram submetidos ao processo da Progressão Parcial nas turmas de 1º ano e 2º ano durante o período de 2014 a 2017 em cada disciplina.

Tabela 26 – Dados do quantitativo de alunos na Progressão Parcial por disciplina (2014-2017)

Disciplinas	2014		2015		2016		2017		Total
	1º Ano	2º Ano	1º Ano	2º Ano	1º Ano	2º Ano	1º Ano	2º Ano	
Matemática	12	16	11	2	9	4	5	1	60
Química	1	0	3	0	16	12	0	0	32
Física	1	0	1	0	1	2	2	2	9
Biologia	7	6	4	3	14	2	3	3	42
Língua Portuguesa	3	0	1	0	2	6	3	0	15
Arte	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Espanhol	0	0	2	2	1	1	0	0	6
Inglês	20	3	1	1	4	0	0	0	29
Educação Física	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Sociologia	0	5	0	1	0	0	0	5	11
Filosofia	3	6	0	1	0	0	0	2	12
História	5	1	1	0	1	0	0	0	8
Geografia	2	2	0	0	3	3	0	0	10
Base Profissional	12	6	1	4	13	8	7	7	58

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGe)

Os dados da Tabela 26 apontam para uma concentração maior de alunos na Progressão Parcial em turmas de 1º ano. E as disciplinas que apresentam um maior quantitativo de alunos nesse processo são Matemática (60 alunos), disciplinas da Base Profissional (58 alunos), Biologia (42 alunos), Química (32 alunos) e Inglês (29 alunos).

Portanto, os dados expostos até aqui sinalizam para um grande desafio a ser enfrentado pela escola no que se refere ao grande número de alunos aprovados parcialmente. Todavia, na contramão desses resultados, a escola tem apresentado no SPAECE nos últimos anos uma proficiência alta em ambas as disciplinas, como aponta a Tabela 27.

Tabela 27 – Média de Proficiência do SPAECE em Língua Portuguesa e Matemática do Estado, Crede 7 e Escola Estadual de Educação Profissional Vidal Alves (2014-2017)

	Estado		Crede		Escola	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
2014	266,3	263,6	273,3	279,6	349,6	319,4
2016	265,4	265,9	265,1	264,6	336,7	320,7
2017	269,10	272,8	270,4	273,4	360,7	333,5

Fonte: Portal Caed

Infere-se a partir dos dados da Tabela 28, que a Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves apresenta média de proficiência tanto em Língua Portuguesa como em Matemática superior aos que são apresentados pelo Estado e Crede. Pode-se observar também que a escola no período analisado em ambas as disciplinas apresenta média de proficiência nos dois padrões mais elevados de desempenho: intermediário e adequado.

Portanto, a presente pesquisa apresenta-se como elemento importante para a análise do contexto em que ocorre a aprovação parcial, uma vez que isso envolve analisar a própria missão da escola, sem deixar de lado as variáveis que incidem sobre a aprendizagem no meio escolar. Os dados coletados permitem-nos inferir que a aprovação parcial na Escola Estadual de Educação Profissional é de fato um grande desafio a ser superado pela escola, uma vez que esses índices estão dentre os maiores das EPs que constituem a Crede 7 no período de 2014 a 2018. Percebe-se também que a aprovação parcial acontece com uma concentração maior nas turmas de 1º ano, e no que se refere às disciplinas, as três mais críticas são Matemática, as disciplinas da Base Profissional e Biologia. Assim, concluímos essa seção com a certeza de que diante de um quadro tão preocupante no que se refere aos altos índices de aprovação parcial, há a necessidade de pensar um novo modelo de escola, menos excludente e discriminatória, e que tenha um “olhar pedagógico” mais voltado para a individualidade, e que, sobretudo, possa

romper com a concepção tradicionalista de que os sujeitos aprendem ou deveriam aprender em tempos iguais e determinados.

No próximo capítulo, será realizado uma análise das variáveis que incidem sobre a aprendizagem, além da apresentação do referencial teórico mobilizado para a reflexão do presente caso de gestão.

2 ANÁLISE DA REPROVAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL JOSÉ VIDAL ALVES

O objetivo deste capítulo é analisar as causas que levam a reprovação e, sobretudo, a aprovação parcial na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves. Para isso, o capítulo é constituído por três seções. A primeira apresenta os referenciais teóricos utilizados para o andamento da investigação e análise do caso de gestão, valendo-se de diversos autores com obras que abordam o assunto. Nesta seção, a reprovação que, conseqüentemente, gera um grande número de alunos na progressão parcial na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves é analisada a partir das possíveis causas, como: i) a baixa aprendizagem dos alunos oriundos da rede municipal; ii) a falta de ações mais eficazes para a recuperação de aprendizagem dos alunos com baixo rendimento; iii) a falta de um acompanhamento pedagógico mais efetivo e iv) o predomínio ainda entre alguns professores da concepção de que o único culpado pela reprovação é o aluno. A segunda seção enfatiza a metodologia aplicada para investigar o problema junto aos alunos, professores e gestores da escola. Nela são apresentadas as opções metodológicas escolhidas pelo pesquisador e o detalhamento da realização da pesquisa, incluindo os atores pesquisados e os instrumentos selecionados para a coleta de dados. E, por fim, a terceira seção é composta pela apresentação e análise dos dados obtidos a partir da investigação de campo e dos referenciais teóricos utilizados na pesquisa bibliográfica.

2.1 A reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves: um caso a ser estudado

Essa seção tem como objetivo apresentar o referencial teórico que norteará o estudo dos fatores que podem colaborar para a reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, e que certamente, também são fatores propícios a intervenções que poderão proporcionar um número menor de alunos na progressão parcial na própria escola.

A progressão parcial, nos termos do Parecer nº 472/2018 do Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE/CE) é concebida como:

[...] a promoção do aluno para o ano seguinte, com defasagem em alguns conteúdos dos componentes curriculares/ área do conhecimento, necessitando,

por esse motivo, de outras oportunidades de aprendizagem, previstas e regulamentadas no Projeto Pedagógico e no Regimento Escolar. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ, 2018).

Nas escolas de ensino médio do Ceará, a progressão parcial é ofertada ao aluno que não alcançar desempenho satisfatório em até três disciplinas, ocorrendo retenção, caso ultrapasse esse limite. E ainda conforme o mesmo parecer, no Parágrafo único, a progressão parcial constitui-se um direito de todos os alunos matriculados nas escolas que a adotam.

No que refere ao contexto de reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, duas situações precisam ser destacadas: a reprovação que está relacionada a aprovação parcial, que é aquela na qual o aluno não consegue êxito em até três disciplinas, que é o objeto da pesquisa, e a reprovação que gera a retenção do aluno na mesma série que estudou, quando o mesmo não consegue êxito em mais de três disciplinas.

Os fatores que serão analisados nessa pesquisa, que podem colaborar para a reprovação e consequentemente a aprovação parcial são: a baixa aprendizagem dos alunos oriundos da rede municipal; a falta de estratégias mais efetivas que realmente colaborem para a recuperação de aprendizagem dos alunos de baixo rendimento; a falta de um acompanhamento pedagógico mais efetivo e o predomínio ainda entre alguns professores da concepção de que o único culpado pela reprovação é o aluno.

É preciso primeiro esclarecer que, dentro do cenário educacional brasileiro, as discussões sobre reprovação não é algo recente, pelo contrário, há décadas que se discute essa temática. Todavia, a reprovação ainda constitui um dos grandes problemas na educação. Nesse sentido, Arroyo afirma que:

O que continua preocupante não é apenas a teimosia com que se repetem por décadas os mesmos índices de reprovação, mas, também, a teimosia em continuarmos fazendo as mesmas análises clínicas e individuais. Como se estivéssemos diante de uma epidemia, uma doença crônica que se impõe à nossa competência profissional e à nossa ousadia pedagógica. (ARROYO, 1992, p. 46).

Paro (2001) complementa essa ideia quando afirma em seu estudo:

A reprovação é uma das poucas coisas que há na escola básica repleta de erros e se perpetua como um traço cultural autoritário e antieducativo. Além disso, não se procura corrigir os erros, repete-se tudo novamente: a mesma escola, o mesmo aluno, o mesmo professor, os mesmos métodos, o mesmo conteúdo... É por isso que a realidade de nossa escola não é de repetentes, mas de multirrepetentes (PARO, 2001, p. 1).

Para Paro (2003), há uma concepção errônea de acreditar que a reprovação é algo natural: “[...] Como a reprovação é universalmente aceita em nossa sociedade como um expediente propício à educação, as pessoas geralmente, quando são postas diante do problema, começam por defendê-la com naturalidade” (PARO, 2003, p. 115).

É importante também observar que a reprovação escolar nem sempre está associada ao estudante, a família e a condição social, fatores que são comumente apontados. Mas também a ineficácia das escolas em não conseguir atender a diferentes necessidades de aprendizagem. Dessa forma, analisar as fontes e a natureza da não aprovação é analisar a própria missão das escolas, incluindo a série de variáveis e processos que incidem sobre a aprendizagem no ambiente escolar, sua qualidade, seus contextos e evidentemente, seus resultados.

Melchior (2004) reforça essa reflexão que é bastante pertinente a pesquisa quando afirma que, ao invés de procurar culpados pelo insucesso escolar é necessário encontrar alternativas que possibilitem a todos os alunos a aquisição de conhecimento e desenvolvimento das habilidades e atitudes desejadas, reforçando que a reprovação na escola deve ser entendida e assumida como exceção e não como regra, pois a regra é aprender e progredir e que a escola existe para que o aluno aprenda e nunca para o fracasso. Portanto, na escola em que há um índice alto de reprovados, esta, sem dúvida alguma, deve repensar suas práticas de aprendizagem, identificar as falhas, e, sobretudo, buscar corrigi-las. Mesmo porque conforme aponta Jacomini (2009):

Quando a escola só consegue ensinar uma parte de seus alunos, abandonando à própria sorte os demais, ela continua operando no paradigma da educação como privilégio. A educação só se concretiza como direito numa escola em que todos possam aprender e formar-se como cidadãos (Jacomini, 2009, p. 561).

Assim, acreditamos que o presente estudo pode reforçar a compreensão de uma concepção de escola “excludente”, a qual não oferece a oportunidade de aprendizagem para todos os alunos e que uma grande parcela destes, em virtude da falta de um acompanhamento mais individualizado e que realmente atenda suas necessidades, acabam “ficando pelo caminho”, seja mediante a reprovação ou mesmo a evasão.

Sem dúvida, a reprovação é um problema que afeta todos os níveis de ensino, mas é no ensino médio que os dados se apresentam de forma mais alarmante, e isso de certa forma está associado a baixa aprendizagem no ensino fundamental, principalmente na rede pública. Diante disso, a pesquisa na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves buscará apontar qual o impacto dos alunos de rede pública que ingressam na escola com “lacunas” de

aprendizagem do ensino fundamental sobre os indicadores de reprovação. Assim, ao nos apoiarmos nos dados das avaliações externas, como o SPAECE e a Prova Brasil, com seus instrumentos e procedimentos padronizados que, apesar de suas limitações, são fontes importantes de análise da realidade educacional, percebe-se com muita clareza, que a maioria dos alunos concluem o ensino fundamental, com o nível de conhecimento aquém do que se espera para essa etapa, em Língua Portuguesa e Matemática.

Isso é evidenciado a partir de um relatório divulgado pela UNESCO em 2017, com base em dados da Prova Brasil de 2013, que mostra 23,3% dos alunos brasileiros terminam o Ensino Fundamental com o nível de leitura abaixo do básico, 52% com o nível básico, 21,1% com o nível adequado, e apenas 3,6% com o nível avançado. Quando são avaliados os resultados em matemática, a situação é ainda pior: 35,7% dos alunos encerram o 9º ano do Ensino Fundamental com conhecimento abaixo do básico, 52,5% com conhecimento básico, 10,6% com adequado, e 1,3% com avançado (UNESCO, 2017).

Enquanto no Ceará, conforme o portal CAED, no SPAECE de 2017, apenas 19,5% dos estudantes atingiram o nível adequado de aprendizagem em Língua Portuguesa nas turmas de 9º ano, 37,4% o intermediário, 30,3% o crítico e 12,8% o muito crítico. Na matemática, somente 10,3% dos estudantes atingiram o nível adequado, 23,1 % o intermediário, 34,7% o crítico e 31,9% o muito crítico.

Assim, a estagnação do ensino médio, última etapa da Educação Básica, é resultante da defasagem de aprendizagem acumulada ao longo dos anos e que torna mais evidente quando o aluno chega nessa etapa do ensino.

A pesquisa na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves teve por objetivo, captar elementos que traduzam determinadas peculiaridades das práticas dos professores e do núcleo gestor, permitindo caracterizá-las e relacioná-las aos problemas que ocasionam um grande número de alunos em aprovação parcial, compreendendo, assim, as interações que acontecem entre os diversos atores escolares.

A forma pela qual a escola organiza a recuperação de aprendizagem dos alunos de baixo rendimento também é um elemento para a análise da aprovação parcial. E isso é reforçado por Quagliato (2000), que traz uma grande contribuição para a discussão desse processo quando afirma que a recuperação é “[...] um recurso de que dispomos (ainda) para sanar lacunas, dificuldades, diferenças e tudo o mais que se possa enumerar, faz-se necessário não só analisá-la, mas refletir junto à escola sobre o aproveitamento que se tem conseguido do referido instrumento” (QUAGLIATO, 2000, p. 27). Essa reflexão de Quagliato (2000) é bastante enriquecedora no sentido de ajudar-nos a compreender por meio das análises obtidas na

pesquisa até que ponto o processo e a organização da recuperação dos alunos com baixo rendimento praticada na Escola Estadual de Educação Profissional está sendo realmente eficaz, de forma que alcance os objetivos propostos, que é amenizar as dificuldades de aprendizagem.

Além disso, quando um aluno não consegue aprender determinado conteúdo, a responsabilidade não é só dele, mas também dos professores e do núcleo gestor da escola. É preciso compreender que nem sempre todos da turma compreendem os conteúdos apresentados e, por isso, devem criar maneiras para não deixar gargalos na aprendizagem. Sobre isso, escreve Melchior (2004):

Se as dificuldades não são sanadas de imediato, elas vão se somando. Aqueles conteúdos que são pré-requisito para outros vão gerando novas dificuldades, que passam a crescer como uma bola de neve, ficando muitas vezes intransponíveis (MELCHIOR, 2004, p. 104).

Ou seja, as ideias de Melchior (2004), assim como as de Quagliato (2000) contribuem para a pesquisa no âmbito de se pensar a importância do processo e organização da recuperação, como forma de proporcionar a aprendizagem do aluno de baixo rendimento. A escola, em hipótese alguma, pode esquivar-se da obrigação de assegurar a todos os alunos o aprendizado, que certamente não acontece com as mesmas circunstâncias para todos, uma vez que a concepção de que os alunos aprendem ou deveriam aprender em tempos iguais e determinados é errônea e ultrapassada.

Dessa forma, a "recuperação" tem sido uma constante em qualquer rede de ensino, seja particular ou público, e também o mecanismo mais "utilizado" para garantir sucesso no processo ensino-aprendizagem. Agrupar os alunos que necessitam de recuperação é uma prática constante e regulamentada pela LDB (Lei nº 9394/96) no artigo 24, alínea "e": "obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos" (BRASIL, 1996).

Entretanto, entre os professores prevalece o discurso que o antigo formato de recuperação, realizado no fim do semestre e baseado em algumas aulas a mais e uma nova avaliação, não funciona. Muitas vezes o aluno acaba tirando uma nota na recuperação mais baixa que a prova e também criou-se uma cultura entre os alunos de estudar para a recuperação, uma vez que alguns professores tem uma postura antipedagógica de elaborar uma recuperação com um nível mais baixo que a prova. Diante disso, como forma de garantir a aprendizagem de todos os alunos, principalmente os que apresentam baixo rendimento é imprescindível pensar

em estratégias eficazes que devem ser adotadas durante todo o ano. Sobre isso, escreve Forgiarini e Silva (2008):

Entendemos que as práticas pedagógicas no interior das escolas também influenciam na produção do fracasso escolar, o que requer que sejam revistas, por meio de uma reflexão sobre os seus principais elementos estruturantes, sendo eles: relação professor-aluno; metodologia de trabalho do professor; currículo; avaliação e gestão escolar. Essa reflexão não pode perder de vista a especificidade do trabalho escolar (FORGIARINI e SILVA, 2008, p. 6).

Ao discutir sobre os mecanismos metodológicos que podem ser eficientes ao ensino é justamente para sanar as dificuldades que poderão ser superadas pelos estudantes a partir de uma prática que provoque o entusiasmo, a motivação, e, sobretudo, o querer aprender, no entanto, só é possível que isto ocorra se o professor estiver pronto para conduzir a aprendizagem tornando-a significativa.

Outro viés de fundamental importância para a investigação proposta é compreender o papel da coordenação pedagógica frente aos problemas de reprovação escolar identificados na pesquisa. Uma vez que Oliveira e Guimarães (2013) apontam que o coordenador pedagógico exerce papel primordial na promoção de uma educação de qualidade, atuando como um agente articulador, formador e transformador das instituições escolares, capaz de contribuir grandemente para o sucesso das entidades de ensino. Percebemos que o coordenador é um profissional dinâmico, que precisa conhecer a realidade e transformá-la. Ideia essa trazida por Libâneo (2004) e importante para o cenário da nossa pesquisa:

O coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição à assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação (LIBÂNEO, 2004, p. 229).

Franco (2008) complementa essa reflexão, ao afirmar:

Essa tarefa de coordenar o pedagógico não é uma tarefa fácil. É muito complexa porque envolve clareza de posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Como toda ação pedagógica, esta é uma ação política, ética e comprometida, que somente pode frutificar em um ambiente coletivamente engajado com os pressupostos pedagógicos assumidos (FRANCO, 2008, p. 128).

Em suma, o coordenador é o sujeito que dentro da escola garante ou pelo menos deveria garantir o diálogo entre os demais envolvidos no processo, a fim de buscar uma melhor qualidade no ensino público, ou seja, o coordenador é o mediador das ações coletivas dentro do contexto educacional. Por isso, cabe a ele enquanto profissional, descobrir como interferir e fazer parte do processo.

A concepção que os professores têm sobre reprovação também é um componente fundamental para a compreensão desse “fenômeno”, uma vez que prevalece ainda entre alguns docentes uma visão de que o único culpado pela reprovação é o aluno. Sobre isso, Forgiarini e Silva (2008) fazem uma reflexão que vai de encontro com a análise dessa pesquisa, quando afirmam que:

Ao analisarmos o fracasso escolar, contextualizando-o historicamente, é possível observar que os seus determinantes têm sido atribuídos muito mais aos fatores internos à criança, colocando em segundo plano os fatores externos à escola. Todavia, sabemos que as práticas pedagógicas exercem um papel fundamental nas condições de educabilidade da criança, questão pouco discutida entre os educadores (FORGIARINI E SILVA, 2008, p. 6).

E ainda conforme essa mesma ideia, Rosa Maria Torres afirma que: “[...] os professores não são culpados pelos resultados obtidos pelos alunos, mas sim, responsáveis.” (Torres, 2000, p. 14). Serão culpados se não forem comprometidos no sentido de buscarem o seu aperfeiçoamento e se não preservarem a sensibilidade ao lidar com a complexidade do processo. Por isso, torna-se necessário uma tomada de consciência e um agir crítico dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, no sentido de verificar o que determina e quais ações poderão contribuir para a construção do sucesso escolar. Sobre isso, Jacomini (2009) escreve conforme citado por Sacristán (2001):

Nos conteúdos e objetivos que devem ser comuns, as estratégias para diferenciar têm que ser encaminhadas para que todos alcancem o domínio do “básico” em um grau aceitável, para o qual, necessariamente, deverá ser empregado mais tempo e mais recursos para alguns estudantes do que para outros (SACRISTÁN, 2001, p. 92 apud JACOMINI, 2009, p. 564).

Cabe destacar também que altas taxas de aprovação parcial sinalizam não problemas individuais dos alunos, mas problemas estruturais do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o sistema de ensino da escola contemporânea não está atendendo às demandas reais dos atores do campo escolar, principalmente dos alunos, que são tratados como iguais nas condições de ensino-aprendizagem. Reforçando esse argumento, Perrenoud (2000) afirma que

o fracasso surge a partir da “indiferença às diferenças” apontada por Bourdieu em 1966. Essa “indiferença às diferenças” admite afirmar que a diversidade de capacidade de aprendizagem dos alunos é ignorada no processo pedagógico, que os alunos são tratados como iguais diante da complexidade na qual as relações de ensino-aprendizagem se constroem.

Dessa forma, os professores estão condicionados a prepararem suas aulas para os alunos bons, que compreendem os conteúdos, apresentam os trabalhos e tarefas em dia, tiram notas boas, estão bem classificados nas escalas de proficiência, enquanto os alunos tidos como “fracos” ficam à mercê do sistema, sofrem com a evasão, a reprovação e a discriminação.

Portanto, a garantia da aprendizagem na escola inicia a partir de certas rupturas de crenças e mitos sobre reprovação, e, sobretudo, o professor precisa estar atento e comprometido com sua prática. Trabalhar com inovação sem deixar de lado o planejamento de suas ações e buscando sempre o atendimento as necessidades individuais e coletivas. Busca-se com isso construir uma escola “[...] onde se ensine bem aquilo que os alunos precisam aprender, pois sem o domínio do saber, eles não alcançarão a liberdade e muito menos a possibilidade de agir e de transformar a sua realidade” (ASSIS, apud GRINSPUN, 1996, p. 130).

2.2 Metodologia e instrumentos de pesquisa

Esta seção apresenta a metodologia e os instrumentos de pesquisa utilizados para a investigação proposta. O presente estudo de caso utiliza-se de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, que foi selecionada para atender aos objetivos de analisar a aprovação parcial da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, localizada no município de Canindé, no Ceará, entre os anos de 2014 a 2017.

Conforme Martins (2004), as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos por meio de estudo das ações sociais individuais e grupais. Para isso realiza um exame intensivo dos dados, levando em consideração tanto a amplitude como a profundidade. Nesse caso, a preocupação básica do pesquisador é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Ainda segundo Martins (2004), uma das etapas mais importantes da pesquisa é explorar na sua plenitude o contexto que acontece o problema do caso, considerando a participação de cada ator no processo de ensino.

Gil (2007) considera que uma pesquisa de abordagem qualitativa é um processo de reflexão e análise da realidade através de métodos e técnicas específicas que permitem uma

melhor compreensão do objeto inserido em seu contexto. Esses procedimentos requerem observações, aplicação de questionário, entrevistas e análise dos dados, representada sempre de forma descritiva. Também é importante destacar que em uma pesquisa de caráter científico é imprescindível que o trabalho apresente uma relevância social e contribua para o conhecimento já disponível sobre o tema. Martins (2004), corrobora com esta ideia quando afirma:

Ao escrever, um autor deve preocupar-se com a possibilidade de que seu discurso venha a ser apreendido pelo outro que dele necessita. É isso que contribuirá para a difusão da imaginação sociológica — uma sensibilidade, uma qualidade do espírito que construirá um novo estilo de pensamento e uma nova maneira de explicar o mundo que nos cerca (MARTINS, 2004, p. 299).

Além disso, é importante que a pesquisa tenha uma questão bem definida, objetivos claros, e procedimentos metodológicos suficientemente descritos e justificados para exprimir aquilo que se deseja analisar. Para o estudo em questão, o autor da pesquisa teve acesso aos dados de aprovação, aprovação parcial e reprovação da escola e das demais instituições de ensino da CREDE a partir do SIGE. Para a escrita do capítulo 1, a escola também forneceu os dados solicitados, como o número total de alunos matriculados e informações completas sobre os servidores da escola. Ademais, a investigação também envolveu dados obtidos através da CREDE e da SEDUC/CE.

Para realizar um processo de investigação que permita a análise do problema e, principalmente, a busca de uma resposta para a pergunta central do caso de gestão, é fundamental definir uma linha metodológica. Sobre isso, esclarece Duarte (2002):

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado (DUARTE, 2002, p. 141).

Assim, os sujeitos selecionados para as entrevistas foram: a diretora que atua na escola desde a sua implantação em 2009 e a coordenadora pedagógica que está no grupo gestor desde 2012.

A diretora da escola é graduada em Pedagogia e possui especialização em Gestão Escolar com ênfase em Educação Profissional e especialização em Psicopedagogia. Já a coordenadora pedagógica, assim como a diretora, é graduada em Pedagogia, mas também em

Letras. Possui cinco especializações, dentre elas está a de Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar.

As entrevistas aconteceram na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves nos dias 04 e 05 de março de 2019 e foi organizada em quatro eixo de análise, sendo o primeiro de caracterização do sujeito da pesquisa. O segundo eixo indaga sobre o papel da coordenação pedagógica no processo de ensino – aprendizagem. O terceiro eixo diz respeito aos processos de recuperação de aprendizagem articulados pela escola: recuperação paralela, recuperação final e progressão parcial e o quarto, busca coletar informações sobre a concepção de reprovação conforme os sujeitos da pesquisa. O formato de entrevista foi a semiestruturada, que conforme Boni e Quaresma (2005):

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

Os autores também afirmam que a entrevista semiestruturada é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI e QUARESTA 2005). Na entrevista semiestruturada, não existe necessariamente uma rigidez no roteiro e, dessa forma, o entrevistador pode explorar mais determinados aspectos que julgar necessário para o objetivo da pesquisa. As perguntas abertas possibilitam maior liberdade ao entrevistador e ao entrevistado. Boni e Quaresma (2006, p. 75) acrescentam que: “[...] a entrevista semiestruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas”.

Além da entrevista semiestruturada, a investigação também contou com a aplicação de questionários aos professores e alunos. O questionário, segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido “[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Os questionários utilizados como instrumentos de coleta de informações para essa pesquisa foram constituídos com questões abertas e fechadas e foram aplicados de forma presencial a dois grupos: i) grupo de dez professores que lecionam as disciplinas da Base Comum e que estão lotados na escola há mais de dois anos. Esse critério justifica-se pelo fato de que é mais fácil compreender o problema a ser estudado em função das respostas e relatos das pessoas que estão envolvidos com ele há mais tempo e ii) um grupo com um total de vinte e cinco alunos que cursam o 2º e o 3º ano na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves. Esses alunos foram reprovados em pelo menos uma série (1º ano e/ou 2º ano) e estão em 2019 realizando a Progressão Parcial na escola, o que justifica a escolha deles para a participação da pesquisa.

Os questionários foram aplicados aos alunos contemplaram os seguintes eixos: **i) A aprendizagem no ensino fundamental.** A análise desse eixo permitirá verificar a relação da baixa aprendizagem dos alunos oriundos da rede municipal com os índices de reprovação da escola; **ii) O processo de recuperação de aprendizagem.** Esse eixo está relacionado ao estudo da possível causa das reprovações ser a falta de ações mais eficazes para a recuperação de aprendizagem dos alunos com baixo rendimento; **iii) O papel da coordenação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem.** Esse terceiro eixo buscará analisarmos como possível causa da reprovação a falta de um acompanhamento pedagógico mais efetivo; **iv) A concepção de reprovação segundo os professores e o núcleo gestor.** O estudo desse eixo deverá apontar a existência entre os professores de sua concepção de reprovação.

Os questionários foram entregues aos professores para resposta individual nos dias 02, 03 e 04 de março de 2019, no momento do planejamento que acontece por área de conhecimento: na terça-feira, a área de Linguagens e Códigos, na quarta, a área de Ciências da Natureza e Matemática e na quinta-feira, a área das Ciências Humanas. Essa ação resultou da busca de um envolvimento maior na resposta dos questionados para garantia de um contingente maior de informação ampliando as possibilidades de compreensão da realidade existente. Dessa forma, foi possível aplicar o questionário aos dez professores, conforme planejado.

O questionário aplicado aos professores foi constituído por 19 questões, nas quais 17 eram múltipla escolha e 2 dissertativas, e foi organizado em quatro eixos, sendo que o primeiro se refere a caracterização do sujeito da pesquisa. O segundo eixo busca coletar informações sobre a concepção de reprovação conforme os sujeitos da pesquisa. O terceiro eixo diz respeito aos processos de recuperação de aprendizagem articulados pela escola: recuperação paralela, recuperação final e progressão parcial e o quarto, indaga sobre o papel da coordenação pedagógica no processo de ensino – aprendizagem.

Os professores, sujeitos da pesquisa, tinham entre 25 e 39 anos de idade, 5 eram do sexo masculino e 5 do feminino; 4 possuem somente licenciatura e os outros 6 são especialistas e todos têm vínculo temporário.

Já os questionários aplicados ao grupo de 25 alunos, conforme planejado, foram respondidos no dia 05 de março de 2019 no auditório da escola. Esse questionário era constituído por 22 questões, sendo 2 dissertativa e 20 de múltipla escolha e organizado em três eixos de análise, onde o primeiro busca obter informações sobre o perfil e a trajetória escolar do sujeito da pesquisa. O segundo diz respeito ao contexto da reprovação e o terceiro analisa os processos de recuperação de aprendizagem articulados pela escola: recuperação paralela, recuperação final e progressão parcial.

Os alunos, sujeitos da pesquisa, tem entre 15 e 18 anos, sendo 16 do sexo feminino e 9 do sexo masculino; 10 cursam em 2019 o 2º ano e 15, o 3º ano. Todos ficaram reprovados em 2018 em uma a três disciplinas e consequentemente foram matriculados em 2019 na condição de aprovados parcialmente, sendo necessário, portanto, serem submetidos ao processo de Progressão Parcial que acontece durante o mês de março a junho no horário das 18h às 20h 30min. Ou seja, durante o dia, das 7h 10min até 16h 40min, o aluno assiste às aulas da série que está matriculado, e a noite frequenta as aulas da(s) disciplina(s) do ano anterior que não obteve aprovação.

Salientamos aqui que assim como acontece na maioria dos estudos, os pesquisadores lidam com problemáticas que, quando não contornadas, atrasam ou inibem a conclusão dos mesmos. Com a presente pesquisa não foi diferente, as problemáticas que surgiram durante o processo de coleta de dados, como o atraso na devolutiva do questionário respondido por alguns professores e os diversos adiamentos na data para realização da entrevista com a diretora, colaboraram para o atraso na conclusão dessa etapa.

Assim, diante de tudo o que foi exposto, entendemos que a ação educacional é permeada pelo conhecimento da realidade, portanto, a pesquisa torna-se o ponto principal do estudo da situação apresentada. É no conhecimento dos atores envolvidos, suas ideias, posturas, falas, registros que essa realidade se apresenta.

Na seção seguinte, apresentaremos as análises dos dados das entrevistas feitas com o núcleo gestor da escola (diretora e coordenadora pedagógica) e dos questionários aplicados aos professores e alunos.

2.3 O cenário da reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves

Pretende-se nessa seção fazer uma análise das respostas dos alunos, professores e núcleo gestor sobre o eixo da pesquisa que pretende investigar a reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves. Os dados coletados na pesquisa de campo permitem-nos inferir que a reprovação é um grande desafio a ser superado pela escola, uma vez que tal situação tem ocasionado uma alta taxa de aprovação parcial, uma das maiores das escolas que compõem a sua regional de ensino (Crede 7).

Assim, as primeiras perguntas do questionário aplicado aos alunos tinham como objetivo caracterizá-los, através da identificação do sexo, idade, série que cursa e o curso. Esse primeiro bloco de perguntas buscou também obter informações a respeito da trajetória escolar de cada aluno no ensino fundamental, com a intenção de verificarmos o impacto que a escola tem nessa caminhada até o ensino médio. A Tabela 28 apresenta as respostas dos alunos a pergunta: *como foi sua trajetória no ensino fundamental?*

Tabela 28 – A trajetória dos alunos pesquisados no ensino fundamental

Respostas	Nº de Alunos
Somente em escola pública.	22
Somente em escola particular.	2
Em escola pública e particular, mas prevalecendo um período maior em escola pública.	1
Em escola pública e particular, mas prevalecendo um período maior em escola particular.	0

Fonte: elaboração própria com dados obtidos no questionário aplicado aos discentes.

Pelas informações organizadas na Tabela percebe-se que a maioria dos alunos reprovados que foram sujeitos da pesquisa, 22 dos 25 pesquisados, número correspondente a 88%, fizeram seu ensino fundamental somente em escolas públicas. Dois fizeram em somente escolas particulares, e apenas um em escola pública e particular, mas prevalecendo um período maior em escola pública. Diante disso é importante esclarecer que por orientação da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC/CE), o número de vagas para alunos oriundos de escolas públicas na seleção para as Escolas Profissionais corresponde a 80% da oferta para cada turma formada. Em suma, para turmas com 45 alunos, 36, obrigatoriamente, deverão ter concluído o 9º ano na rede pública e 9 da rede particular e em turmas de 40 alunos; 32, obrigatoriamente, deverão ter concluído o 9º ano na rede pública e 8 da rede particular.

No que se refere o nível de aprendizagem desses alunos, os professores responderam no questionário a seguinte pergunta, cuja resposta consta na Tabela 29: *como você descreve o nível de aprendizagem dos alunos que ingressam na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves oriundos da rede pública de ensino?*

Tabela 29 – Nível de aprendizagem dos alunos que ingressam na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves oriundos da rede pública de ensino

Respostas	Nº de Alunos
Muito baixo	5
Baixo	5
Bom	0
Ótimo	0
Excelente	0

Fonte: elaboração própria com dados obtidos no questionário aplicado aos docentes.

Os dados da Tabela 28, de certa forma colaboram para fortalecer a ideia de que existe uma lacuna na aprendizagem dos alunos ao ingressar no ensino médio, quando são oriundos, principalmente, do ensino fundamental da rede pública de ensino. De forma específica, esses alunos apresentam defasagem no aprendizado em decorrência de uma série de fatores, que estão relacionado a falta de estrutura das escolas de ensino fundamental da rede pública de Canindé, em algumas ainda existem as salas multisseriadas, onde alunos de séries diferentes dividem o mesmo espaço; a falta de um calendário de pagamento dos professores, que contribui para que praticamente todos os anos a categoria tem se mobilizado através de greves que paralisam por um longo período as aulas. Além disso, faltam políticas públicas, seja elas estaduais ou federais, voltadas para melhoria da aprendizagem nas séries finais do ensino fundamental. Partindo desse pressuposto, e com o objetivo de saber a opinião dos professores acerca da reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves foi feita a seguinte pergunta a eles no questionário: *qual o principal fator que ocasiona as reprovações na EEEP José Vidal Alves?*

Dentre os dez docentes que responderam o questionário, seis apontaram o baixo desempenho de aprendizagem dos alunos no ensino fundamental como o principal fator para a reprovação. E esse baixo desempenho de aprendizagem é evidenciado na Tabela 30 e na Tabela 31, que comparam o padrão de desempenho dos alunos em Matemática e Língua Portuguesa das turmas de 9º da rede municipal de ensino de Canindé de 2016 a 2018.

Tabela 30 – Padrão de Desempenho do SPAECE em Matemática da rede municipal de Canindé (2016-2018)

Ano	Adequado	Intermediário	Crítico	Muito Crítico
2016	2,6%	22,9%	43,0%	31,8%
2017	4,3%	22,1%	37,6%	36,0%
2018	8,7%	24,8%	39,0%	27,5%

Fonte: Portal Caed.

Inferese-se, a partir dos dados organizados na Tabela 30, que embora nos últimos três anos o padrão de desempenho adequado em Matemática teve uma melhora significativa, o percentual de alunos nesse padrão de desempenho aumentou mais que o triplo de 2016 a 2018. Todavia, a maioria dos alunos ainda chegam no Ensino Médio com o nível de aprendizagem baixo em Matemática. A tabela aponta que, em 2018, 66,5% dos alunos que terminaram o ensino fundamental estavam no padrão de desempenho Crítico e Muito Crítico. Consequentemente, quando esses alunos ingressam na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, a defasagem na aprendizagem influencia nas taxas de reprovação da escola, uma vez que é difícil, em curto espaço de tempo, reverter essa situação. A Tabela 31 aponta os padrões de desempenho em Língua Portuguesa de 2016 a 2018 na rede pública de ensino de Canindé.

Tabela 31 – Padrão de Desempenho do SPAECE em Língua Portuguesa da rede municipal de Canindé (2016-2018)

Ano	Adequado	Intermediário	Crítico	Muito Crítico
2016	10,2%	37,8%	38,4%	13,6%
2017	16,1%	35,1%	34,0%	14,8%
2018	21,6%	40,9%	27,0%	10,8%

Fonte: Portal Caed.

Percebe-se, a partir dos dados apresentados na Tabela 31, que o desempenho em Língua Portuguesa dos alunos do 9º na rede municipal de Canindé é bastante discrepante do de Matemática. O que se percebe é que assim como a Matemática, a Língua Portuguesa apresentou uma melhoria nos seus resultados. O percentual de alunos no padrão de desempenho adequado mais que dobrou de 2016 a 2018 e, em 2018, 62,5% dos alunos que terminaram o ensino fundamental estavam no padrão de desempenho Adequado e Intermediário. Entretanto, uma parcela ainda significativa, cerca de 37,5%, chega no ensino médio com o nível de aprendizagem abaixo do Adequado em Língua Portuguesa, logo com dificuldade em ler, escrever e interpretar. Sobre isso escreve Alves e Leite (2018):

Diversos instrumentos para uma boa avaliação, mostram que uma parcela significativa de alunos brasileiros tem grandes dificuldades para ler e muito mais, para produzir textos. Passam muitas vezes de ano, sem, contudo, se apropriarem plenamente da leitura e da escrita. Dessa forma, professores que atuam em diferentes níveis da educação, observam esta realidade com preocupação (ALVES E LEITE, 2018, p. 1007).

Dando sequência a análise do eixo que estuda a reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, ao ser indagada sobre qual o principal fator que ocasiona as reprovações na escola, a coordenadora pedagógica da escola – que é pedagoga, mas também possui graduação em Letras e especialização em Coordenação Pedagógica, pertence ao quadro dos professores efetivos da Secretaria Estadual de Educação do Ceará desde 2017 e está no cargo na escola desde 2013 –, corrobora com a percepção dos professores sobre a baixa aprendizagem dos alunos da rede pública no ensino fundamental como o principal fator que ocasiona as reprovações na escola. Essa baixa aprendizagem é evidenciada nos primeiros meses de aula no ensino médio, quando os alunos realizam as primeiras avaliações e é ratificada a partir dos resultados do SPAECE. Infelizmente, ainda prevalece na rede pública a cultura de aprovar muitos alunos, embora com o nível de conhecimento abaixo do esperado.

Em sua fala, a coordenadora pedagógica menciona um outro ponto que merece ser destacado, são as problemáticas vivenciadas na rede municipal de ensino, como as turmas multisseriadas na zona rural e as greves constantes dos professores:

Pronto as principais causas de reprovação na nossa escola o que eu vejo assim sobretudo dos estudantes do 1º ano é uma realidade é.... é.... os estudantes a gente tem assim uma grande quantidade de estudantes reprovados sobretudo no 1º ano e aí quando a gente passa a refletir e a tentar entender o que é que está acontecendo a gente tem assim o que que a gente consegue visualizar né que nós temos como já falei esses estudantes que são oriundos da rede municipal e a rede municipal de Canindé ela tem assim uma situação bastante desafiadora com já citei né em relação aos alunos provenientes da zona rural que tem sala de aula é numerosas são multisseriada né às vezes acontece do município ter um processo um período de greve e acaba atrasando o tempo de aula dos meninos e eles acabam chegando na nossa escola com a defasagem muito grande (Coordenadora Pedagógica da escola, entrevista realizada em 04/2019).

A coordenadora pedagógica, que também é efetiva da rede municipal, em seu relato, reitera o posicionamento dos professores no que se refere a defasagem de aprendizagem dos alunos da rede municipal como o principal fator que ocasiona a reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves. Em sua fala, ela justifica essa defasagem em função dos desafios vivenciados na rede municipal de ensino, como as salas numerosas e das turmas multisseriadas (alunos de séries diferentes numa mesma sala)

na zona rural e pela falta de cumprimento do ano letivo escolar em função das paralizações realizadas pelos professores.

A diretora, que também é Pedagoga, com especialização em Gestão Escolar e Psicopedagogia, possui vínculo temporário com a rede estadual, mas é efetiva da rede municipal, está no cargo desde que a escola foi implantada em 2009. Ao responder a mesma pergunta, destaca a falta de adaptação à rotina de tempo integral com um número demasiado de disciplinas para estudar, e assim como a coordenadora pedagógica, atribui as reprovações à defasagem no processo de aprendizagem no ensino fundamental, principalmente dos alunos oriundos de turmas multisseriadas, ainda muito comum na zona rural do município. Segundo a Diretora:

Ponto, oh! A nossa reprovação ela já foi muito desafiadora no 3º ano aí nós conseguimos né trabalhar e reverter, hoje a gente sabe que é o 1º ano né ah! Na minha opinião as causas é assim não existe essa história de culpar quem vinha antes, de onde é que o aluno vinha, como é que o aluno vinha, mas assim isso tem que ser considerado porque o que é produzido durante anos às vezes não dá pra gente reverter em um espaço menor então eu associo assim, a formato de educação que os meninos tinham na ...na escola do ensino fundamental até a questão metodológica mesmo do professor né as dificuldades básicas que eles trazem que são essas que eu disse lá atrás né, ao desafio de sair de uma realidade ali onde eles tinham nove, onze disciplinas né e entrar em uma realidade onde eles vão ter 18 eles vão chegar até 22 no segundo ano do ensino médio, então às causas é a dificuldade de gerenciar muito mais fácil na minha opinião é muito mais viável uma escola de tempo integral que não tenha uma formação técnica pra escola ter resultados assim impactantes é muito mais fácil uma escola de tempo integral sem a oferta da educação profissional então com a oferta da formação profissional cria pra nós um desafio muito grande porque o aluno que chega com muita dificuldade, é muito conteúdo, é muitas disciplinas, são muitas disciplinas é uma jornada extensa e o aluno às vezes não consegue da conta de tudo isso então, na minha opinião é um muito disso, é muito disso e também às vezes até o aluno percebendo todo esse contexto, até o aluno gerenciar emocionalmente todas essas dificuldades de aprender eu acho que até isso daí influi pode chegar um certo momento que eles percebem que é tão difícil, tão desafiador né e eles até podem ter impactos assim na motivação né às vezes tem alguém q desiste porque acha que é algo difícil pra ele, então eu acho assim que as causas ela é o nível que os estudantes entram, a realidade com que eles se deparam porque não tem como a gente ofertar outra porque a oferta é essa a matriz é essa né nós temos que ter todas essas disciplinas e pra mim essas aí elas são assim maior causa mesmo da gente gerenciar esse modelo todinho, eu não estou dizendo que eu acredito nesse modelo mais é um modelo que ele, ele .. Não foi pensado assim pra um aluno com nível muito elementar de aprendizagem e aí ele tem que entrar no modelo muito elementar de aprendizagem né (Diretora da escola, entrevista realizada em 05/2019).

A fala da diretora sobre as causas da reprovação já remete as dificuldades enfrentadas pelos alunos em gerenciar o tempo integral ofertado pela escola e com um número maior de disciplinas a ser estudadas. Ela cita que realmente os alunos chegam com conhecimento muito elementar de algumas disciplinas, até mesmo em função da questão metodológica, mas quando se deparam com 18 e até 22 disciplinas para estudar, quando no ensino fundamental há no máximo 10, acabam, na maioria das vezes, não tendo um bom rendimento. O que chama mais atenção na fala da diretora é a crítica que ela faz ao modelo das Escolas Profissionais, em função do excesso de disciplinas no currículo. Disciplinas essas que correspondem a três eixos diferentes: Eixo da Base Profissional, Eixo da Base Comum e o Eixo das Diversificadas. Segundo ela, as Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (EEMTI), implantadas em 2017, no estado do Ceará, como política de governo, possuem uma condição melhor para lidar com alunos com grandes dificuldades de aprendizagem, uma vez que essas escolas não oferecem no seu currículo tantas disciplinas como as Escolas Profissionais.

Em relação a baixa aprendizagem dos alunos ao ingressar no ensino médio, Resende e Mesquita (2013) afirmam que: “Quando o aluno passa de uma série para a seguinte, os conteúdos vão se acumulando e se aprofundando e assim necessitam de uma interligação entre eles, ligação esta nem sempre realizada” (RESENDE E MESQUITA, 2013, p. 203). A abordagem de Resende e Mesquita (2013) ajuda-nos a entender a dimensão da defasagem de aprendizagem acumulada ao longo dos anos no ensino fundamental e que se torna mais evidente quando o aluno chega no ensino médio. Ainda, conforme Resende e Mesquita (2013, p. 213), a falta de conhecimento dos anos anteriores dos alunos que ingressam no ensino médio pode se tornar um “vício” quando o professor do ensino médio assume como problema a atuação dos professores do ensino fundamental e, estes responsabilizam os da educação infantil, o que levará a uma discussão sem fim e pouco produtiva.

Também Soares (2004) salienta que o aluno que apresenta deficiência em um conteúdo que serve de base para outro, certamente não conseguirá acompanhar o raciocínio do professor, gerando uma falta de interesse pelas aulas e trazendo, como consequência, falta de compromisso do aluno com o estudo da disciplina, o que pode justificar os resultados encontrados neste estudo de caso. Ferreira e Horta (2014) apontam também que as dificuldades no ato de ler continuam a constituir um dos principais obstáculos ao sucesso e desempenho escolar, originando, com alguma frequência, dificuldades noutras áreas de aprendizagem, refletindo em todo o percurso escolar do aluno. Logicamente, se o aluno não consegue interpretar um texto simples quando chega ao 9º ano, não saberá resolver um problema de física

ou compreender uma questão de filosofia quando estiver no ensino médio, perpetuando um ciclo de baixa aprendizagem.

As dificuldades de aprendizagem da leitura podem manifestar-se na aquisição das competências básicas, sobretudo, na fase de decodificação, mas também, posteriormente, na fase da compreensão e interpretação de textos (REBELO, 1993). Sem dúvida, a dificuldade em interpretação e leitura apontados por Rebelo (1993) e Ferreira e Horta (2014), quando ocorre no ensino fundamental, compromete o bom andamento do aluno no ensino médio. E isso tende a piorar quando, além dessas dificuldades, o aluno não consegue dominar as operações básicas de matemática. O problema em leitura e interpretação é bastante notório na fala dos professores quando se pergunta: *quais as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos na sua disciplina?* A professora de Língua Portuguesa, que atua na escola desde 2015 e é temporária da rede estadual, relatou que: “Os alunos em relação a minha disciplina vêm do ensino fundamental sem bagagem nenhuma por consequência disso encontram algumas dificuldades na leitura e interpretação textual é a maior delas” (Entrevista concedida em 04/04/2019). Já o professor de Matemática, que está no quadro dos docentes da escola desde 2012, possui especialização em Ensino da Matemática e possui vínculo por tempo determinado na rede estadual (temporário) menciona: “Aprendizagem precária em Matemática (alunos da rede pública); Dificuldade em interpretação textual; aversão a cálculos” (Entrevista concedida em 04/04/2019).

Esse problema na aprendizagem da Matemática e Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental é evidenciado a partir dos dados de proficiência do Ceará no SPAECE de 2017, que apontam que apenas 19,5% dos estudantes atingiram o nível adequado de aprendizagem em Língua Portuguesa nas turmas de 9º ano, 37,4% o intermediário, 30,3% o crítico e 12,8% o muito crítico. Na Matemática, somente 10,3% dos estudantes atingiram o nível adequado, 23,1% o intermediário, 34,7% o crítico e 31,9% o muito crítico.

Percebe-se no relato dos professores, que além da dificuldade apresentada pelos alunos em interpretação e leitura, prevalece também a falta de conhecimentos no conteúdo do ensino fundamental considerados pré-requisitos para o avanço nas séries seguintes do ensino médio. A esse respeito, a professora de biologia, que atua na escola desde 2010 e é temporária, afirma: “Percebo uma falta de base em relação à disciplina, principalmente com as turmas de 1º ano. É notório também a deficiência em interpretação de texto de determinados conteúdos voltados para área da saúde” (Entrevista concedida em 04/04/2019). A fala do professor de química, que atua na escola desde de 2014 e assim como os demais já mencionados, é temporário, também

corroborar nesse sentido quando afirma: “Defasagem nos conteúdos do ensino fundamental que são base para o ensino médio” (Entrevista concedida em 04/04/2019).

Como forma de compreender na visão dos alunos o contexto da reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, também foi aplicado no questionário a eles direcionado, perguntas sobre o assunto. Quando perguntados sobre o número de disciplinas que cada aluno ficou reprovado na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves em 2018, 13 responderam que somente em uma, 11 responderam em duas e 1 respondeu em três. Desses alunos, somente 1 ficou reprovado em Geografia, 17 em Matemática, 15 em Química e 2 em disciplinas da base profissional. Ao analisar os dados, percebe-se uma concentração no número de reprovações nas disciplinas de Matemática e Química. Isso nos leva a refletir sobre os desafios de ensinar essas duas disciplinas no ensino médio, uma vez que na maioria das vezes a escola se mantém presa ao modelo mais tradicional de ensino, valorizando uma sequência linear do pensamento. Ela pode parecer óbvia para a instituição, mas não é atrativa para o aluno, que não encontra significado para aquilo que lhe está sendo ensinado. Portanto, ao indagar os 25 alunos sobre o que eles consideram como as causas de suas reprovações, foram obtidas as seguintes respostas, contidas na Tabela 32. Importante destacar que o aluno poderia marcar mais de uma opção.

Tabela 32 – As causas das reprovações conforme os alunos pesquisados

Respostas	Nº de Alunos
Fiquei doente	3
Tive problemas familiares	6
Não consegui me adaptar a rotina e a proposta da escola.	6
Devido a metodologia de ensino do(a) professor(a)	17
Não estudei o suficiente.	18
Tive dificuldade de organizar meus estudos.	23

Fonte: elaboração própria com dados obtidos no questionário aplicado aos discentes.

Pelos os dados organizados na Tabela 32 podemos inferir que a maior causa da reprovação deve-se ao fato de que a maioria dos alunos têm dificuldade em gerenciar o tempo integral com um grande número de disciplinas a serem estudadas, algo mencionado pela diretora. Isso, indubitavelmente, ocasiona uma sobrecarga de estudo no aluno, que ocasiona cansaço físico e mental, trazendo assim um impacto negativo na sua aprendizagem. Chama atenção também nos dados da Tabela 32, o fato dos alunos assumir para si a responsabilidade da reprovação quando reconhecem que não estudaram o suficiente. Entretanto, o fato de terem chegado com um conhecimento tão elementar em algumas disciplinas e vivenciar uma realidade

muito diferente da qual estavam habituados no ensino fundamental com um número maior de aulas e disciplinas, isso aumenta o desafio que eles têm de aprender no ensino médio. Além de tudo isso, fica evidente a partir dos dados apresentados na Tabela 32 que a prática do professor em sala de aula, no que se refere a sua metodologia de ensino, tem um grande impacto nos resultados de reprovação da escola. Sobre isso, Stecanela (2018, p. 348) afirma que: “Ao olhar para a prática docente, os professores expressam as dificuldades que têm em atingir a todos de forma igual, sem discriminar, e preocupando-se com a aprendizagem e com o futuro dos alunos”.

Melchior (2004) reforça essa reflexão que é bastante pertinente a pesquisa quando afirma que, ao invés de procurar culpados pelo insucesso escolar é necessário encontrar alternativas que possibilitem a todos os alunos a aquisição de conhecimento e desenvolvimento das habilidades e atitudes desejadas, reforçando que a reprovação na escola deve ser entendida e assumida como exceção e não como regra, pois a regra é aprender e progredir e que a escola existe para que o aluno aprenda e nunca para o fracasso

Assim, como forma de garantir a aprendizagem de todos os alunos, principalmente os que apresentam baixo rendimento é imprescindível pensar em estratégias que devem ser adotadas durante todo o ano letivo. Sobre isso, escreve Forgiarini e Silva (2008):

Entendemos que as práticas pedagógicas no interior das escolas também influenciam na produção do fracasso escolar, o que requer que sejam revistas, por meio de uma reflexão sobre os seus principais elementos estruturantes, sendo eles: relação professor-aluno; metodologia de trabalho do professor; currículo; avaliação e gestão escolar. Essa reflexão não pode perder de vista a especificidade do trabalho escolar (FORGIARINI e SILVA, 2008, p. 6).

As ideias de Melchior (2004), Stecanela (2018) e Forgiarini e Silva (2008) refletem hoje o maior desafio da prática docente, que é garantir uma educação fundamentada nos princípios da equidade, onde todos os alunos possam ser atendidos de acordo com suas necessidades e que seja assegurado a igualdade de oportunidade de aprendizagem a todos os sujeitos. Assim, ao discutir sobre os mecanismos que podem ser eficientes ao ensino é justamente para sanar as dificuldades que poderão ser superadas pelos estudantes a partir de uma prática que provoque o entusiasmo, a motivação, e, sobretudo, o querer aprender. No entanto, só é possível que isto ocorra se o professor estiver pronto para conduzir a aprendizagem tornando-a significativa.

E ainda, os dados coletados e organizados na Tabela 31, permitem compreender que os alunos reconhecem que não estudaram o suficiente e que tiveram dificuldades em organizar os seus estudos. Tal opinião dos alunos pode estar associada a rotina escolar que impõem a eles

um esforço em assimilar muitas informações diferentes ao longo do dia. Isso em função da proposta pedagógica da escola que é voltada para a oferta de um ensino médio de tempo integral integrado a Educação Profissional. Os alunos têm diariamente 9 aulas com 50 minutos de duração cada uma, com exceção da terça-feira, quando há 10 aulas. A primeira aula inicia às 7h 10min e a última termina às 16h 40min e na terça-feira, termina às 17h 30min. Essas aulas são voltadas para as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e do eixo de formação profissional. As disciplinas da base seguem uma organização curricular com uma carga horária anual, enquanto as disciplinas do eixo profissional seguem uma organização curricular semestral, com uma carga horária variando entre 30 e 120 horas. Dependendo do curso, há semestres que os alunos podem estudar até 18 disciplinas diferentes envolvendo os dois eixos (Base Comum e Formação Profissional).

A dificuldade apontada pelos alunos de gerenciar o tempo de estudo devido ao excesso de disciplinas é reforçada na fala da diretora da escola, quando ela é indagada a respeito das causas de reprovações na escola:

[...] ao desafio de sair de uma realidade ali onde eles tinham nove, onze disciplinas né e entrar em uma realidade onde eles vão ter 18 eles vão chegar até 22 no segundo ano do ensino médio, então as causas é a dificuldade de gerenciar muito mais fácil na minha opinião é muito mais viável uma escola de tempo integral que não tenha uma formação técnica pra escola ter resultados assim impactantes é muito mais fácil uma escola de tempo integral sem a oferta da educação profissional então com a oferta da formação profissional cria pra nós um desafio muito grande porque o aluno que chega com muita dificuldade, é muito conteúdo, é muitas disciplinas, são muitas disciplinas é uma jornada extensa e o aluno às vezes não consegue da conta de tudo isso (Diretora da escola, entrevista realizada em 05/2019).

Além dessa rotina de 9 aulas diárias, os alunos que não conseguem obter bons resultados de aprendizagem são encaminhados às aulas extras que acontecem após o horário normal das aulas. Ou seja, esse aluno permanece na escola do período de 7h 10min até às 17h 30min. Diante de tudo isso, é preciso refletir no fato de que a escola como instituição não conseguirá regular o tempo ao ritmo de aprendizagem de cada aluno, uma vez que essa carga extra de aulas é uma variável a ser considerada nos altos índices de aprovação parcial, uma vez que pode ocasionar um impacto negativo na aprendizagem em virtude do estresse, cansaço e insatisfação por parte dos alunos.

É importante também frisar que os dados levantados até agora na pesquisa revelam que nem sempre o tempo de aula condiz com o nível de aprendizagem do aluno. Na maioria das vezes ficar muito tempo na escola não gera um efeito tão positivo na aquisição do

conhecimento. Na verdade, o que o professor realiza em sala de aula, no que se refere à prática e metodologias de ensino, é o que talvez mais influência tem na aprendizagem. Em suma, aulas bem planejadas, professores e alunos motivados e o uso de metodologias atrativas é o que pode mais colaborar para que o aluno aprenda o que precisa.

Na próxima seção, será analisado o eixo que trata a ação da coordenação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem, como forma de combater ao número de alunos em aprovação parcial.

2.4 O papel da coordenação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem

Pretende-se nessa seção apresentar uma análise do papel da coordenação pedagógica frente ao problema analisado na pesquisa, que se refere ao grande número de alunos em aprovação parcial. Essa análise será construída a partir das respostas dos professores no questionário, bem como através do relato da diretora na entrevista.

Oliveira e Guimarães (2013) apontam que o coordenador pedagógico exerce papel primordial na promoção de uma educação de qualidade, atuando como um agente articulador, formador e transformador das instituições escolares, capaz de contribuir grandemente para o sucesso das entidades de ensino. Em suma, o coordenador é o sujeito que dentro da escola garante ou pelo menos deveria garantir o diálogo entre os demais envolvidos no processo, a fim de buscar uma melhor qualidade no ensino público, ou seja, o coordenador é o mediador das ações coletivas dentro do contexto educacional. Por isso, cabe a ele enquanto profissional, descobrir como interferir e fazer parte do processo.

Com o objetivo de saber como a coordenação pedagógica lida com os alunos de baixo rendimento da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, foi apresentado a seguinte pergunta a diretora: *como é realizado o acompanhamento aos alunos de baixo rendimento?* Ela proferiu a seguinte resposta:

Hoje eu defendo que talvez a nossa escola ela trabalha um pouco mais os alunos de baixo rendimento, talvez a gente consiga hoje uma reflexão maior olhar um pouco melhor para esses alunos aí, é na minha visão a forma que a escola acompanha ela é eficaz na minha visão em primeiro lugar é eficaz o reforço, aquela atividade que os alunos fazem é desgastante é, eles estão cansados, vem de uma rotina pesada vem mais aquela atividade do reforço após a aula principalmente de se tratar do 1º ano eu não creio tanto nas monitorias no 1º, eu creio mais nos reforço no trabalho feito com o professor e também não estou dizendo que dar todo o resultado esperado, o resultado

ainda é mínimo porque não quer porque eles não tenham uma aula de reforço uma aula a mais que as dificuldades são menores não elas são ainda estão ali e às vezes até o reforço sendo muito bom na minha visão como uma estratégia positiva até esse reforço que é feito ele não dá o resultado esperado mais na minha opinião é uma das tentativas que devem ser feitas sempre porque ela é feita com o professor você tem a garantia do que está sendo ensinado é o que precisa ser aprendido né, fora o reforço eu entendo assim que embora a gente tenha uma individualidade a gente possa ver quantas disciplinas o aluno ficou em que nível o aluno ficou, se está no verde, no azul, no amarelo ou vermelho, mas nós ainda temos que melhorar mesmo na percepção desse acompanhamento individual porque eu vejo que a gente ainda lida muito com a informação né mais a gente ainda precisa ter umas estratégias mais fortes é em cima dos alunos de baixo rendimento principalmente daqueles de muito baixo rendimento é como se a gente conseguisse identificar quem é, onde é que está, porque não aprendeu né mais a gente ainda precisa conseguir reverter um pouco mais, principalmente os alunos de muito baixo rendimento, aí eu entendo que o acompanhamento a ele é feito que a gente tenha a visão do resultado que a gente tenha as ações de reforço, de monitoria mais a gente ainda precisa conseguir mesmo com os alunos que tem muita, muita, muita dificuldade (Diretora da escola, entrevista realizada em 05/2019).

A diretora, em seu relato, aponta o reforço escolar como a principal estratégia de acompanhamento aos alunos de baixo rendimento, que são identificados a partir de um “farol” na qual cada cor representa o número de disciplinas que o aluno ficou reprovado no período. Exemplo: o aluno identificado pela cor verde, ficou aprovado em todas as disciplinas; o aluno identificado pela cor azul, ficou reprovado em 1 a 3 disciplinas; o aluno identificado pela cor amarelo, ficou reprovado em 4 a 8 disciplinas e o aluno na cor vermelho ficou reprovado em mais de 8 disciplinas.

No que se refere o reforço escolar como ferramenta de auxílio a aprendizagem, Alves (2018) analisa que:

O reforço escolar tem por objetivo a aprendizagem dos educandos em nível de desigualdade com o ritmo da turma, consolidando e ampliando os conhecimentos, enriquecendo as experiências culturais e sociais, para assim ajuda-lo a vencer os obstáculos presentes em sua aprendizagem. O reforço escolar tem como estudo a recuperação para a melhoria da qualidade do ensino e à minimização do fracasso escolar (ALVES, 2018, p. 29).

Diante do exposto, fica claro a relevância do reforço escolar como ferramenta de auxílio a aprendizagem dos alunos e ao combate à reprovação. Todavia, como qualquer outra ação pedagógica o reforço precisa ser bem planejado de forma a garantir sua eficácia naquilo que se pretende alcançar.

A diretora da escola no seu relato reconhece que o reforço com os alunos de baixo rendimento, da forma como é organizado na escola é realmente desgastante, e não tem obtido

resultado esperado. Segundo ela, o reforço tem como positivo o fato do próprio professor da disciplina ministrar as aulas, há uma garantia de que o que está sendo ensinado é o que precisa ser aprendido. Entretanto, o fato do próprio professor da disciplina ministrar as aulas do reforço não tem sido suficiente para obter resultados esperados. Uma vez que os dados da pesquisa apontam para uma ineficácia da ação do reforço como forma de recuperação da aprendizagem, em virtude de ser algo desgastante não só para o aluno, como também para o professor, isso, certamente, interfere na qualidade da aula que está sendo dada. É importante frisar que o reforço não contempla todas as disciplinas ofertadas pela escola, mesmo porque não há tempo no calendário escolar, tampouco espaço físico e na maioria das vezes, não há professores disponíveis. Somente as disciplinas que apresentam, historicamente, resultados mais baixos de aprendizagem, como Química, Física, Biologia e Matemática, são contempladas com aulas de reforço. Além disso, o mais preocupante, é que embora o reforço na escola tem como objetivo colaborar para que os alunos possam superar as dificuldades de aprendizagem, ele não contempla a todos que realmente precisam, uma vez que os professores não dispõem nas suas lotações de aulas específicas para essa ação. A maioria deles já tem uma lotação preenchidas com as 27 aulas de regência, conforme regulamentado. Os reforços limitam-se em apenas uma aula extra semanal em cada disciplina com no máximo 45 alunos por disciplina.

Continuando a análise do relato da diretora, ela aponta que, embora a escola consiga identificar os alunos de muito baixo rendimento por meio de um instrumental conhecido como “Farol”, há a necessidade de estabelecer estratégias mais fortes com o objetivo de reverter um pouco mais a defasagem de aprendizagem, principalmente nas turmas de 1º ano. Ou seja, conforme a fala da diretora, a única ação que a escola consegue articular na tentativa de melhorar a aprendizagem é o reforço escolar, mesmo com todos os percalços abordados anteriormente. Isso nos faz refletir sobre a necessidade de repensar o processo pedagógico na escola no intuito de criar mais estratégias e que elas consigam ser realmente eficazes na melhoria da aprendizagem de todos os alunos que realmente precisam, e não deixando alguns à mercê da “própria sorte”.

Seguindo com a análise do papel da coordenação pedagógica frente ao problema analisado na pesquisa, que se refere ao grande número de alunos em aprovação parcial, a mesma pergunta feita a diretora sobre como é realizado o acompanhamento aos alunos de baixo desempenho foi direcionada a coordenadora pedagógica, que proferiu a seguinte resposta:

Pronto em relação a questão dos alunos de baixo rendimento a gente costuma é o professor diretor de turma na nossa escola ele tem assim um papel crucial

dentro do processo de acompanhamento pedagógico né é.... após a questão da divulgação dos rendimentos ele faz esse mapeamento dos estudantes que tem esse baixo rendimento e a gente procura chamar os pais né desses estudantes que estão nessa condição e tem uma conversa individual com os pais para que eles tenham a clareza assim da real situação de seus filhos e possam também e em casa fazer a orientação pra que haja também esses estudos domiciliares né e fazerem o acompanhamento mais rotineiro em relação a questão do rendimento dos estudantes e aí também juntamente com os professores diretores de turma nós temos a aula de educação profissional nós temos os coordenadores de curso que trabalham em parceria com os diretores de turma e ajudam também nesse processo né de acompanhamento (Coordenadora Pedagógica da escola, entrevista realizada em 04/2019).

A fala da Coordenadora Pedagógica evidencia uma falta de sintonia com a da Diretora, porque as duas possuem visões diferentes daquilo que a escola realiza no acompanhamento aos alunos de baixo rendimento. Enquanto a diretora, dá ênfase na ação do reforço escolar, a coordenadora enfatiza o acompanhamento que é realizado aos alunos de baixo rendimento por meio do professor diretor de turma. Esse acompanhamento, conforme a coordenadora pedagógica, limita-se a uma conversa individual com o aluno e com os pais ou responsáveis pelo o mesmo, no sentido buscar parcerias junto à família como forma de melhorar a aprendizagem. No que se refere a atuação da coordenação pedagógica na criação de estratégias de aprendizagem para os alunos de baixo rendimento, foi apresentado a seguinte pergunta aos professores: *nas reuniões ou planejamento, a coordenação pedagógica incentiva a criação de estratégias de aprendizagem para os alunos com baixo rendimento?* As opções de respostas para essa pergunta foram: nunca, raramente ou frequentemente. E de forma unânime, os professores responderam frequentemente. E em relação às estratégias de aprendizagem já criadas, destaca-se o uso das práticas de aprendizagem cooperativa em sala aula, o uso de mecanismos que colaboram para uma maior assimilação dos conteúdos abordados, como o mapa mental e resumos e o uso de recursos tecnológicos, como os Objetos de Aprendizagem e as ferramentas do Google Docs.

Ainda tendo como ênfase as práticas em sala de aula, foi realizada posteriormente a seguinte pergunta aos professores: *a coordenação pedagógica apresenta sugestões de como você pode melhorar as suas práticas de ensino?* Assim como na pergunta anterior, as opções para a resposta foram: nunca, raramente ou frequentemente. Nesse caso, 9 professores responderam frequentemente e 1 respondeu raramente.

Essas duas perguntas, sem dúvida alguma, estão associadas ao ponto de maior relevância para o Coordenador Pedagógico: enxergar as necessidades dos estudantes, conflitos, grau de motivação e orientar o professor na tarefa de repensar sempre a prática educativa.

Embora ainda exista práticas totalmente opostas a essas, como reitera Solé (2004) ao afirmar que:

De tal modo, os professores estão condicionados a prepararem suas aulas para os alunos bons, que compreendem os conteúdos, apresentam os trabalhos e tarefas em dia, tiram notas boas, estão bem classificados nas escalas de proficiência, enquanto os alunos tidos como “fracos” ficam à mercê do sistema, sofrem com a evasão, a repetência, a discriminação, o estereótipo, ou até mesmo a com a promoção automática (SOLÉ, 2004, p. 182).

Diferentemente da abordagem mencionada por Solé (2004), percebe-se a partir das respostas dos professores às duas perguntas supracitadas uma atuação de compromisso da coordenação pedagógica com a aprendizagem de todos os alunos da escola, inclusive os de baixo rendimento, por meio de ações que visam colaborar com a melhoria das práticas de ensino. Todavia, não podemos tomar as respostas como verdades. O fato é que apesar desse compromisso da coordenação mencionado pelos professores, as taxas de aprovação parcial se mantêm elevadas, o que me leva a pensar que os professores preferiram não se indispor com suas respostas nos questionários com receio da gestão.

Em relação as práticas de ensino em sala de aula, tão importantes na melhoria da aprendizagem, escreve Forgiarini e Silva (2008):

Entendemos que as práticas pedagógicas no interior das escolas também influenciam na produção do fracasso escolar, o que requer que sejam revistas, por meio de uma reflexão sobre os seus principais elementos estruturantes, sendo eles: relação professor-aluno; metodologia de trabalho do professor; currículo; avaliação e gestão escolar. Essa reflexão não pode perder de vista a especificidade do trabalho escolar (FORGIARINI e SILVA, 2008, p. 6).

Depreende-se da ideia de Forgiarini e Silva (2008) que aquilo que é realizado em sala de aula, principalmente no que se refere a metodologia de trabalho do professor, é algo crucial na garantia da aprendizagem. E o coordenador pedagógico tem uma tarefa primordial de sempre buscar novas estratégias e possibilidades para que realmente aconteça a aprendizagem. Oliveira e Guimarães (2013) reiteram a importância do papel do coordenador pedagógico no processo de ensino-aprendizagem quando afirmam que:

Neste contexto, destacamos o coordenador pedagógico como um agente articulador, formador e transformador das instituições escolares, capaz de contribuir grandemente para o sucesso das entidades de ensino. Por meio do desenvolvimento de um trabalho coletivo pautado na ação-reflexão-ação,

acreditamos que poderá romper barreiras que dificultam um ensino de qualidade para todos os alunos (OLIVEIRA E GUIMARÃES, 2013, p. 95).

Outra atribuição de grande relevância do coordenador pedagógico é o acompanhamento aos professores em sala de aula, até mesmo como forma de contribuir para a aquisição de práticas mais eficazes de ensino. Sobre essa temática, foi realizada a seguinte pergunta aos professores: *a coordenação pedagógica realiza acompanhamento de professores em sala nas suas aulas?* Assim como as duas perguntas anteriores, as opções de respostas foram: nunca, raramente ou frequentemente. No que refere as respostas: 8 professores responderam raramente e 2, nunca.

Percebe-se a partir das respostas dos professores a essas três perguntas, que se por um lado a coordenação pedagógica consegue articular uma prática de incentivo a criação de estratégias de aprendizagem como forma de melhoria das práticas de ensino do professor, por outro lado, ela “peca” na ausência do acompanhamento ao professor em sala de aula. Essa ineficácia no acompanhamento aos professores em sala de aula é uma realidade percebida não somente nas respostas dos professores, bem como no relato da diretora quando se pergunta: *como é realizado o acompanhamento aos professores (planejamento, sala de aula)?* Segundo a diretora:

[...] E o acompanhamento na sala de aula é um ponto também que eu entendo que nós acabamos por necessitar é... acreditarmos no que o professor está fazendo lá porque é também nós temos uma dificuldade no acompanhamento uma questão também de tempo porque o tempo de espaço na escola é muito dinâmico e nem sempre as ações às vezes no que a gente planeja de acompanhamento são ações que acontecem meio de forma eficaz então aí nós temos duas dificuldades que nós precisamos melhorar com certeza mais que acredito que nós tenhamos pontos a rever com os professores essas duas dimensões de acompanhamento em sala de aula e planejamento mais que nós também conseguimos alguns resultados positivos porque acredito que a maioria dos professores tenham uma clareza do papel deles assim e conseguem planejar de alguma forma, mais tem também situações que nós precisaríamos é acompanhar melhor dentro do nosso processo de planejamento e aula (Diretora da escola, entrevista realizada em 05/2019).

Há evidências, tanto no relato da diretora como na resposta dos professores, que realmente a escola possui uma dificuldade em articular um acompanhamento mais eficaz nos planejamentos, e, sobretudo, em sala de aula. A maior dificuldade nesse sentido, conforme aponta a diretora, está no excesso de demandas pedagógicas e administrativas que surgem diariamente e impedem que isso realmente se coloque em prática. Sobre isso, escreve Oliveira e Guimarães (2013):

Apontamos como algumas dificuldades do coordenador para o desenvolvimento de seu trabalho o desvio de função, a ausência de identidade, a falta de um território próprio de atuação no ambiente escolar, a deficiência na formação pedagógica, a rotina de trabalho burocratizada, imposição e defesa de projetos da Secretaria de Educação, a presença de traços autoritários e julgadores e a fragilidade de procedimentos para a realização de trabalhos coletivos (OLIVEIRA E GUIMARÃES, 2013, p. 95).

De fato, são muitas as atribuições do coordenador pedagógico e ainda são atribuídas outras mais que, na maioria das vezes, corroboram para o desvio daquilo que realmente se trata da construção pedagógica na escola.

Ainda se tratando do acompanhamento ao professor em sala de aula, é importante frisar que o objetivo dessa ferramenta de formação é analisar as interações que são construídas entre o professor, os estudantes e os conteúdos trabalhados. Muitas vezes, o próprio docente não percebe que uma pequena mudança em sua prática pode levar a resultados mais positivos e que uma pessoa de fora tem mais facilidade para apontar um caminho. Assim, entende-se que o acompanhamento em sala de aula ao professor constitui uma importante ferramenta de melhoria na prática de ensino, uma vez que possibilita correções em relação as ações sem eficácia realizadas em sala de aula.

A formação continuada dos professores na escola também é um dos pilares que podem gerar qualidade no processo de ensino, e de acordo com Rosa (2004, pp. 142-144) o coordenador pedagógico é responsável por esse processo na escola, procurando atualizar o corpo docente, buscando refletir constantemente sobre o currículo, atualizando as práticas pedagógicas dos professores estando sempre atento às mudanças existentes no campo educacional. Neste caso, defende Rosa, que o coordenador deve estar em constante processo de autoformação, juntamente com a aprendizagem e constante uso das novas tecnologias, principalmente no campo da informática.

A formação continuada dos professores, considerada nesse trabalho, é a formação construída no cotidiano escolar, nas reuniões realizadas no horário complementar docente, definidos como os tempos que o professor tem disponível para seus estudos, atividades de formação continuada na escola, com a gestão do coordenador pedagógico. De acordo com a legislação vigente (BRASIL, 2008), “1/3 da jornada semanal de trabalho docente, chamado de horário extraclasse, deve ser disponibilizado para: a) participar de atividades durante o horário complementar docente; b) organizar seus diários de classe; c) elaborar e corrigir atividades avaliativas; d) planejar aulas; e) participar de atividades de formação continuada; f) descansar; g) fazer suas refeições. E a escola deve garantir que o horário complementar docente seja destinado à formação continuada, acompanhado pelo coordenador pedagógico”. Candau (2003,

p. 58) afirma que essa formação favorece a promoção de várias experiências articuladas com o cotidiano escolar onde os professores participem de espaços de reflexão e de intervenção direta na prática pedagógica concreta em seu espaço.

Todavia, quando perguntado aos professores da escola: *a coordenação pedagógica desenvolve momentos de formação continuada?* Oito responderam raramente e dois, de forma discrepante, responderam, frequentemente. O relato da diretora em relação a formação continuada vai ao encontro com a resposta da maioria dos professores. Quando a ela é perguntado: *como é a atuação do núcleo gestor no processo de formação continuada dos professores?* Ela relata que:

Eu acho que é.... tem duas visões disso, tem uma formação continuada em trabalho que é assim, dentro do processo em que eu estou como coordenador, como professor eu vou aprender algumas coisas porque elas são inerentes a minha função, inerente a minha necessidade como professor como coordenador e aí eu entendo que tenho uma contribuição muito boa junto aos professores o que é inerente a função, por exemplo quando a gente pensa assim de o professor melhorar a elaboração de uma avaliação eu acho que nesse sentido a gestão da escola já deu uma contribuição pros professores né, da gente ler melhor o indicador de aprendizagens então assim a gente tem contribuído mais na formação em trabalho a necessidade em aprender algumas coisas pra a gente poder fazer trabalho e um pouco menos naquela outra formação em geral né que é uma formação continuada dentro de vários temas da educação mais eu considero que é positiva essa contribuição não totalmente mais que ela é positiva por parte do processo (Diretora da escola, entrevista realizada em 05/2019).

Percebe-se, na fala da diretora, que a escola, por meio da coordenação pedagógica, consegue articular ações direcionadas a formação continuada em trabalho, que no caso, ela dá como exemplo a discussão de temáticas voltadas para a elaboração das avaliações e a leitura dos indicadores internos e externos de aprendizagem. Entretanto, a própria diretora reconhece que, quando se trata do processo de uma formação continuada em linhas gerais com discussões e reflexões sobre temas mais gerais na educação, a escola tem realizado com menos frequência.

Indubitavelmente, a formação continuada dos professores nos horários complementares é relevante. O professor é estimulado a ter uma atitude reflexiva a respeito de sua prática em classe buscando na coletividade propostas para a melhoria constante de seu trabalho, por meio da mediação do coordenador pedagógico, conforme Schön (2000, p. 32) afirma: “o conhecimento faz parte da ação, onde o sujeito reflete sobre sua prática”. Garrido (2007, pp. 9-10) demonstra que a tarefa do coordenador de gerenciar a formação continuada docente é difícil porque, primeiramente, não há fórmulas padronizadas a serem reproduzidas sendo necessário

criar soluções de acordo com a realidade de cada escola. Porém, a formação continuada dos professores não é útil somente no cumprimento das atividades descritas no planejamento ou programas escolares, mas, para o enfrentamento de desafios não previstos enfrentados no cotidiano. O coordenador pedagógico deve ter consciência de que tais situações, ao surgirem na pauta das reuniões de horário complementar, podem ser uma estratégia do corpo docente, no processo da busca de soluções, de crescer e fortalecer-se no coletivo da escola.

A partir dos dados analisados, podemos concluir que embora a coordenação pedagógica da escola mostre-se comprometida com a melhoria da aprendizagem dos alunos, esse compromisso não se configura como algo que de alguma forma tenha colaborado para a melhoria dos indicadores de aprovação parcial. É possível inferir também, a partir dos dados analisados, uma falha na atuação da coordenação pedagógica no que se refere ao acompanhamento desenvolvido por meio das formações continuadas aos professores e às observações em sala de aula.

Na seção seguinte, será analisado o eixo que trata os processos de recuperação de aprendizagem implementados pela escola, como a recuperação paralela, a recuperação final e a progressão parcial.

2.5 Os processos de recuperação de aprendizagem desenvolvidos na escola

Nessa seção apresentamos as análises dos dados acerca dos processos de recuperação de aprendizagem desenvolvidas pela Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves. O intuito é perceber por meio das respostas dos professores, alunos e dos relatos da coordenadora e da diretora da escola como ocorre e quais os efeitos que esses processos tem na aprendizagem dos alunos que apresentam baixo rendimento, uma vez que Quagliato (2000) afirma que a recuperação é: “[...] um recurso de que dispomos (ainda) para sanar lacunas, dificuldades, diferenças e tudo o mais que se possa enumerar, faz-se necessário não só analisá-la, mas refletir junto à escola sobre o aproveitamento que se tem conseguido do referido instrumento” (QUAGLIATO, 2000, p. 27).

No que diz respeito à Recuperação Paralela, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, destaca-se em seus artigos 12 e 24, que os estudos de recuperação devem ser realizados preferencialmente paralela ao período do ano letivo, direcionado aos alunos com baixo rendimento escolar. Conforme o documento:

Art. 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema terão a incumbência de: [...]

V – Promover meios para recuperação dos alunos de menos rendimento.

Art. 24 – A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: (a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (BRASIL, 1996).

Compreendemos que a recuperação se apresenta como um instrumento utilizado para sanar as dificuldades e defasagens de aprendizagem do aluno. Contudo, surgem dúvidas em relação ao seu real objetivo dentro do processo escolar, onde tomamos como base a indagação de Vido (2001, p. 6), ao questionar se a recuperação “Estaria a serviço de corrigir desvios, rumos de aprendizagem ou simplesmente reprovação?”. A autora enfatiza que existem divergências sobre a função das recuperações pelos próprios educadores, pois segundo ela:

Há os que defendem os estudos de recuperação como uma nova oportunidade de aprendizagem, enfatizando o aspecto pedagógico desta atividade, outros veem como forma de recuperar notas, aprovar alunos, dando a conotação que ao se evitar a repetência, conseqüentemente, há a diminuição de custos, implicando em economia para o Estado (VIDO, 2001, p. 100).

Entendemos que em certas situações o processo de recuperação está mais associado para a aprovação do aluno, diminuindo o número de reprovações no contexto escolar do que a própria apreensão do conhecimento, uma vez que para muitos professores a concepção de recuperação está mais associada a recuperar a nota do que recuperar a aprendizagem. Portanto, para atingir os objetivos de ajudar no processo de ensino-aprendizagem, é necessário que a recuperação seja realizada de forma contínua, garantindo o envolvimento dos alunos em projetos de recuperação que promovam a aprendizagem efetiva, e não apenas centrada na nota aprovativa. Dessa forma, ela contribuirá para a superação das dificuldades que levaram ao fracasso, caracterizados pelos altos índices de reprovação.

Com o objetivo de entender como ocorre o processo e a organização de recuperação paralela desenvolvida pela Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, foi feita a seguinte pergunta a coordenadora pedagógica: *como ocorre o processo de recuperação paralela ao longo do ano?* Segundo ela:

[...] processo de recuperação paralelo como eu falei nossos diretores de turmas eles têm o papel crucial de apoio a coordenação então a partir do momento em que existe um mapeamento desses alunos que estão com a nota abaixo da

média ou que estão em situação crítica com alguma dificuldade né a gente procura fazer é um trabalho voltado para esse público um trabalho mais específico por exemplo nós temos no horário do almoço do meio dia nós temos um processo chamado monitoria aonde a gente mapeia os estudantes que tem uma certa habilidade né em uma determinada disciplina que são as disciplinas mais que a gente chama aqui de disciplinas críticas onde de maneira geral ela apresenta uma dificuldade em todas as séries e esses estudantes que têm uma certa habilidade em relação a essa disciplina eles ficam como monitores durante o horário do meio dia e existe também a possibilidade de nós termos no que a gente chama de décima aula uma aula a mais onde o professor ele tem essa visão né e ele permanece com esses estudantes com defasagem na aprendizagem pós aula para tentar fazer essa recuperação paralela. (Coordenadora Pedagógica da escola, entrevista realizada em 04/2019).

Pelo relato da coordenadora pedagógica percebe-se que o processo de recuperação paralela realizada pela escola não acontece como em outras escolas que sempre realizam no final de cada bimestre com os alunos que não obtiveram a média para aprovação, que no caso da rede estadual do Ceará é seis. A escola desenvolve um processo de recuperação paralela por meio da implementação de projetos de aprendizagem voltados para monitoria e reforço escolar nas disciplinas mais críticas. Esses projetos têm como público-alvo os alunos de baixo rendimento e ocorrem nos intervalos do almoço e em uma 10ª aula que acontece após a última aula do dia.

Diante do que foi exposto, os alunos quando questionados sobre as dificuldades enfrentadas durante a recuperação paralela, alguns atribuí essas dificuldades ao cansaço e o estresse ocasionados em virtude da rotina da escola, como se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Dificuldades enfrentadas por você durante a Recuperação Paralela.

(Continua)

Aluno	Resposta
1	Falta de tempo, cansaço e estresse
2	Sempre achei algo muito exausto ficar depois do horário de aula
3	Acho muito cansativo ficar em aulas extras
4	Organização dos estudos
5	Método de ensino e organização para estudos
6	Concentração e metodologia de ensino
7	Conteúdo de difícil entendimento e muito medo de repetir de ano
8	Pressão, algo que se torna exaustivo, pois são diversos pensamentos e matérias a se preocupar
9	O cansaço, a pressão por parte da minha família que fez com que me colocasse para baixo, o modo de ensino do professor que fazia com que eu não compreendesse o conteúdo
10	Pressão, cansaço e também dificuldade de entender alguns conteúdos
11	Ficar atenta e ter pressa em ir para casa.
12	O tempo, ficar atenta
13	Cansaço
14	Colegas que atrapalham o processo, faz com que tire a atenção
15	A dificuldade de ter atenção totalmente voltada para Recuperação Paralela

Aluno	Resposta
16	Só o nível das questões elevado, além disso os TDs que conseguimos realizar com êxito, mas já na prova é algo complicado de se resolver
17	Tenho dificuldade em organizar e seguir minha rotina de estudos.
18	Tenho dificuldade em organizar e seguir minha rotina de estudo.
19	A maior dificuldade foi a locomoção nas férias é muito complicado fazer a utilização do ônibus
20	Não estudei o suficiente
21	Sentir que meu esforço não valeu a pena.
22	Falta de foco
23	Ficar nervosa durante a realização da prova.
24	Falta de foco e também um pouco da falta de esforço
25	Falta de foco e aprendizagem

Fonte: elaboração própria com dados obtidos no questionário aplicado aos discentes.

Os dados apresentados no Quadro 2 apontam para diversas dificuldades apresentadas pelos alunos durante a recuperação paralela. Destaca-se o cansaço e o estresse em virtude das aulas extras impostas a esses alunos que sempre aconteciam após a última aula do calendário normal e percebe-se que muitos desses alunos tiveram dificuldade em organizar seus estudos e manter um foco em virtude do grande número de disciplinas ofertadas pela escola.

Com o intuito de analisar a eficácia desse processo de recuperação paralela desenvolvida pela escola, foi proposto a seguinte afirmação no questionário aplicado aos alunos: *o processo de recuperação paralela desenvolvido na EEEP José Vidal Alves tem efeito positivo na aprendizagem dos alunos de baixo rendimento*. E como itens para o julgamento, tínhamos: Discordo totalmente, Discordo, Concordo e Concordo totalmente. Dos 25 alunos pesquisados, 11 concordam completamente com a afirmativa, 13 concordam e somente 1 discorda. As respostas dos alunos à afirmação apontam que mesmo eles reconhecendo, anteriormente, o cansaço provocado pelo o grande número de aulas e disciplinas a ser estudadas como empecilho para não aprovação deles, o processo de recuperação paralela desenvolvido pela escola é visto como algo eficaz para aprendizagem dos alunos de baixo rendimento. A justificativa de suas respostas, deve-se ao fato de que para muitos o reforço e monitoria têm uma concepção “punitiva” aos alunos de baixo rendimento, que por sua vez são obrigados a estudar mais para que não tenham aulas extras e possam ter o intervalo do almoço livre.

Ainda nessa mesma temática de análise da eficácia do processo de recuperação paralela desenvolvido pela escola, foi proposto a seguinte afirmação no questionário aplicado aos professores: *o processo de recuperação paralela obtém bom resultado na aprendizagem do(a) aluno(a) na disciplina que leciono*. As respostas dos professores possuem uma certa paridade com as dos alunos, uma vez que dos 10 professores pesquisados, 7 concordam com a afirmativa, 1 concordo totalmente com a afirmativa e apenas 1 discorda. Em relação ao reforço e monitoria, os professores já percebem nesses processos uma maneira de atender os alunos de acordo com

suas necessidades, buscando assim minimizar as dificuldades individuais de aprendizagem de forma que diminua as desigualdades de aprendizagem.

No que se refere ao processo de recuperação final, foi realizada a seguinte pergunta à diretora: *como ocorre o processo de recuperação final na escola?* Assim ela relata:

A recuperação final ela é feita no mês de janeiro durante um período aí de umas duas semanas onde os estudantes eles têm as aulas proporcionais a cada disciplina a maioria conseguem ser dobradas em relação a carga horária semanal e dentro dessas semanas eles têm as aulas e no final da semana eles vão fazer uma avaliação, onde na avaliação se tem um recorte dos conteúdos principais né então é feito dessa forma a.... recuperação final dentro do período aí de janeiro de quinze dias um período bem curto com aulas e provas (Diretora da escola, entrevista realizada em 05/2019).

Conforme a resposta da diretora, percebe-se que a recuperação final, assim como a recuperação paralela possui uma organização distinta da maioria das escolas. Ela acontece em janeiro, com uma carga horária semana dobrada para a maioria das disciplinas, como exemplo, Química, Biologia e Física possuem duas aulas semanas em cada turma, na recuperação final essas disciplinas são ministradas em quatro aulas em uma única semana em cada turma, para que em seguida seja aplicada uma avaliação. Além disso, os conteúdos cobrados na recuperação final é um recorte dos conteúdos mais relevantes do ano letivo.

Sobre a eficácia do processo de recuperação final, foi proposto a seguinte afirmação no questionário aplicado aos professores: *o processo de recuperação final obtém bom resultado na aprendizagem do(a) aluno(a) na disciplina que leciono*. Diferentemente do ponto de vista sobre a eficácia da recuperação paralela, 6 professores concordam com a afirmativa, enquanto 4, discordam. O que leva os professores a discordar dessa afirmativa é o fato de que alguns deles acreditam que se o aluno durante todo o ano teve dificuldade em aprender, obtendo assim notas baixas, esse mesmo aluno, possivelmente não terá êxito em apenas uma semana de aula. O outro processo de recuperação de aprendizagem analisado nessa pesquisa é a progressão parcial, que corresponde ao um processo pelo qual o aluno que não obtém aprovação em até três disciplinas, em regime seriado, pode cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes. A Progressão Parcial é prevista na legislação educacional do país e do estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), de 1996, também traz referências sobre a progressão parcial em seu capítulo sobre a Educação Básica em que determina: “[...] nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino” (BRASIL, 1996). Já a Resolução

Nº472/2018, do Conselho Estadual de Educação do Ceará, afirma que: “Entende-se por progressão parcial a promoção do aluno para o ano seguinte, com defasagem em alguns conteúdos dos componentes curriculares/áreas do conhecimento, necessitando por esse motivo, de outras oportunidades de aprendizagem, previstas e regulamentadas no Projeto Pedagógico e no Regimento Escolar” (CEARÁ, 2018). Diante disso, a Tabela 33 apresenta as respostas dos alunos a pergunta: *em que série(s) você ficou em Progressão Parcial?*

Tabela 33 – Séries na qual os alunos pesquisados ficaram reprovados

Respostas	Nº de Alunos
Somente no 1º ano.	10
Somente no 2ºano.	9
Ambas as séries	6

Fonte: elaboração própria com dados obtidos no questionário aplicado aos discentes.

Os dados da Tabela 33, mais especificamente o quantitativo de alunos que foram submetidos a progressão parcial no 1º e 2º ano, contribuem para a construção de uma reflexão sobre a relação entre a progressão parcial e a aprendizagem, que certamente corresponde hoje um grande desafio em torno da aprovação escolar na escola pesquisada, haja vista que consiste em uma alternativa de organização que tenta romper com o modelo aprovar *versus* reprovar, na medida em que busca recuperar a aprendizagem do aluno nas disciplinas em que apresenta dificuldade, ao mesmo tempo em que ele cursa o ano de escolaridade seguinte.

No que se refere ao ideal de um processo de uma recuperação, onde o objetivo é, sem dúvida, recuperar a aprendizagem do aluno e não a nota, Hoffmann (1994) aponta:

Recuperação não é repetição. Ninguém se recupera repetindo o processo. A vida não se passa a limpo. A gente anda para a frente. Então, a recuperação tem que corresponder a um projeto de futuro - novas estratégias pedagógicas, explicações diferenciadas, ações interativas. Recuperar não é repetir, não é olhar para trás, não é fazer de novo. É fazer melhor, é caminhar para a frente, é fazer diferente (HOFFMANN,1994).

Fica evidenciada a partir da Tabela 30, portanto, a necessidade de se pensar em ações de fortalecimento e aperfeiçoamento do processo de recuperação na escola pesquisada, assim como ações que contribuam para diminuição de alunos Aprovados Parcialmente, política que, quando malconduzida, pode, simplesmente, adiar a reprovação.

Indagada como a escola desenvolve o processo de progressão parcial, a diretora afirmou:

Pronto, embora a progressão seja toda essa coisa complicada que eu disse eu acredito um pouco mais no modo de como é feita aqui na escola pelo o menos o que é feito na escola a gente tenta mostrar pro aluno que dá pra tentar não ficar, dá pra ver na progressão parcial uma situação que não é positiva de jeito nenhum pra eles, eu acredito que nesse formato que a gente faz a gente mostra isso daí que não é positivo e gente pelo o menos tenta garantir que se aprenda mesmo parte do recorte do conteúdo porque ela é feita assim, quando termina a recuperação da prorrogação os estudantes que ficam ali em três disciplinas eles vão a partir do mês de março finalzinho de março ali, mês de março a gente começa as atividades é feita 50% em cima da carga horária da disciplina então 25% os alunos tem aula à noite com os professores da respectiva disciplina e 25% eles têm os estudos orientados que eles vêm também pra escola e eles permanecem na escola fazendo a resolução de atividades que são orientadas e deixadas pelos os professores, e aí no decorrer do cumprimento da realização desse 50% da carga horária em ambas as atividades os alunos eles passam por duas avaliações e aí nessas duas avaliações a gente obtém a média da progressão pra finalizar lá por volta do mês de junho na maioria das disciplinas na maioria dos casos (Diretora da escola, entrevista realizada em 05/2019).

Conforme a diretora, a progressão parcial acontece a partir do mês de março e estende-se até junho, durante o período da noite na escola. A carga horária de aula ministrada corresponde a 50% da carga horária anual de cada disciplina, onde a metade dessa carga horária é voltada para aulas presenciais com os professores de cada disciplina e a outra metade é utilizada em estudo orientado, na qual os alunos permanecem na escola realizando atividades propostas pelos professores através de material impresso ou digital. Durante o processo, o aluno é avaliado a partir de duas provas, cuja aprovação acontece quando a média aritmética simples dessas duas provas é igual ou superior a seis.

Com o intuito de analisar o efeito do processo de progressão parcial na aprendizagem foi levantada a seguinte afirmação no questionário aplicado aos alunos: *A Progressão Parcial (Dependência) desenvolvida na EEEP José Vidal Alves tem efeito positivo na minha aprendizagem.* Os 25 alunos responderam da seguinte forma: 1 discorda totalmente; 4 discorda; 12 concorda e 8 concordam totalmente. As respostas revelam que embora haja um acúmulo de aulas e conteúdo a ser estudado pelo aluno que é submetido ao processo de progressão parcial, uma parte significativa dos discentes pesquisados consideram como positivo o resultado do processo na aprendizagem deles.

Já no questionário aplicado aos professores, foi proposto a seguinte afirmação: *o processo de Progressão Parcial (Dependência) desenvolvido na EEEP José Vidal Alves tem conseguido obter êxito na aprendizagem do(a) aluno(a) na disciplina que leciono.* Os 10 professores pesquisados responderam da seguinte forma: 5 concordam com a afirmativa e 5 discordam. Diante das respostas podemos inferir que a eficácia do processo de progressão

parcial não é uma unanimidade entre os professores da escola. Isso se deve, sobretudo, pelo desgaste que é gerado não somente nos alunos, mas também neles, que certamente compromete a qualidade da aula. Sobre esse desgaste e a forma como ocorre a progressão parcial, a diretora acrescenta:

[...] Eu acredito muito, eu acredito que se progressão não é uma coisa boa que ela seja pelo ao menos dessa forma, que ela seja feita pelo ao menos dessa forma dentro de um prazo maior onde se consiga construir algumas atividades, é desgastante? É, mais assim eu não entendo que nem legalmente e nem pedagogicamente uma progressão ela possa ser feita dentro de um mês, não dá, como o Pralet⁸.... Ai é P1 e P2 né ai não é progressão é pra P1, P2, P3 até chegar ao P6 (Diretora da escola, entrevista realizada em 05/2019).

Percebe-se no relato da diretora uma preocupação em manter o formato de progressão parcial, iniciando em março e finalizando em junho, em função do caráter pedagógico e normativo, embora que ela mesmo reconhece que o processo em si não é bom e é desgastante. Ela se mostra contrária a ideia de uma progressão parcial em um período mais curto como em um mês ou uma semana (como realizado por outras EPs).

É necessário também pontuar que os alunos quando submetidos a progressão parcial, passam a estudar os conteúdos da série que estão matriculados mais o conteúdo da(s) disciplina(s) que ficaram reprovados no ano anterior, ou seja, de certa forma há um acúmulo de conteúdo a ser estudado para um perfil de aluno que apresenta sérias dificuldades de aprendizagem.

Ainda sobre a progressão parcial, a coordenadora pedagógica traz a seguinte contribuição:

Na verdade, assim a gente sabe que a progressão parcial ela é uma situação que resolve aquele problema de maneira pontual mais que, no entanto, eu percebo que pedagogicamente ela acaba não sendo muito produtivo porque o aluno ele passa ficar preocupado né com aquela condição com aquela disciplina que está na progressão pelo o fato de vir no que diz a legislação ele tem que vir no contra turno então assim na escola de tempo integral no contra turno acaba sendo no turno da noite então ele passa a estudar manhã, tarde e ainda vem a noite né para tentar recuperar essa disciplina que ele ficou de recuperação e eu percebo que assim passa a ser um processo muito cansativo e às vezes o aluno ele tenta resolver um problema de cada vez então no caso o que seria prioridade para ele naquele momento que seria resolver o problema da progressão e de certa maneira isso acaba acarretando um prejuízo né na

⁸ Pralet ou Prorrogação do Ano Letivo é o processo de recuperação final que acontece nas escolas da rede pública de Canindé após o ano letivo com os alunos não promovidos. A diretora se refere a P1, P2, P3 como as possibilidades que o aluno tem quando não consegue ser aprovado nas provas dessa recuperação.

disciplinas da.. da.. que ele está cursando naquele determinado ano então ele tenta resolver é um problema que ele está tendo em relação a disciplina da progressão parcial e aí a gente percebe que a disciplina que ele cursa naquele determinado ano tem sido o ano em curso né ele acaba também tendo uma defasagem pela sobre carga de... de.. trabalho que ele acaba tendo né pelo o fato de ele ter que estudar manhã, tarde e noite então no meu ponto de vista assim eu sei que é uma um direito que que assiste ao estudante mais eu percebo que pedagogicamente acaba não sendo muito viável porque é como se a gente estivesse uma bola de neve porque está empurrando na verdade o problema mais à frente (Coordenadora Pedagógica da escola, entrevista realizada em 04/2019).

A coordenadora pedagógica no seu relato também se refere a progressão parcial como um processo muito cansativo para os alunos, uma vez que eles passam a estudar manhã, tarde e noite. Além disso, conforme ainda a coordenadora, não é algo que resolve o problema de aprendizagem dos alunos, uma vez que eles, em virtude da preocupação em não se reprovar na progressão parcial, passam a ter menos foco nas disciplinas que estão estudando na série em curso, para ter um foco maior na(s) disciplina(s) que estão estudando na progressão parcial, e como consequência há uma defasagem de aprendizagem dos mesmos alunos.

Diante de tudo que foi exposto em relação aos processos de recuperação de aprendizagem desenvolvidos pela escola, a saber, recuperação paralela, recuperação final e progressão parcial, fica evidente a necessidade de se repensar outras formas de organização desses processos, uma vez que eles não têm se mostrado eficazes naquilo que se pretende alcançar, que é certamente aprendizagem de todos os alunos de baixo rendimento. Assim, é importante compreender o papel da recuperação no contexto escolar. Nesse sentido, Quagliato (2000) conceitua a recuperação como sendo a oportunidade que o aluno tem de sanar as defasagens de aprendizagem diagnosticadas nas avaliações e que tem como direcionamento o acompanhamento contínuo dessa aprendizagem. Sobre isso, escreve Melchior (2004):

Se as dificuldades não são sanadas de imediato, elas vão se somando. Aqueles conteúdos que são pré-requisito para outros vão gerando novas dificuldades, que passam a crescer como uma bola de neve, ficando muitas vezes intransponíveis (MELCHIOR, 2004, p. 104).

Ou seja, as ideias de Melchior (2004), assim como as de Quagliato (2000) reforçam a importância do processo e organização da recuperação de aprendizagem, como forma de proporcionar a aprendizagem do aluno de baixo rendimento. A escola, em hipótese alguma, pode esquivar-se da obrigação de assegurar a todos os alunos o aprendizado, que certamente não acontece com as mesmas circunstâncias para todos, uma vez que a concepção de que os

alunos aprendem ou deveriam aprender em tempos iguais e determinados é errônea e ultrapassada.

Belther (2006) reitera a importância do processo da recuperação quando afirma que é um mecanismo disponibilizado ao aluno para que ele possa superar possíveis dificuldades encontradas durante o processo de aprendizagem e que não foram superadas durante as aulas. Em suma, após as análises dos dados, percebemos a complexidade do problema que envolve a aprovação parcial na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, haja vista a percepção dos sujeitos envolvidos. A pesquisa demonstra que, na prática, os processos de recuperação de aprendizagem desenvolvidos pela escola, como a recuperação paralela, a recuperação final e, sobretudo, a aprovação parcial, não tem conseguido alcançar os resultados esperados. Dessa forma, o enfrentamento de tais dificuldades requer ação coletiva e integrada, em que núcleo gestor, professores, alunos e responsáveis possam encontrar a melhor forma de reorganizar tais processos, a fim de que realmente se tenha melhores resultados de aprovação na escola.

Diante de tudo o que foi exposto sobre os processos de recuperação de aprendizagem desenvolvido pela escola, fica evidente a necessidade de se reformular tanto o processo da Recuperação Paralela como a da Progressão Parcial. A Recuperação Paralela é um direito assegurado a todos os estudantes que não alcançam a nota mínima para aprovação em uma avaliação, ou seja, essa é uma alternativa pedagógica para amparar os alunos que não conseguiram apresentar resultados de desempenho satisfatório. Assim, a Recuperação Paralela oferecida pela escola deveria amenizar as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem. Todavia, não é isso que acontece. O processo desenvolvido pela escola provoca cansaço e estresse aos alunos devido as aulas extras, além de não contemplar todas as disciplinas e não atender todos os alunos que obtiveram notas abaixo da média ao final de cada período.

Já a Progressão Parcial constituiu-se em uma nova oportunidade de aquisição de conhecimentos e de construção de competências e habilidades. Entretanto, o processo na escola é desenvolvido em meio a muitos desafios para se chegar a isso. O primeiro está relacionado ao fato da escola ser de tempo integral, consequentemente a Progressão Parcial é ofertada no período da noite. Ou seja, o aluno que na situação de aprovado parcialmente, durante o dia assiste as aulas na série que está matriculado e a noite frequenta as aulas da Progressão Parcial. Inevitavelmente, essa situação acarreta desgaste físico e mental não só para o aluno, mas como também para o professor.

Outro desafio está relacionado com o acúmulo de conteúdo a ser estudado pelo aluno da Progressão Parcial, ele estuda as disciplinas de duas séries diferentes: aquela que está

matriculado e aquela da série que não conseguiu êxito no ano anterior. Os dados da pesquisa apontam que isso colabora para que em alguns casos o mesmo aluno fique reprovado em dois anos seguidos, porque não consegue conciliar todos esses conteúdos e acaba focando algumas disciplinas para estudar.

Diante do contexto descrito acima, o capítulo 3 objetiva a apresentação do Plano de Ação Educacional com vistas a proporcionar caminhos de melhoria na aprendizagem na escola pesquisada, de forma a diminuir as taxas de aprovação parcial.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL (PAE): O ENFRENTAMENTO DA APROVAÇÃO PARCIAL

Nos capítulos anteriores, foram apresentados e analisados os fatores relacionados à reprovação e aprovação parcial da escola em estudo diante da percepção dos atores escolares (professores, núcleo gestor e alunos) e do referencial teórico. Partindo das conclusões levantadas a partir da análise dos dados coletados na pesquisa, este capítulo apresenta estratégias para intervir na realidade observada. Ou seja, o objetivo desse capítulo é apresentar ações que propõem combater os fatores que ocasionam a reprovação e, conseqüentemente, o grande número de alunos aprovados parcialmente na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.

Refletindo acerca dos fatores que contribuem para a aprovação parcial observa-se uma complexidade ligada a diferentes fatores e situações, que envolvem não somente a defasagem de aprendizagem dos alunos da rede pública que ingressam na escola, mas também uma grande falha no acompanhamento pedagógico, apontado a partir dos dados da pesquisa. Essa falha está relacionada não somente a uma ausência de ações mais significativas de observação em sala de aula, de práticas de formação continuada para os professores, mas também a forma pela qual os processos de recuperação de aprendizagem são conduzidos, como a Recuperação Paralela e a Aprovação Parcial. No Quadro 3 apresentamos as principais conclusões das análises realizadas a partir dos dados coletados na pesquisa e ações propostas de intervenção.

Quadro 3 – Principais conclusões das análises e ações propostas

(Continua)

Eixos de Análise	Conclusões	Ações Correspondentes
O cenário da reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.	A maioria dos alunos das escolas públicas ingressam no ensino médio com defasagem de conteúdo do ensino fundamental.	Realização de uma Avaliação Diagnóstica com todos os alunos de 1º ano que ingressam na Escola.
		Implementação de Projeto de Nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa no 1º Período nas turmas de 1º Ano
O papel da coordenação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem	Não há um acompanhamento aos professores em sala de aula da coordenação pedagógica da escola.	Sistematizar Cronograma de Acompanhamento da coordenação pedagógica aos professores em sala de aula.

Eixos de Análise	Conclusões	Ações Correspondentes
Os processos de recuperação de aprendizagem desenvolvidos na escola	A recuperação paralela da forma como é organizada (aulas extras de reforço) ocasiona cansaço aos alunos.	Reformulação do processo de recuperação paralela.
	O processo da progressão parcial proporciona aos alunos um desgaste excessivo, além de não ser eficaz naquilo que se pretende alcançar que é a recuperação da aprendizagem do aluno	Reformulação do processo de progressão parcial

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Acredita-se que com iniciativas combinadas e propostas para os atores escolares, os fatores que levam às reprovações poderão ser minimizados.

A seção seguinte abordará a necessidade da realização de uma Avaliação Diagnóstica nas turmas de 1º ano como ação de intervenção no cenário de reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.

3.1. Realização de uma Avaliação Diagnóstica com as turmas de 1º Ano

A partir da análise das respostas dos professores ao questionário e da entrevista com o núcleo gestor da escola, chegamos à conclusão que um dos fatores que contribui para o grande número de alunos em aprovação parcial na escola pesquisada, sobretudo, nas turmas de 1º ano, é a dificuldade de aprendizagem na qual esses alunos apresentam ao ingressar na escola, principalmente aqueles que são oriundos da rede municipal.

Nesse contexto, entende-se que este é um fator vivido internamente pela escola, mas de solução externa às condições dessa, uma vez que o problema não é pela escola, mas da própria condição sistêmica do ensino fundamental ofertado pelo município. Todavia, identificar as causas de dificuldades específicas dos alunos na assimilação dos conteúdos é uma ação importante para iniciar um planejamento docente e com isso buscar amenizar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos. Diante disso, a aplicação de uma Avaliação Diagnóstica tem uma grande relevância nesse processo inicial. Além de ser considerada uma análise não punitiva, que não se resume à níveis de classificação, a Avaliação Diagnóstica também contribui para que a escola organize novas metodologias e intervenções pedagógicas específicas, que promovam a dissolução daquelas dúvidas ou dificuldades percebidas.

A Avaliação Diagnóstica será realizada na primeira semana de aula de cada ano letivo, com todos os alunos de 1º ano. O intuito da prova é diagnosticar o nível de aprendizagem desses alunos nos conteúdos mais relevantes abordados do Ensino Fundamental nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. A prova será elaborada pelos professores dessas duas disciplinas a partir da Matriz de Referência do 9º ano do SPAECE. Após a realização da Prova e a tabulação dos resultados, serão identificados os conteúdos que os alunos apresentaram mais dificuldades e estes serão abordados no Projeto de Nivelamento durante o 1º Período do ano letivo. No Quadro 4, apresentamos a organização do processo da Avaliação Diagnóstica.

Quadro 4 – Ação 1: Realização de avaliação diagnóstica com as turmas do 1º ano do Ensino Médio

O que?	Realização de uma Avaliação Diagnóstica com as turmas de 1º Ano
Por que será feito (justificativa)	Para detectar as dificuldades de aprendizagem do ensino fundamental apresentadas pelos alunos que ingressam na escola no 1º ano, a fim de que, posteriormente, a escola defina estratégias pedagógicas que possam amenizar as dificuldades apresentadas.
Onde será feito (local)	Na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.
Quando será feito (tempo, período)	Será realizada na primeira semana de aula de cada ano letivo.
Por quem será feito (responsabilidade)	Núcleo Gestor da escola e professores de Matemática e Língua Portuguesa das turmas de 1º ano.
Como será feito (método)	A Avaliação será constituída por 20 questões de Matemática e 20 de Língua Portuguesa, elaboradas pelos professores lotados nas turmas de 1º ano e que contemplará os principais descritores da Matriz de Referência do SPAECE do 9º ano das duas disciplinas. Após a aplicação e correção das avaliações, realizados pelos professores, os dados obtidos serão tabulados e organizados em uma planilha pelo núcleo gestor da escola para que seja realizado uma análise em relação aos conteúdos nas quais os alunos apresentaram mais dificuldades. Posteriormente, esses dados serão apresentados aos professores por meio de gráficos para que em seguida seja desenvolvida as ações de intervenção pedagógica.
Quanto custará (custo)	R\$ 300,00 (Resma de folhas, grampos, tonner para máquina copiadora).

Fonte: Elaborado pelo autor

Portanto, considera-se a Avaliação Diagnóstica como um instrumento que permitirá ao professor observar e conhecer as características do pensamento dos alunos, o que sabem e o que precisam saber para aprender, a fim de desenvolver um trabalho diversificado e possibilitar o avanço da aprendizagem dos mesmos.

Na seção seguinte, propomos a implementação do Projeto de Nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa, como uma outra ação de intervenção no eixo que analisamos

o cenário de reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves. Esse projeto pretende abordar os conteúdos, tanto em Matemática como em Língua Portuguesa, na qual os alunos apresentaram as maiores dificuldades, segundo a Avaliação Diagnóstica.

3.2. Implementação de Projeto de Nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa no 1º Período nas turmas de 1º Ano do Ensino Médio

Outra proposta interventiva com o intuito de fortalecer a aprendizagem dos alunos no 1º ano do Ensino Médio, e assim diminuir as taxas de aprovação parcial, é a implementação de um Projeto de Nivelamento para as turmas nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa durante o 1º Período do ano letivo. Uma vez que a escola recebe alunos com os mais diferentes níveis de aprendizagem e que precisam passar por processos interventivos que possibilitem a compreensão dos conteúdos necessários para prosseguirem nas séries seguintes. É importante destacar que a escola recebe alunos de até 15 escolas públicas e particulares diferentes, tanto do Ensino Fundamental de Canindé, como das cidades circunvizinhas.

O Projeto será executado pelos professores de Língua Portuguesa e Matemática das turmas de 1º ano com o suporte da Coordenação Pedagógica da Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves. Durante a realização do Projeto, os professores irão explorar em suas aulas, por meio do uso de TDs (Trabalhos Dirigidos), Objetos de Aprendizagem e jogos pedagógicos, os conteúdos dos quais os alunos apresentaram mais dificuldades, conforme a Avaliação Diagnóstica aplicada na primeira semana de aula. No Quadro 5, apresentamos a organização do Projeto de Nivelamento nas turmas de 1º ano.

Quadro 5 – Ação 2: Projeto de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática

(Continua)

O que?	Projeto de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática nas turmas de 1º ano.
Por que será feito (justificativa)	Para fortalecer a aprendizagem das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de forma que todos os alunos adquiram as habilidades e aquisição dos conteúdos necessários para prosseguirem nas séries seguintes.
Onde será feito (local)	Na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.
Quando será feito (tempo, período)	Será realizado durante o 1º Período do ano letivo, compreendo os meses de fevereiro, março e abril nas turmas de 1º ano.
Por quem será feito (responsabilidade)	Núcleo Gestor da escola e professores de Matemática e Língua Portuguesa das turmas de 1º ano.
Como será feito (método)	O Projeto visa explorar os conteúdos das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa que os alunos do 1º ano apresentaram as maiores dificuldades,

	conforme indicado no resultado da Avaliação Diagnóstico. Para isso os professores utilizarão como metodologia o uso de TDs (Teste Dirigido), jogos pedagógicos e Objetos de Aprendizagem.
Quanto custará (custo)	R\$ 200,00 (Resma de folhas, grampos, tonner para máquina copiadora).

Fonte: Elaborado pelo autor

O Projeto de Nivelamento tem como objetivo oferecer aos alunos com dificuldades em acompanhar determinadas conteúdos de Matemática e Língua Portuguesa, as condições adequadas para a superação de suas dificuldades, especialmente no 1º ano, recuperando conteúdos básicos dessas duas disciplinas e com isso propiciar o desenvolvimento do processo aprendizagem.

Na próxima seção, abordaremos a ação voltada para a sistematização de um cronograma de acompanhamento da coordenação pedagógica aos professores em sala de aula. Essa ação contribuirá para a atuação da coordenação pedagógica no processo de acompanhamento do ensino-aprendizagem dos alunos da escola.

3.3. Sistematizar cronograma de acompanhamento da Coordenação Pedagógica aos professores em sala de aula

As respostas dos professores ao questionário e o relato da diretora apontam para uma ausência do acompanhamento da Coordenação Pedagógica da escola aos professores em sala de aula. Esse acompanhamento pode ser visto como uma estratégia na formação dos professores na escola, já que contribui para levá-los a uma reflexão de sua prática e a buscar novas possibilidades de intervenções para a melhoria da aprendizagem.

A ação de acompanhamento em sala de aula inicia com a formulação de um instrumental, que contemplará todos os aspectos relevantes em uma aula, como metodologia do professor, organização da sala de aula, gestão de sala, domínio de conteúdo, etc. Esse instrumental deverá ser socializado com os professores, a fim de que todos tenham conhecimento daquilo que será observado e analisado na aula. Em seguida, é definido um Cronograma bimestral de acompanhamento em sala de aula, em que cada coordenador deverá acompanhar um grupo de professores, divididos por área de conhecimento (Matemática, Ciências da Natureza, Linguagens, Ciências Humanas e Eixo Profissional). No Quadro 6, organizamos o planejamento da ação voltada para o acompanhamento da Coordenação Pedagógica aos professores em sala de aula.

Quadro 6 – Ação 3: Sistematizar cronograma de acompanhamento da Coordenação Pedagógica aos professores em sala de aula

O que?	Sistematizar Cronograma de Acompanhamento da Coordenação Pedagógica aos professores em sala de aula.
Por que será feito (justificativa)	Para buscar uma melhoria na prática de ensino, uma vez que possibilita correções em relação as ações sem eficácia realizadas em sala de aula.
Onde será feito (local)	Na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves
Quando será feito (tempo, período)	Durante todo o ano letivo de forma bimestral.
Por quem será feito (responsabilidade)	Coordenação Pedagógica da escola.
Como será feito (método)	Primeiramente será construído um instrumental de acompanhamento na qual se pretende analisar alguns pontos importantes na aula, como a organização da sala, a proteção ao tempo de aula e a metodologia adotada pelo professor. Em seguida, os acompanhamentos acontecerão conforme cronograma bimestral pré-definido. E o processo será finalizado com a devolutiva do instrumental de acompanhamento ao professor, devidamente preenchido com as observações realizadas em aula pelo coordenador.
Quanto custará (custo)	R\$ 200,00 (Resma de folhas, grampos, tonner para máquina copiadora).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Realizada as observações em sala de aula, cada coordenador realizará a devolutiva com os professores, de forma individual, onde nesse momento será exposto os aspectos que precisam ser ajustados na prática do professor. Assim, acreditar nessa perspectiva pressupõe encarar o professor como um profissional capaz de construir as próprias estratégias de ensino com base na reflexão sobre a prática.

A seção seguinte abordará a reformulação do processo de recuperação paralela como ação interventiva relacionada aos processos de recuperação de aprendizagem desenvolvidos pela escola.

3.4. Reformulação do processo de Recuperação Paralela

No que se refere à análise dos processos de recuperação de aprendizagem desenvolvidos pela escola, concluiu-se, a partir das respostas ao questionário dos professores e alunos e dos relatos do núcleo gestor, que há uma necessidade de se reformular o processo de recuperação paralela desenvolvido pela escola, uma vez que o mesmo gera um desgaste físico e mental aos alunos, já que aqueles que não atingem a média de aprovação são encaminhados a aulas extras de reforço e monitoria que acontecem no intervalo do almoço ou após a última aula do horário

normal. Ou seja, diferente do que acontece na maioria das escolas, não há nenhuma prova de recuperação após o final de cada período com os alunos que obtiveram rendimento não satisfatório. Esses alunos só poderão recuperar a nota baixa no período seguinte. Isso quer dizer que em uma situação hipotética, considerando como média de aprovação 6,0, um aluno que obtém nota 4,0 como média no primeiro período, para que ele possa recuperar a nota, deverá pelo menos a média 8,0 no segundo período.

Diante disso, essa proposta de intervenção tem como objetivo implementar uma recuperação paralela no 1º e 4º período de cada ano letivo, que são os períodos mais longos. Essa recuperação contemplará um período de duas semanas, nas quais, na primeira, os professores das disciplinas mais críticas irão realizar uma revisão dos conteúdos que naquela etapa os alunos obtiveram o desempenho mais baixo nas duas primeiras provas que serão aplicadas anteriormente e na semana seguinte, será realizada uma terceira prova. Vale destacar que diferente do que acontece em outras escolas, todos os alunos farão as três provas e o cálculo da média final será obtido a partir das duas notas mais altas obtidas. No quadro 7, organizamos a ação de intervenção voltada para reformulação do processo de recuperação paralela.

Quadro 7– Ação 4: Reformulação do processo de Recuperação Paralela

O que?	Reformulação do processo de Recuperação Paralela.
Por que será feito (justificativa)	A recuperação paralela na forma como é organizada não consegue ser eficaz naquilo que se pretende alcançar, uma vez que cria uma situação de desgaste físico e mental para os alunos a partir uma carga extra de aulas.
Onde será feito (local)	Na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.
Quando será feito (tempo, período)	No 1º Período (fevereiro, março e abril) e 4º Período (outubro, novembro e dezembro) do ano letivo.
Por quem será feito (responsabilidade)	Professores e núcleo gestor.
Como será feito (método)	A recuperação paralela será implementada nas disciplinas mais críticas ao final de cada período. O processo acontecerá através de aulas de revisão do assunto e em seguida aplicação de uma nova prova.
Quanto custará (custo)	R\$ 400,00 (Resma de folhas, grampos, tonner para máquina copiadora).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pretende-se assim com essa ação assegurar que a Recuperação Paralela, realmente, torne-se a alternativa pedagógica para amparar os alunos que não conseguiram apresentar resultados de desempenho satisfatório e, portanto, ampliem os índices de reprovação dentro do contexto escolar.

Na próxima seção, será apresentado uma ação voltada para reformulação do processo de progressão parcial realizado pela Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves, como forma de diminuir as taxas de aprovação parcial na escola.

3.5 Reformulação do processo de Progressão Parcial

Os dados da pesquisa revelaram que a Progressão Parcial, da maneira como é organizada pela escola, isto é no contraturno, no horário das 18h às 20h 30min e durante o mês de março a junho, tem se tornado um processo ineficaz na recuperação da aprendizagem do aluno, uma vez que gera nele um desgaste físico e mental, além de provocar um acúmulo de conteúdo a ser estudado, que faz com que o aluno passe a estudar algumas disciplinas em detrimento de outras.

A ação de intervenção proposta tem como objetivo reformular o processo e a organização da Progressão Parcial, de maneira que ao invés dela acontecer durante 4 meses (março a junho), de forma concomitante com as aulas normais, ela seria realizada após a recuperação final em janeiro e se prorrogando até o final de fevereiro. O número de aulas de cada disciplina contemplaria até 25% da matriz anual, em conformidade com as normas legais que regem o processo. Ao final seria realizada uma avaliação na qual o aluno deverá obter a nota mínima 6,0 para ser considerado promovido. No Quadro 8, organizamos a ação de intervenção voltada para reformulação do processo de progressão parcial.

Quadro 8– Ação 5: Reformulação do processo de Progressão Parcial

O que?	
Por que será feito (justificativa)	O atual formato da Progressão Parcial tem gerado um desgaste físico e mental nos alunos, além de colaborar para um acúmulo de conteúdo a ser estudado que faz com que, na maioria das vezes, eles priorizem disciplinas que tenha mais dificuldade de aprendizagem em detrimento de outras.
Onde será feito (local)	Na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.
Quando será feito (tempo, período)	Janeiro e Fevereiro.
Por quem será feito (responsabilidade)	Professores e núcleo gestor.
Como será feito (método)	Diferente da forma como acontece hoje, a progressão parcial acontecerá após a recuperação final em janeiro e se estendendo até fevereiro. O número de aulas de cada disciplina contemplaria até 25% da matriz anual, em conformidade com as normas legais que regem o processo. Ao final seria realizada uma avaliação na qual o aluno deverá obter a nota mínima 6,0 para ser considerado promovido.
Quanto custará (custo)	R\$ 400,00 (Resma de folhas, grampos, tonner para máquina copiadora).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante do que foi exposto, torna-se imprescindível, uma reformulação na organização da Progressão Parcial, partindo de um pressuposto legal, uma vez que o processo em si deve assegurar o direito à educação de qualidade e constituiu-se em uma nova oportunidade de aquisição de conhecimentos e de construção de competências e habilidades.

Por fim, o PAE aqui apresentado, tem o objetivo de sugerir ações que possam contribuir para a diminuição dos números de alunos aprovados parcialmente. Todavia, sabemos que tais propostas não esgotam as possibilidades de se pensar outras estratégias que possam também ter o mesmo efeito na aprendizagem dos alunos e na construção de uma educação como direito e não privilégio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado, o objetivo desta dissertação foi analisar os indicadores internos da escola em questão e propor estratégias que possibilite diminuir as taxas de reprovação e, sobretudo, aprovação parcial, de forma a garantir um ensino com mais equidade, onde cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e que seja assegurado a todos as mesmas oportunidades de aprendizagem.

As taxas de aprovação parcial têm apontado para a existência de um desafio a ser superado pela escola, se comparado com as mesmas taxas de outras Escolas Profissionais da mesma regional. Entretanto, o desempenho da escola nas avaliações externas tem se mostrado satisfatório, uma vez que a proficiência obtida no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará (SPAECE) no período de 2010 a 2018, tanto na disciplina de Matemática, como em Língua Portuguesa, situa a escola nos padrões mais elevados de desempenho.

Assim, considerando a amplitude da discussão acerca da aprovação parcial que de certa forma está associado à reprovação e aos desafios inerentes à promoção de uma “educação como direito”, foi utilizado como referencial teórico para este estudo reflexões de estudiosos sobre reprovação escolar, como: Forgiarini e Silva (2008), Melchior (2004), Paro (2013), Jacomini (2009) e Arroyo (1992).

Cabe-nos buscar evidenciar as potencialidades da escola para que, após o entendimento destas, possamos propor um arranjo estrutural que possa vir impactar positivamente a redução da aprovação parcial na instituição em estudo e que a mesma tenha um “olhar pedagógico” mais voltado para a individualidade, e que, sobretudo, possa romper com a concepção tradicionalista de que os sujeitos aprendem ou deveriam aprender em tempos iguais e determinados.

Assim, esta análise seguiu dois objetivos: investigar os condicionantes dos altos índices de aprovação parcial e elaborar um Plano de Ação Educacional (PAE) que vise diminuir esses índices, na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves.

Considerando os dados apresentados, pode-se inferir que os alunos em situação de aprovação parcial apresentavam grande defasagem de aprendizagem do ensino fundamental, e que na sua grande maioria são oriundos da rede pública.

Todavia, a responsabilidade pelas altas taxas de aprovação parcial não recai unicamente sobre a baixa aprendizagem do aluno no ensino fundamental. Os dados obtidos na pesquisa apontam para uma ineficácia dos processos de Recuperação Paralela e Progressão Parcial desenvolvidos pela escola, em função principalmente, da maneira pela qual eles são executados. Esses processos, pelo o que foi coletado na pesquisa, contribuem para uma sobrecarga de tempo

de aula, acúmulo de conteúdo a ser estudado, e consequentemente, produzem nos alunos cansaço físico e mental, que tem um impacto negativo na aprendizagem.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância do envolvimento e comprometimento de todos os envolvidos no processo de ensino -aprendizagem, no sentido de planejar, executar e avaliar ações que promovam a efetividade da prática da Recuperação Paralela e da Progressão Parcial. Sempre com o objetivo de levar o aluno a construir o conhecimento, e não somente recuperar notas.

Além disso, a partir das respostas dos professores aos questionários e do relato do núcleo gestor, podemos inferir que a escola tem uma enorme dificuldade em desenvolver um acompanhamento pedagógico em sala de aula e proporcionar uma formação continuada aos professores, sejam nos seus planejamentos ou na hora-atividade.

Diante de tudo o que foi exposto, fica claro que a conquista do direito de aprender, assegurado legalmente desde a Constituição Federal de 1988, não impede que os saberes veiculados pela escola continue restritos a alguns, mantendo excluídos os que não conseguem atender aos espaços, tempos e formas estabelecidas por ela. A perspectiva adotada nesta pesquisa envolve o entendimento de que a reprovação se apresenta como elemento negativo, não só por impedir que todos progridam sem interrupções, mas, principalmente, quando induz à ideia de responsabilização do próprio educando e ou de sua família, por sua trajetória escolar, seja ela exitosa ou não.

O discurso do mérito pelo esforço próprio seria suficiente para isentar ou minimizar, a responsabilidade da escola e do Estado frente ao compromisso social de assegurar o direito de aprender a todos. Entretanto, o que precisa ser entendido é que, na maioria dos casos, a falta de aprendizagem não está relacionada à falta de dedicação. Mesmo porque, conforme Paro (2001), a aprendizagem na escola envolve um conjunto de variáveis, como os recursos materiais, as políticas públicas, o envolvimento dos professores, diretores, coordenadores pedagógicos e famílias, além do material didático disponível e outros aspectos do cotidiano escolar.

Após o percurso de investigação realizado, espera-se que este trabalho possa contribuir para um novo olhar para a aprovação parcial na escola provocando, assim, reflexões e mudanças para se obter avanços na qualidade do ensino. Assim, espera-se que não haja dificuldades em realizar as ações descritas no PAE, uma vez que é consenso entre os professores da escola e o núcleo gestor a necessidade de se implementar tais ações como forma de diminuir o número de alunos em aprovação parcial.

Além disso, tem-se a clareza de que esta pesquisa não se esgota aqui, mas incitará outras investigações sobre diferentes ações que envolvem a escola no que se refere à aprendizagem dos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. de L. A importância do reforço escolar. **Revista FAROL** – Rolim de Moura – RO, v. 6, n. 6, p. 29-37, jan./2018.

ARROYO, M. G. **Fracasso – sucesso:** o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. Em Aberto, Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992.

ASSIS, N. de. Revendo o meu fazer sob uma perspectiva teórico-prática. In: GRINSPUN, M. P. S. Z. (Org.) **A Prática dos Orientadores Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

BRASIL. LDB. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 18 ago. 2018.

_____. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 set. 2018.

CANDAU, V. M. F. Universidade e formação de professores: que rumos tomar? In:_____. (Org.). **Magistério, construção cotidiana**. 5 ed. Petrópolis, Vozes, 2003. c.2 30-50p.

CIRCUITO DE GESTÃO: PRINCÍPIOS E MÉTODOS. Disponível em: <file:///C:/Users/Prof.%20Assis%20Bento/Downloads/Circuito_de_Gestao_Principios_e_Metodo_2017.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

CIRCUITO DE GESTÃO: MODELO E MÉTODO. Disponível em: <<http://www.institutounibanco.org.br/metodo/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

FERNANDES, C. Canindé espera receber 2,5 milhões de fiéis na Romaria. **O Povo**, Fortaleza, 22 set. 2017. Disponível em: <<http://blogs.opovo.com.br/c4noticias/2017/09/22/caninde-espera-receber-25-milhoes-de-fieis-na-romaria/>>. Acesso em: 25 ago 2018.

FERREIRA, M.; HORTA, I. **Leitura - Dificuldades de aprendizagem, ensino e estratégias para o desenvolvimento de competências, Da Investigação às Práticas**, 5(2), 144 – 154, 2014.

FRANCO, M. A. S. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008. Disponível em: < <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/> >. Acesso em: 04 out. 2018.

FORGIARINI, S. A. B.; SILVA, J. C. **Fracasso Escolar no contexto da escola pública:** entre mitos e realidades. Secretaria de Educação do Paraná. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador. In: BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L. R.; CHRISTOV, L. H. S. (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007, cp. 1, 9-15p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HOFFMANN, J. M. **Avaliação Mediadora**: Uma relação dialógica na construção do conhecimento. São Paulo: FDE, 1994, pp. 51-59.

IBGE. **Indicadores Sociais Municipais 2010**: Incidência de pobreza é a maior nos municípios de porte médio. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2019&t=indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-pobreza-maior-municipios-porte-medio&view=noticia> >. Acesso em: 25 ago. 2018.

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO. Brasília. PNUD, IPEA, FJP. 2013. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/> Acesso em: 25 set. 2018.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO. **Manual operacional**. Modelo de gestão – Tecnologia empresarial socioeducacional (TESE). Uma nova escola para a juventude brasileira. Escolas de ensino médio integral. Recife: Instituto de Co-responsabilização pela Educação. Disponível em: <http://www.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_prof/download/Manual_ModeloGestao.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

INSTITUTO UNIBANCO. **Circuito de gestão**: princípios e método. Percurso formativo de gestão escolar para resultado de aprendizagem. São Paulo: Instituto Unibanco, 2017.

IPECE. **Perfil das Regiões de Planejamento**: Sertão de Canindé – 2017. Disponível em: < http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/2017/PR_Sertao_de_Caninde_2017.pdf >. Acesso em: 25 ago. 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e de gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LUCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016. Exposição de Motivos. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html> > Acesso em: 17 abr. 2018

MELCHIOR, M. C. **O Sucesso Escolar através da Avaliação e da Recuperação**. 2ª Edição, Porto Alegre; Premier Editora, 2004.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbete progressão parcial. Dicionário Interativo da Educação Brasileira-Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 15 de novembro 2017.

NOGUEIRA, F. **Alunos chegam ao médio sem saber divisão e interpretação de texto.** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/12519/alunos-chegam-ao-medio-sem-saber-divisao-e-interpretacao-de-texto>>. Acesso em: 03 out 2018.

OLIVEIRA, J. da S.; GUIMARÃES, M. C. M. O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues - ANO I - Edição I** – jan. de 2013.

PARO, V. H. **Reprovação escolar? Não, obrigado.** Disponível em: <<http://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2014/06/reprovacaoescolarnaobligado.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Reprovação Escolar, renúncia à educação.** 2 ed. São Paulo: Xamã, 2003.
PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada** – das intenções à ação. Porto Alegre: ed. Artmed, 2000.

PERONI, V. M. V. **A atuação do Instituto Unibanco em escolas de ensino médio no Brasil:** implicações para a democratização da educação. Disponível em: <<http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjZmJjciO30iO3M6MT0iaCI7czoMjoiZDI3ZGJjNDBlNTFiYmZjYzY5ODYxZWV0YmY5OTJiOWYiO30%3D>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PROFICIÊNCIA DO SPAECE. Disponível em: <<http://www.spaece.caedufjf.net/resultados-por-escola>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PROFICIÊNCIA DO ENEM. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem-por-escola>>. Acesso em: 22 fev 2018.

PNUD, IPEA, FJP. **O índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. 2013.** Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

QUAGLLATO, M. F. T. A recuperação do ensino básico: Mecanismo de Aprendizagem ou discriminação. **Pro-posições.** v. 11, n. 3, nov., 2000.

REBELO, J. A. S. **Dificuldades da Leitura e da Escrita.** Porto: Edições Asa, 1993.

RESENDE, G.; MESQUITA, M. da G. B. F. Principais dificuldades percebidas no processo ensino-aprendizagem de matemática em escolas do município de Divinópolis, MG. **Educ. Matem. Pesq.**, São Paulo, v. 15, n. 1, pp. 199-222, 2013

ROSA, C. **Gestão estratégica escolar.** 2 ed. Petrópolis, Vozes, 2004.

SARMENTO, C. V. da S. et al. **Progressão Parcial da Matemática e suas dificuldades: Estudo de Caso no município de Águas Belas.** Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/progressao_parcial_da_matematica_e_suas_dificuldades_0.pdf>. Acesso em 15 set. 2018.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

STECANELA, N. **O direito à educação e o cotidiano escolar: dimensões do concebido, do vivido e do percebido.** Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 344-356, set.-dez. 2016.

SISTEMA DE GESTÃO DE PROJETOS DO JOVEM DE FUTURO (SGP). Disponível em: < <https://sgp.jovemdefuturo.org.br/Login> >. Acesso em 22 fev. 2018.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESCOLAR (SIGE). Disponível em < <http://sige.seduc.ce.gov.br/> >. Acesso em: 22 fev. 2018.

STECANELA, N. O direito à educação e o cotidiano escolar: dimensões do concebido, do vivido e do percebido. **Educação Revista Quadrimestral.** Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 344-356, set.-dez. 2016.

SOARES, M. Z. **Individualismo versus Coletividade.** (16.º Encontro Regional de Professores de Matemática). Campinas, maio 2004.

TAXA DE ABANDONO NA REDE ESTADUAL DO CEARÁ EM 2016. Disponível em: < <http://www.qedu.org.br/brasil/ideb> >. Acesso em 23 fev. 2018.

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA NO ENSINO MÉDIO. Disponível em: < <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-medio/565-taxa-de-escolarizacao-bruta-e-liquida-no-ensino-medio?filters=1,134> >. Acesso em: 23 set. 2018.

UNESCO. **Desigualdade de Aprendizado entre alunos das escolas públicas brasileiras: evidências da Prova Brasil (2007 a 2013).** Série Debates. Ed n. 5, abr. 2017.

VIEIRA, Sofia L.; VIDAL, E. M. Ensino Médio no Ceará: igualdade versus qualidade de implementação do direito à educação. **Cadernos Cenpec,** São Paulo. v. 6, n. 2. pp. 106-130. jul./dez., 2016.

VOLPI, M.; RIBEIRO, J. **10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos.** 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/pt/10desafios_ensino_medio.pdf >. Acesso em: 25 set. 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRURADA COM O NÚCLEO GESTOR (DIRETORA E COORDENADORA PEDAGÓGICA)

Prezada, _____

Sou aluno do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. Agradeço também pela permissão de gravar. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Francisco de Assis Bento da Silva

1. PERFIL DO ENTREVISTADO

- 1.1. Qual a sua formação acadêmica?
- 1.2. A quanto tempo atua na EEEP José Vidal Alves?
- 1.3. Qual seu cargo no núcleo gestor da EEEP José Vidal Alves?

2. A CONCEPÇÃO DE REPROVAÇÃO SEGUNDO O NÚCLEO GESTOR

- Quais as causas da reprovação na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves?
- Na sua opinião, quais os fatores que colaboram para que se tenha um número tão grande de alunos na Progressão Parcial?
- Qual o papel que o núcleo gestor vem desempenhando no combate à reprovação?

3. O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

- Como você pode descrever a dinâmica de ensino da escola (processo de avaliação, planejamento, recursos utilizados, metodologias, etc)?
- Como é realizado o acompanhamento aos alunos de baixo rendimento?
- Como é realizado o acompanhamento aos professores (planejamento, sala de aula)?
- Como é a atuação do núcleo gestor no processo de formação continuada aos professores?

4. O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM

- Como ocorre o processo de recuperação paralela ao longo do ano?
- Como ocorre o processo de recuperação final?
- Como ocorre o processo de progressão parcial?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Prezado(a), _____

Sou aluno do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. Agradeço também pela permissão de gravar. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Francisco de Assis Bento da Silva

1. CARACTERIZAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1.1 Qual é o seu sexo?

- (A) Feminino (B) Masculino

1.2 Qual a sua idade?

- (A) Menos de 25 anos
(B) Entre 25 e 29 anos
(C) Entre 30 e 39 anos (D) Entre 40 e 49 anos

1.3 Qual o nível mais alto de sua formação?

- (A) Educação Superior – Pedagogia
(B) Educação Superior – Licenciatura
(C) Educação Superior bacharelado _____
(D) Especialização
(E) Mestrado
(F) Doutorado

1.4. Há quanto tempo você leciona na EEEP José Vidal Alves?

- (A) Entre 2 e 4 anos.
(B) Entre 5 e 7 anos.
(C) Acima de 7 anos.

1.5 Qual o tipo de vínculo profissional com a EEEP José Vidal Alves?

- (A) Contratado por tempo determinado (Temporário)
(B) Efetivo

2. A CONCEPÇÃO DE REPROVAÇÃO SEGUNDO OS PROFESSORES

2.1 Na sua opinião, qual o principal fator que ocasiona as reprovações na EEEP José Vidal Alves?

- (A) O baixo desempenho de aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental ()
 (B) A falta de acompanhamento por parte da família ()
 (C) A falta de interesse e motivação por parte dos alunos ()
 (D) A falta de adaptação à rotina de tempo integral ()
 (E) Outro (). Qual seria? _____

2.2 Como você descreve o nível de conhecimento dos alunos que ingressam na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves oriundos da rede pública de ensino?

- (A) Muito baixo ().
 (B) Baixo ().
 (C) Bom ().
 (D) Ótimo ().
 (E) Excelente

Justificativa:

().

2.3 Como você descreve o nível de conhecimento dos alunos que ingressam na Escola de Educação Profissional José Vidal Alves oriundos da rede particular de ensino?

- (A) Muito baixo ().
 (B) Baixo ().
 (C) Bom ().
 (D) Ótimo ().
 (E) Excelente

Justificativa:

().

().

2.4 Quais as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos na sua disciplina quando ingressam na EEEP José Vidal Alves?

3. O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM

3.1 Quais as estratégias de intervenção que você realiza com foco na melhoria na aprendizagem dos alunos de baixo rendimento ?

3.2 Na sua opinião Qual o **efeito** das práticas de ensino em sala de aula com os resultados de reprovação?

- (A) Nenhum efeito ()
- (B) Um pequeno efeito ()
- (C) Um impacto efeito ()
- (D) Um grande efeito ()

3.3 Na sua opinião qual o nível de **efeito** do processo tradicional de recuperação paralela na aprendizagem do(a) aluno(a)? (Nesse processo a recuperação acontece ao final de cada bimestre, através da aplicação de uma nova prova ou atividades dirigidas extraclasse).

- (A) Nenhum efeito ()
- (B) Um pequeno efeito ()
- (C) Um efeito moderado ()
- (D) Um grande efeito ()

3.4 Na sua opinião qual o **efeito** do processo de recuperação paralela desenvolvido na EEEP José Vidal Alves na aprendizagem do(a) aluno(a) na sua disciplina?

- (A) Nenhum efeito ()
- (B) Um pequeno efeito ()
- (C) Um efeito moderado ()
- (D) Um grande efeito ()

3.5 Na sua opinião qual o **efeito** do processo de Progressão Parcial (Dependência) desenvolvido na EEEP José Vidal Alves na aprendizagem do(a) aluno(a) na sua disciplina?

- (A) Nenhum efeito ()
- (B) Um pequeno efeito ()
- (C) Um efeito moderado ()
- (D) Um grande efeito ()

4. O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A seguir, você encontrará afirmações sobre a gestão pedagógica da EEEP José Vidal Alves. Indique suas percepções sobre a frequência com que estas atividades ocorreram durante o atual ano letivo

4.1 Nas reuniões ou planejamento, a coordenação pedagógica incentiva a prática de estratégias de aprendizagem para os alunos de baixo rendimento.

- | | |
|---|---|
| ☐) Nunca | ☐) Raramente |
| ☐) Com certa frequência | ☐) Frequentemente |

4.2 A coordenação pedagógica realiza acompanhamento em sala de suas aulas.

- | | |
|---|---|
| ☐) Nunca | ☐) Raramente |
| ☐) Com certa frequência | ☐) Frequentemente |

4.3 A coordenação pedagógica apresenta sugestões de como você pode melhorar seu ensino.

- | | |
|---|---|
| ☐) Nunca | ☐) Raramente |
| ☐) Com certa frequência | ☐) Frequentemente |

4.4 A coordenação pedagógica desenvolve momentos de formação continuada.

- | | |
|---|---|
| ☐) Nunca | ☐) Raramente |
| ☐) Com certa frequência | ☐) Frequentemente |

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Prezado(a), _____

Sou aluno do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido. Agradeço também pela permissão de gravar. As suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Francisco de Assis Bento da Silva

1. CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA ESCOLAR

1.1 Qual seu sexo?

(A) Feminino (). (B) Masculino ()

1.2 Qual a sua idade?

(A) 15 anos. ()

(B) 16 anos. ()

(C) 17 anos. ()

(D) 18 anos ()

1.3 Qual sua série e curso?

1.4 Como foi sua trajetória no ensino fundamental?

(A) Somente em escola pública. ()

(B) Somente em escola particular. ()

(C) Em escola pública e particular, mas prevalecendo um período maior em escola pública ().

(D) Em escola pública e particular, mas prevalecendo um período maior em escola particular ().

1.5 Você já foi reprovado (a) no ensino fundamental?

(A) Nunca repeti o ano. () (**Siga para questão 1.7**)

(B) Sim, 1 vez. ()

(C) Sim, 2 vezes ou mais. ()

1.6 Se você repetiu, em qual série foi?

(A) 1º Ano / Alfabetização ()

(B) 2º Ano ().

(C) 3º Ano ().

(D) 4º Ano ().

(E) 5º Ano ().

(F) 6º Ano ().

(G) 7º Ano ().

(H) 8º Ano ().

(I) 9º Ano ().

1.7 Em que ano você ingressou na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves?

2. CONTEXTOS DA REPROVAÇÃO

2.1 Em até quantas disciplinas você já ficou reprovado na Escola Estadual de Educação Profissional José Vidal Alves?

(A) Somente em uma. ()

(B) Em duas. ()

(C) Em três. ()

2.2 Em qual(is) disciplina(s) você já ficou reprovado(a)?

() Arte e Educação.

() Biologia.

() Educação Física.

() Espanhol.

() Filosofia.

() Física.

() Geografia.

() História.

() Inglês.

() Matemática.

() Língua Portuguesa

() Química.

() Sociologia.

() Base Profissional.

2.3 Em que série(s) você ficou em Progressão Parcial?

(A) Somente no 1º ano. ()

(B) Somente no 2º ano. ()

(C) Ambas as séries ()

2.4 Fui reprovado porque (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)

(A) Fiquei doente.

() Sim

() Não

(B) Tive problemas familiares

() Sim

() Não

(C) Não consegui me adaptar a rotina e a proposta da escola.

() Sim

() Não

(D) Devido a metodologia de ensino do(a) professor(a)

() Sim

() Não

(E) Não estudei o suficiente.

() Sim

() Não

(F) Tive dificuldade de organizar meus estudos.

() Sim

() Não

(G) Outro.

() Sim

() Não

Qual? _____

2.5 O acompanhamento de seus pais a sua vida escolar acontece:

() Nunca

() Raramente

() Com certa frequência

() Frequentemente

2.6. Em sala de aula: (Marque SOMENTE UMA OPÇÃO EM CADA LINHA.)

2.6.1 Tenho dificuldade em se manter atento durante às aulas.

() Nunca

() Algumas vezes

() Na maioria das vezes

() Todas as vezes

2.6.2 Realizo as atividades propostas pelos professores.

- | | |
|---|---|
| ☐ Nunca | ☐ Algumas vezes |
| ☐ Na maioria das vezes | ☐ Todas as vezes |

2.6.3 Costumo fazer perguntas aos professores quanto estou com alguma dúvida em algum conteúdo.

- | | |
|---|---|
| ☐ Nunca | ☐ Algumas vezes |
| ☐ Na maioria das vezes | ☐ Todas as vezes |

2.6.4 Saio da sala para tomar água e ir ao banheiro durante a aula.

- | | |
|---|---|
| ☐ Nunca | ☐ Algumas vezes |
| ☐ Na maioria das vezes | ☐ Todas as vezes |

2.6.5 Converso com colegas durante a aula.

- ☐ Nunca
☐ Algumas vezes
☐ Na maioria das vezes
☐ Todas as vezes

3. O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGEM

14. Na sua opinião qual o nível de efeito do processo de recuperação paralela desenvolvido na EEEP José Vidal Alves na aprendizagem dos alunos de baixo rendimento?

- (A) Nenhum efeito** ()
(B) Um pequeno efeito ()
(C) Um efeito moderado ()
(D) Um grande efeito

15. Na sua opinião qual o nível de efeito do processo de Progressão Parcial (Dependência) desenvolvido na EEEP José Vidal Alves na sua aprendizagem?

- (A) Nenhum efeito** ()
(B) Um pequeno efeito ()
(C) Um efeito moderado ()
(D) Um grande efeito